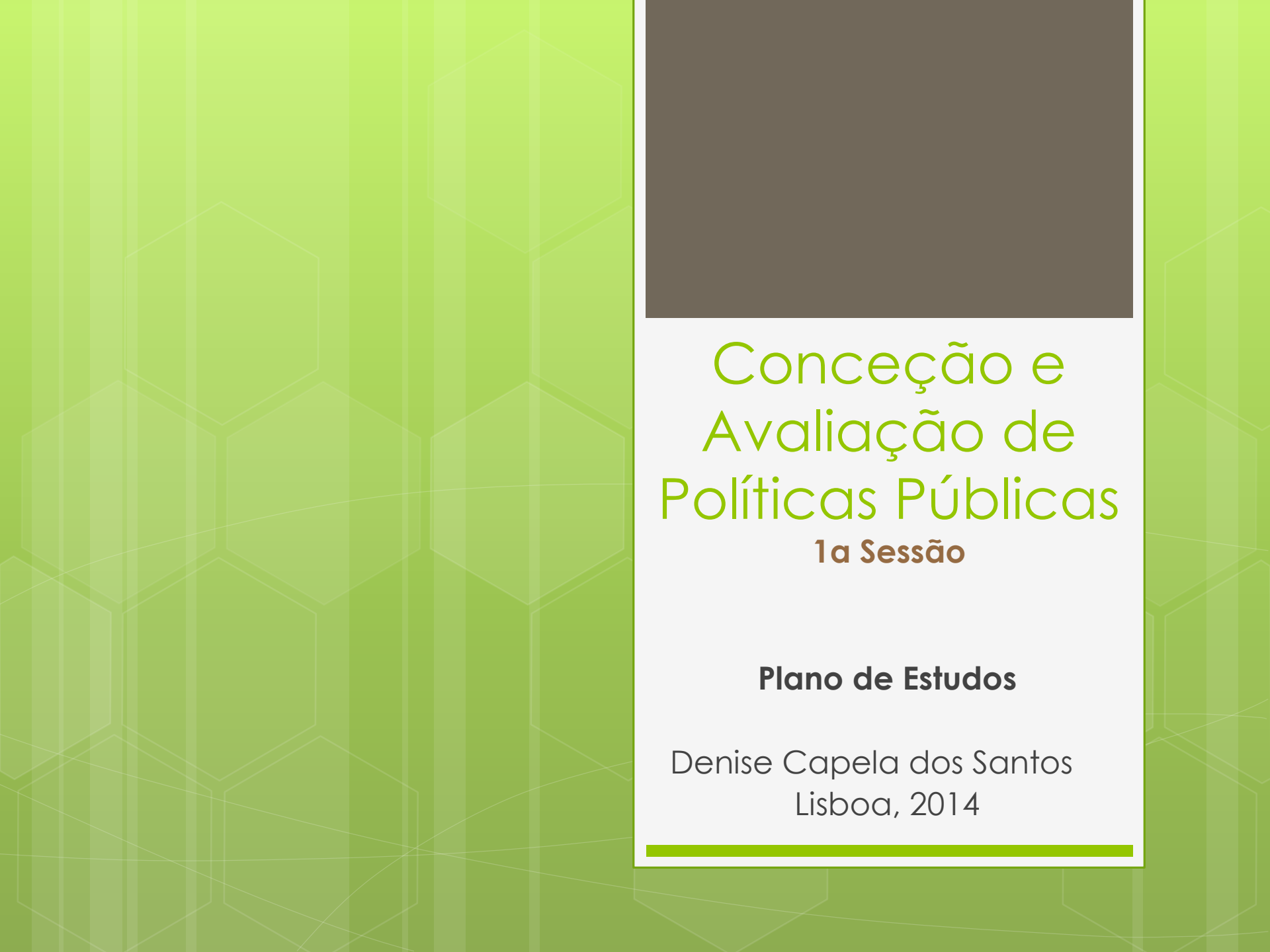




Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

1ª Sessão

Plano de Estudos

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Plano de estudos

- Conceção de Políticas (10/3)
- O fórum das políticas públicas (10/3)
- Memorando de Entendimento com a Troika (12/3)
- Política fiscal e despesa pública para consolidação orçamental (12 e 17/3)
- Políticas públicas para a administração pública (19/3)
- A reforma da administração pública (24/3)
- Políticas públicas locais e governação autárquica (26/3 e 31/4)
- Políticas de privatização (2 e 7/4)

Plano de estudos

- Política energética: ambiente, abastecimento e competitividade(9 e 14/4)
- Políticas públicas de regulação do mercado de trabalho (16 e 28/4)
- 30/4 Teste
- Políticas públicas de justiça (4 e 7/5)
- Políticas públicas de saúde (12 e 14/5)
- Políticas públicas para a redução das desigualdades (19 e 21/5)
- Políticas públicas de educação (26 e 28/5)

Plano de estudos

- Políticas Europeias (2 e 4/6)
- Políticas públicas para a promoção da imagem externa (9 e 11/6)
- 16/6 Teste
- 18/6 Correção e avaliação



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

2a Sessão

Concepção de Políticas

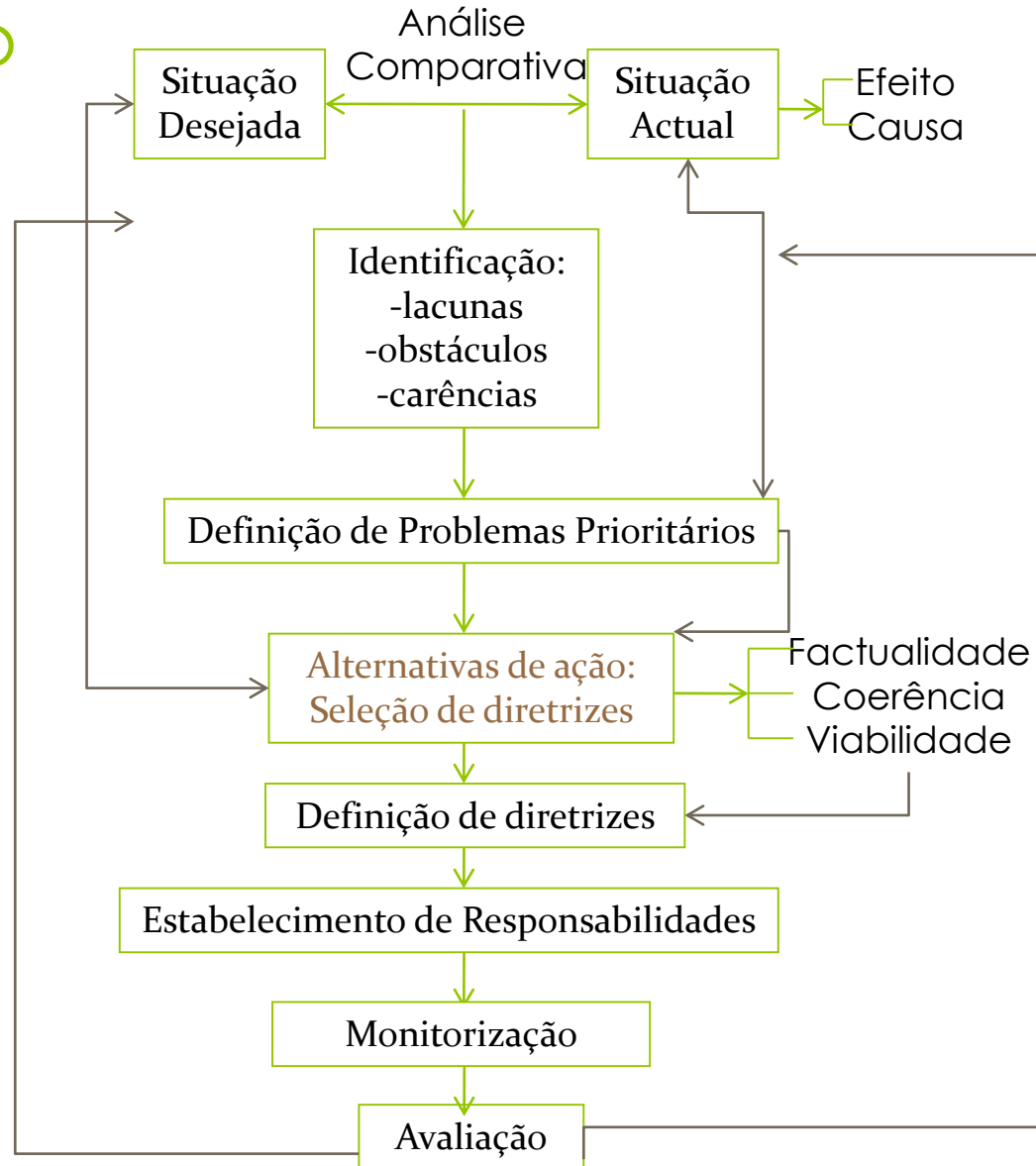
Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

O que é uma política?

- “Conjunto dos princípios e dos objectivos que servem de guia a tomadas de decisão pelo Governo e que fornecem a base da planificação de atividades em determinado domínio (ação).”

Baseada no Dicionário da Língua Portuguesa – Porto Editora

Conceção de políticas públicas



O fórum das políticas públicas

Escolha entre alternativas para assentar o processo numa discussão racional que articule discussão técnica com decisão política:

- Universidades – conhecimento aprofundado dos problemas; operacionalização dos problemas
- Media – debate público informado
- Cooperação entre partidos e parceiros sociais (confederações patronais e confederações sindicais) para soluções negociadas e coerentes com horizontes de médio-longo prazo.
- Avaliação do que foi feito em Portugal, na Europa e no mundo.

O fórum das políticas públicas

“O processo de políticas públicas exige, além de soluções técnicas, capacidades políticas de negociação e de cooperação exercidas de forma sustentada, envolvendo os diferentes partidos políticos e outras instituições e visando objetivos de longo prazo.”

Exemplo_ Plano Nacional de Saúde 2012-2016



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

3a Sessão

**Problemas Económicos e o
Memorando de
Entendimento com a Troika**

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

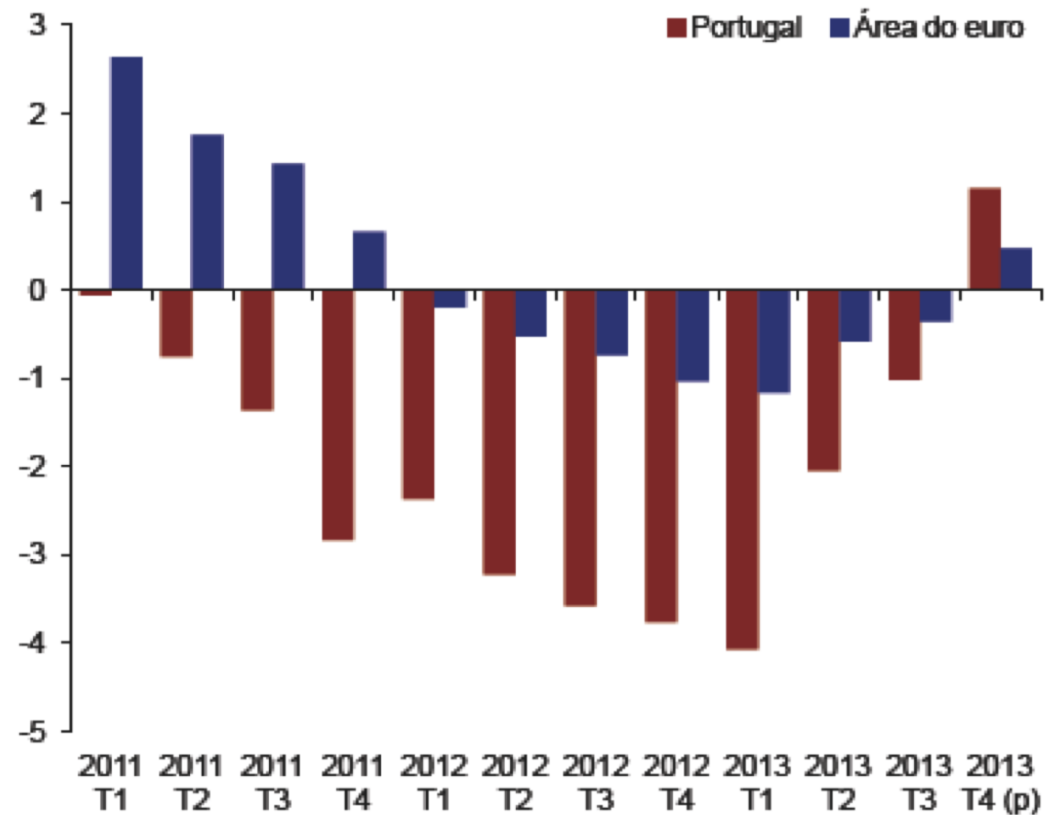
Os 4 principais problemas económicos do país:

- ① Crescimento económico e a formação de riqueza
- ② Dívida pública
- ③ Défice Orçamental
- ④ Balança de transações

1. O crescimento económico e a formação de riqueza:

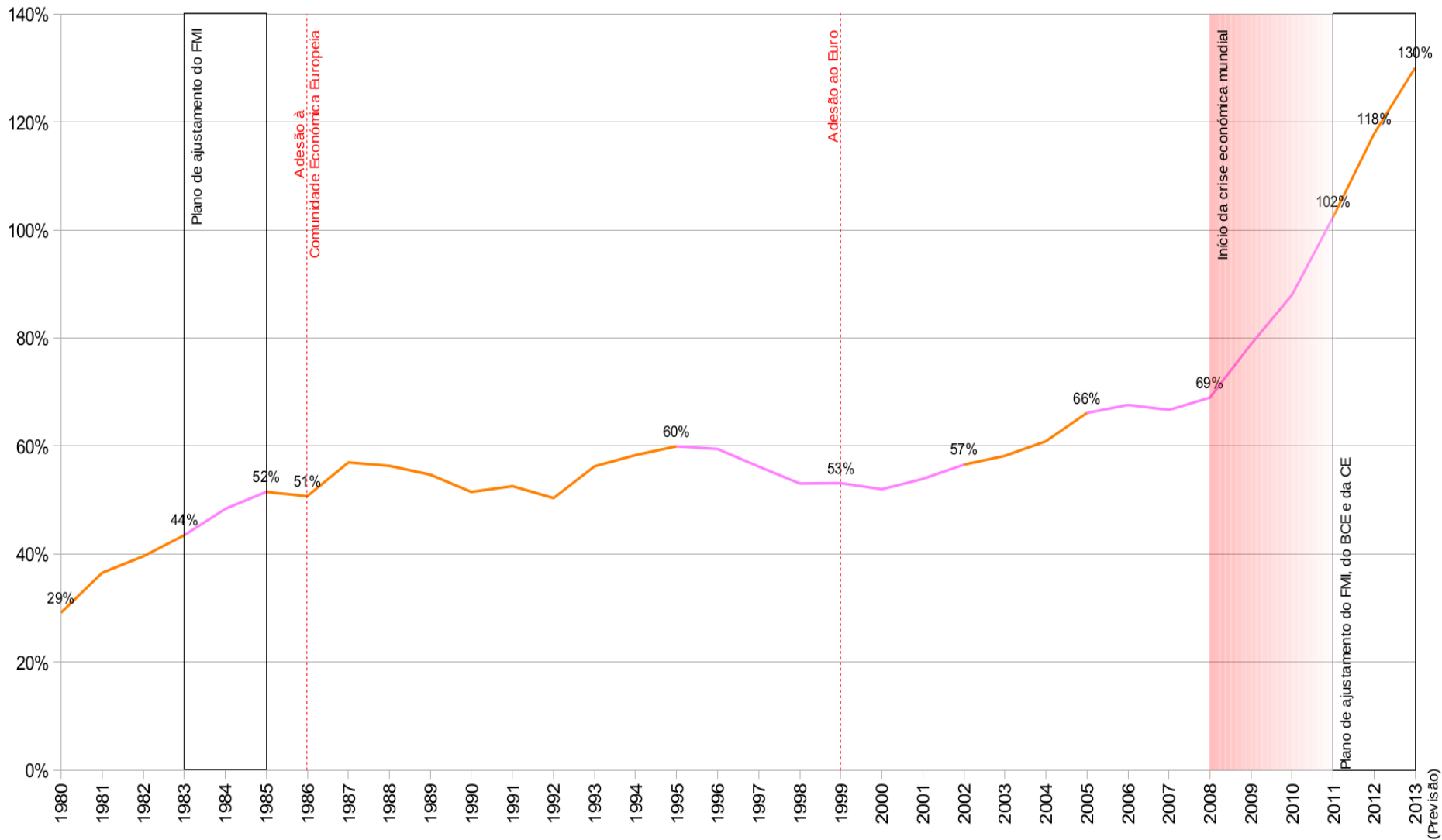
De 2000 a 2010
PIB cresceu 0,3%/ano
EU: Média 1%

EVOLUÇÃO DO PIB | TAXA DE VARIAÇÃO HOMÓLOGA, EM PORCENTAGEM



Fontes: BCE, Eurostat e Banco de Portugal.

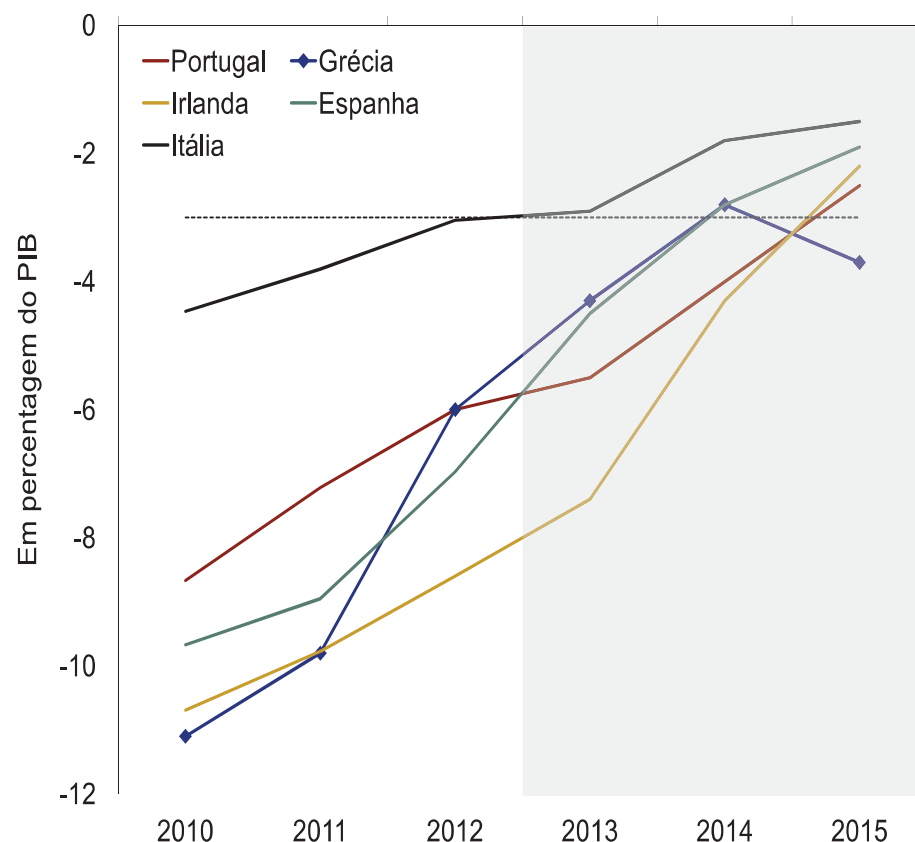
2. Dívida Pública



3. Défice Orçamental:

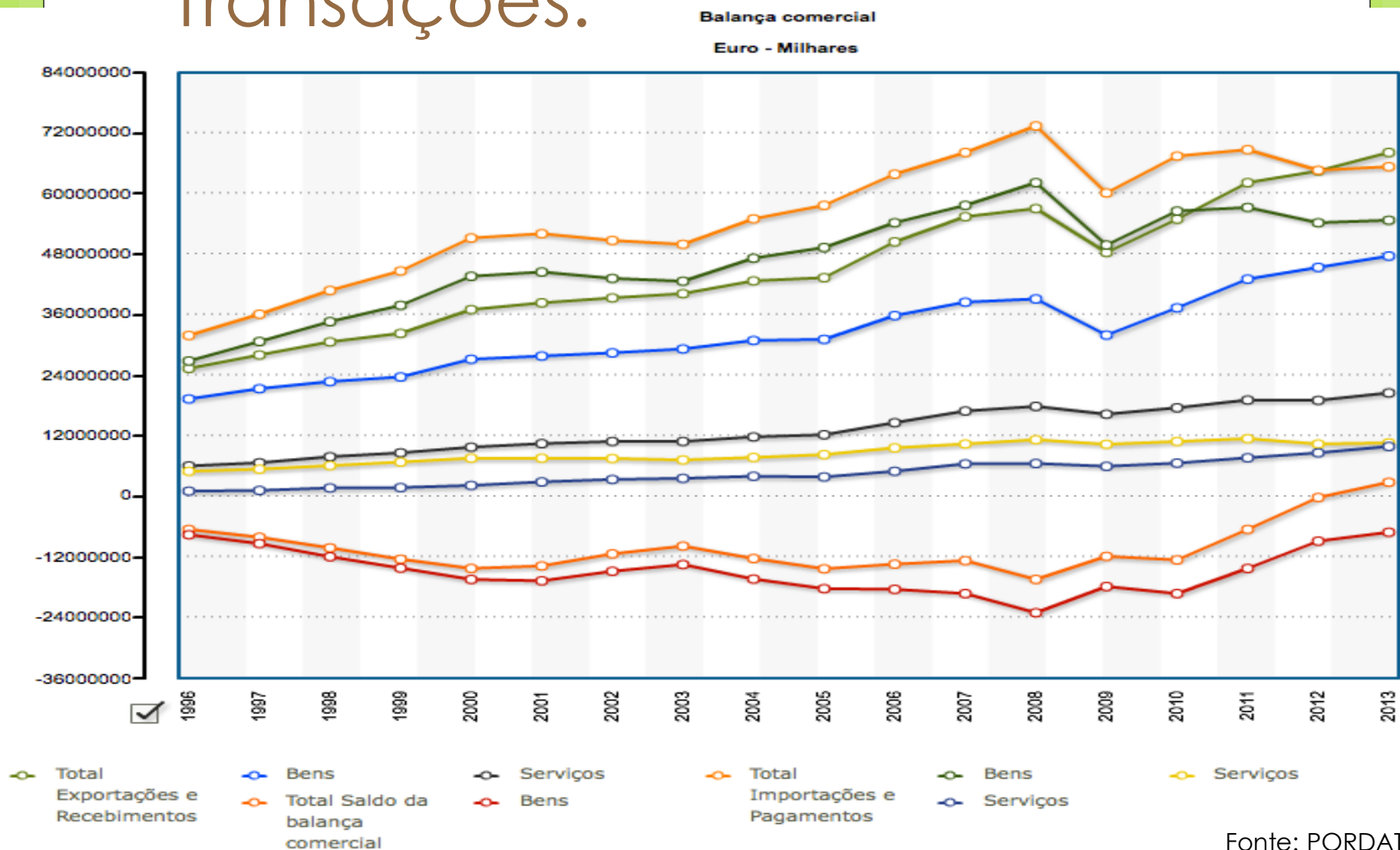
% do PIB em que a despesa é superior à receita face ao equilíbrio orçamentado.

PROJEÇÕES PARA O SALDO ORÇAMENTAL



Fontes: Espanha – “Biannual Budget Plan 2013-2014”; Grécia – “Medium term fiscal strategy 2013-2016”; Itália - Atualização do Programa de Estabilidade; Irlanda – Atualização do Programa de Estabilidade; Portugal – Ministério das Finanças.

3. Balança de Transações:



3. Balança de Transações:

PORTUGAL: 2013-2015 | TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL,

	Pesos 2012	BE Inverno 2013		
		2013 ^(p)	2014 ^(p)	2015 ^(p)
Produto Interno Bruto	100.0	-1.5	0.8	1.3
Consumo Privado	65.7	-2.0	0.3	0.7
Consumo Público	18.2	-1.5	-2.3	-0.5
Formação Bruta de Capital Fixo	16.0	-8.4	1.0	3.7
Procura Interna	100.6	-2.7	0.1	0.9
Exportações	38.7	5.9	5.5	5.4
Importações	39.3	2.7	3.9	4.5
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)				
Exportações Líquidas		1.1	0.7	0.4
Procura Interna		-2.7	0.1	0.9
da qual: Variação de Existências		0.2	0.2	0.0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		2.5	3.8	4.7
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1.7	2.7	3.5
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0.5	0.8	1.2

Fonte: Banco de Portugal.

Obstáculos ao crescimento e desenvolvimento económico:

- ① Défice de qualificação da população portuguesa
- ② Défice de desenvolvimento científico e tecnológico
- ③ Desigualdades sociais
- ④ Rigidez das regras do mercado de trabalho
- ⑤ Rigidez das regras de funcionamento de mercados
- ⑥ Regime fiscal e de incentivos
- ⑦ Modelo Energético

1. Défice de qualificação da população portuguesa

	55,7	100,0	88,1	80,8	
	60,1	100,0	89,1	82,5	
	65,9	100,0	87,3	82,7	
	68,6	100,0	88,7	83,5	
	71,6	100,0	87,4	83,9	
	74,8	100,0	87,0	86,8	
	76,3	100,0	86,0	84,2	
	76,4	100,0	86,8	82,5	
	77,1	100,0	86,9	82,0	
	77,4	100,0	86,4	82,5	
	77,7	100,0	84,4	83,5	
	77,7	100,0	88,0	86,5	
	79,0	100,0	92,0	86,2	
	82,3	100,0	94,9	87,3	
	83,9	100,0	93,8	89,5	
	85,7	100,0	95,4	92,1	
	89,3	100,0	92,3	89,9	

2. Défice de desenvolvimento científico e tecnológico

Ano	I&D Total	Investigadores Total	Ratio I&D/PIB (%)
1988	10 883	6 561	0,39
1990	12 043	7 736	0,48
1992	13 448	9 451	0,58
1993	15 465	11 599	0,54
1999	20 806	15 752	0,71
2000	22 970	17 725	0,80
2003	25 529	20 242	0,74
2004	25 728	21 126	0,81
2007	35 334	28 176	1,21
2008	47 882	40 408	1,51
2009	52 313	45 909	1,71

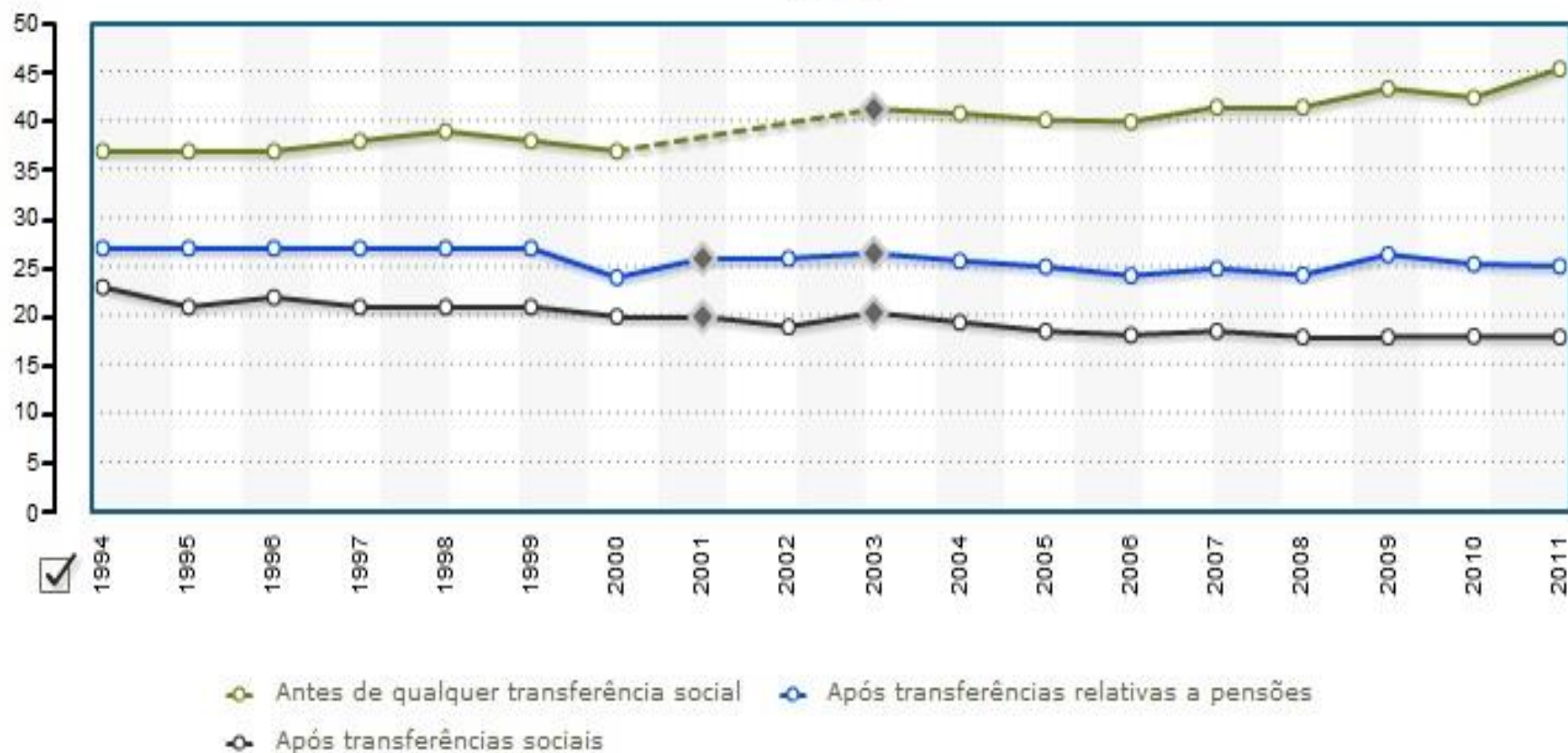
Fonte: GPEARI/MCTES, Novembro 2010

3. Desigualdades sociais

Taxa de risco de pobreza em Portugal

Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais

Taxa - %



4. Rigidez das Regras de Mercado de Trabalho

Novo código do trabalho desde 2003.

5. Rigidez das Regras de Funcionamentos dos Mercados

Leis da concorrência, das falências e do arrendamento, morosidade na justiça

6. Regime fiscal e de incentivos

Desfavorável ao investimento em empresas e ao equilíbrio entre as grandes e as PMEs

7. Modelo energético

Assente em combustíveis fósseis



**CRISE
2008/
2009**

Memorando de Entendimento com a Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia)



**Consolidação Orçamental
Flexibilização da Economia
Redução da Despesa Pública
Crescimento económico e
desenvolvimento**

Redução do Défice público a 3% e da dívida
no curto-prazo
(para obtenção de crédito e
permanecer no Euro)

Consolidação Orçamental:

- “É um conceito material que identifica o resultado das medidas de política financeira destinadas reduzir o défice e a dívida.”
- “Estuda as várias formas de ajustamento orçamental e os seus efeitos na actividade económica e está associada a uma metodologia de quantificação do efeito do ciclo nas políticas orçamentais.”
- Problemas a tratar:
 - Receitas: Equidade e eficiência fiscal
 - Despesas: Identificação de prioridades

Flexibilização da Economia e dos Mercados

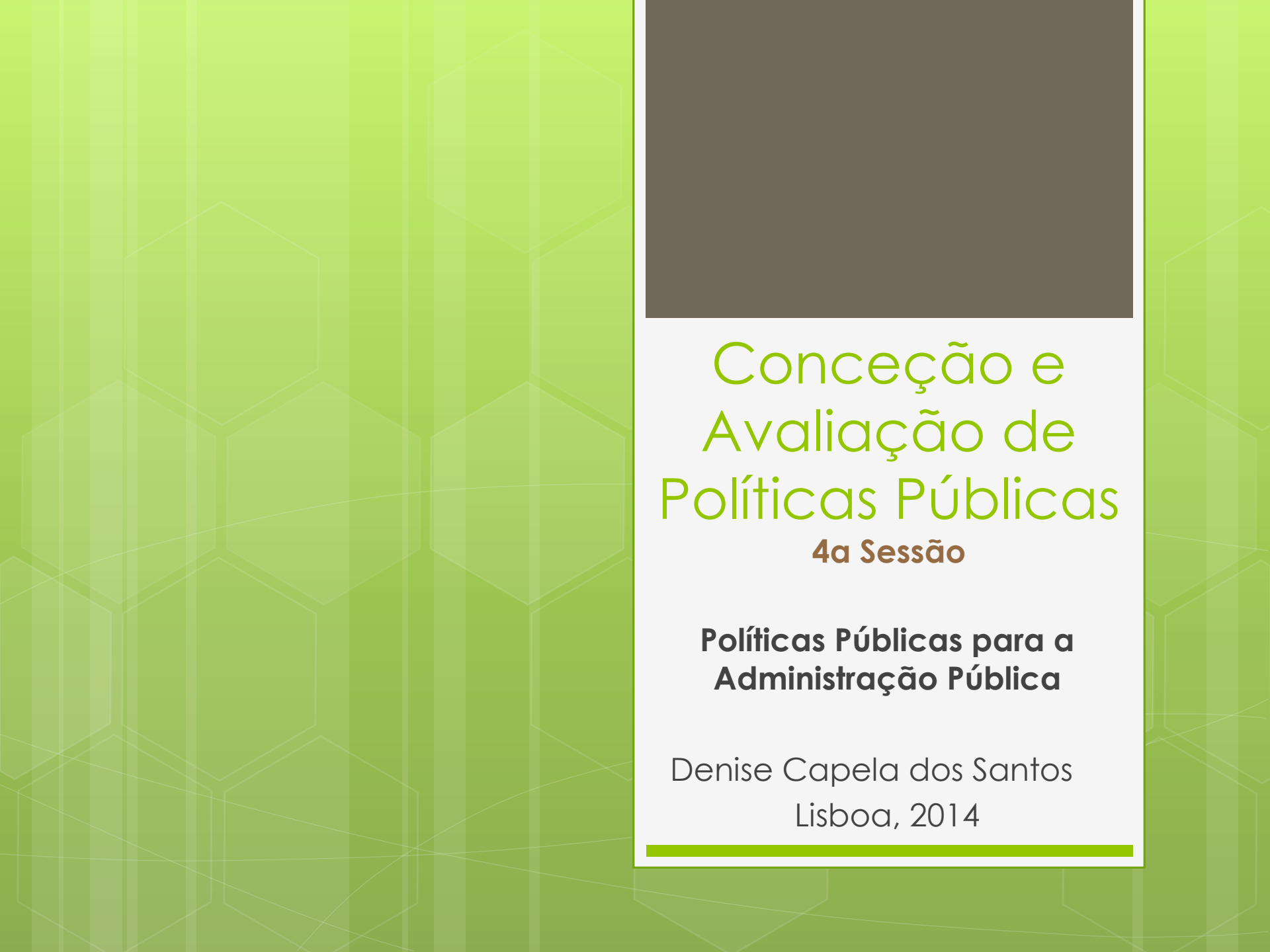
- Através de privatizações, alterações nas políticas energéticas, nas políticas de regulação do mercado de emprego, e do funcionamento do sector na justiça.

Redução da Despesa Pública:

- Administração pública (redução do número de funcionários, do número de dirigentes e do número de organismos públicos): cortes nos subsídios de férias e de Natal
- Administração local – autarquias: redução do número de freguesias, quadro de competências e de autonomia no poder central e local
- Sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde: gestão hospitalar, rede de unidades de saúde familiar, do controlo de tecnologias de diagnóstico e terapêutica e de gastos com medicamentos

Crescimento Económico:

- PP que reduzam desigualdades sociais
- Superem o défice de educação, formação (de professores) e qualificação do capital humano
- Investimento público em ciência, tecnologia e inovação
- Renovação da imagem externa do país
- Política fiscal eficaz na captação de receita
- Articulação entre empresas e universidades nos setores energia, indústria e ambiente
- Criação de uma “marca Portugal” de qualidade, com vantagem competitiva e estratégia consistente, persistente e durável.



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

4a Sessão

**Políticas Públicas para a
Administração Pública**

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas públicas para a AP



Anos 80

Reforma para a AP

- ① Crescentes encargos financeiros
- ② Contenção/ redução da despesa pública
- ③ Maior exigência cidadãos dos serviços públicos
 - ① Qualificações
 - ② Rapidez no serviço
- ④ Efeito contágio e aprendizagem restantes países
UE e Organização para a Cooperação e
Desenvolvimento Económico (OCDE)



- ① Crescentes encargos financeiros
- ② Contenção/ redução da despesa pública

	Portugal	Reino Unido	Espanha	Suécia	Eslováquia
Trabalhadores da administração pública na pop. activa	12,10%	17,40%	12,30%	26,20%	10,70%
Remunerações em % PIB	11,80%	11,20%	11,40%	14,40%	7,50%
Despesa <i>outsourcing</i> em % PIB	9,60%	13,30%	8,80%	12,10%	10,60%
Taxa eficiência fiscal	0,26%	0,28%	0,13%	0,23%	0,18%
Ranking Doing Business	30	7	44	14	48
Serviços públicos para o cidadão online %	83%	91%	58%	75%	17%

Fonte: OCDE, Doing Business - Banco Mundial e Europe's Digital Competitiveness Report - Comissão Europeia

2012 (15% OCDE)

1968 196455 Funcionários

2005 747880 Funcionários

2010 631584 Funcionários

3- Maior exigência cidadãos dos serviços públicos

Principais problemas relativos à eficiência e eficácia da AP:

- Baixa produtividade
- Excesso e repetição de procedimentos
- Sobreposição de organismos e tarefas
- Desresponsabilização no processo decisório
- Pouca relevância da avaliação custo-benefício/desempenho
- Excessivo peso na progressão da carreira por antiguidade

Melhoria do desempenho dos RH – Mecanismos de Avaliação e Promoção Variáveis



3- Maior exigência cidadãos dos serviços públicos

2010	Até 4 anos de escolaridade	6 anos de escolaridade	9.º ano ou equivalente	12.º ano ou equivalente	Ensino Superior	Total
Órgãos soberania e entidades independentes	347	291	1.638	6.664	4.610	13.550
Min. Presidência	340	266	865	1.721	2.523	5.715
Min. Administração Interna	2.873	5.329	15.206	23.574	2.851	49.833
Min. Agricultura, Mar, Ambiente	1.233	589	1.387	2.318	5.568	11.095
Min. Defesa	1.752	1.522	15.155	18.252	8.632	45.313
Min. Educação e Ciência	9.940	9.445	16.177	21.760	181.135	238.457
Min. Economia	395	385	1.019	2.953	6.029	10.781
Min. Finanças	301	226	1.196	6.400	5.912	14.035
Min. Justiça	810	1.061	3.022	7.533	4.288	16.714
Min. Neg. Estrangeiros	194	219	356	686	1.915	3.370
Min. Saúde	8.289	7.957	12.733	22.126	76.256	127.361
Min. Seg. Social	1.217	970	1.918	6.514	7.446	18.065
Total	27.691	28.260	70.672	120.501	307.165	554.289
Peso no total (%)	5	5,1	12,8	21,8	55,3	100

Fonte: Direção Geral do Emprego Público.

a) Emprego considerando todos os trabalhadores em exercício de funções nas Entidades Públicas Empresariais (com vínculo público no âmbito da LVCR e com contrato de trabalho ao abrigo do Código do Trabalho); b) Inclui trabalhadores em Situação de Mobilidade Especial (SMEs) ativos; c) Não inclui prestações de serviços.

3- Maior exigência cidadãos dos serviços públicos

	Portugal	Reino Unido	Espanha	Suécia	Eslováquia
Trabalhadores da administração pública na pop. activa	12,10%	17,40%	12,30%	26,20%	10,70%
Remunerações em % PIB	11,80%	11,20%	11,40%	14,40%	7,50%
Despesa <i>outsourcing</i> em % PIB	9,60%	13,30%	8,80%	12,10%	10,60%
Taxa eficiência fiscal	0,26%	0,28%	0,13%	0,23%	0,18%
Ranking Doing Business	30	7	44	14	48
Serviços públicos para o cidadão online %	83%	91%	58%	75%	17%

Fonte: OCDE, Doing Business - Banco Mundial e Europe's Digital Competitiveness Report - Comissão Europeia

	1986-1992	1993-1995	1996 - 2001	2002-2004	2005-2009	2010-
Reorganização do estado da administração pública	Melhoria dos serviços públicos e do atendimento do cidadão.	Recenseamento da administração pública.	Atendimento aos cidadãos concentrado num mesmo local.	Princípios e normas da organização da administração directa do Estado Lei-quadro dos institutos públicos	PRACE Implementação de uma lógica técnica e funcional na estruturação dos serviços públicos transversal a todos os ministérios. Sistema de avaliação dos serviços (QUAR)	PREMAC Redução do n.º de organismos públicos Racionalização dos serviços através de fusões e extinções
Gestão e aliação de RH	Carta deontológica da função pública Controlo de admissões Contratação de qualificados	Carta de qualidade Qualificação de funcionários públicos (PROFAP)		Estatuto do dirigente. Avaliação dos funcionários públicos (SIADAP) Diferenciação salarial.	Redução do n.º de carreiras do regime geral e dos regimes especiais. Introdução de mecanismos de mobilidade. Aproximação do regime de protecção social da AP ao do setor privado Criação da figura do contrato de trabalho em funções públicas	Redução do número de funcionários e do peso salarial Introdução do concurso para recrutamento dos altos dirigentes da administração
Simplificação administrativa e desburocratização	Simplificação burocrática assente na supressão das formalidades.	Foco no cidadão-utente.	Informatização dos serviços. Postos únicos de atendimento.		Programa Simplex. Modelo balcão integrado. Serviços online	
Bandeiras	Fim do papel 25 linhas. Linhas de atendimento. Abertura ao público na hora de almoço	Postos de atendimento ao cidadão Livro de reclamações	Loja do Cidadão	SIADAP	Simplex, Empresa na Hora, Cartão do Cidadão, Documento Único Automóvel, marcações online.	

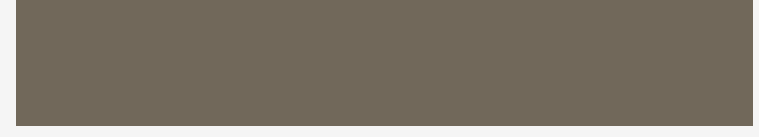
4. Efeito contágio UE e OCDE

Medidas incluídas no Memorando:

- Redução das despesas com pessoal em % PIB
- Limitação das admissões de pessoal na AP (descrécimo ao ano de 2% na Administração Central e 1% A. Local e regional 2012-2014)
- Congelamento salários 2012 e 2023
- Limitação de promoções
- Redução do custo orçamental global ADSE e outros (ADME, ADM, etc.)
- Redução 15% estruturas e dirigentes
- Mobilidade na AP

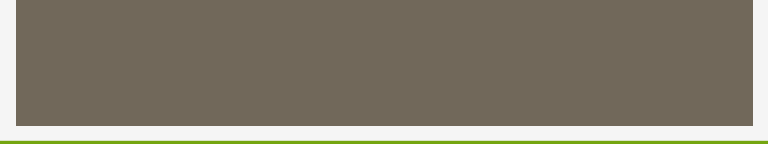
Como reformar a AP?

- ◉ Reforço do sistema de fiscalização e auditoria
- ◉ Práticas de transparência e reporte de atividade
- ◉ Modelos de organização baseados no privado
- ◉ Convergência de regimes laborais público e privado
- ◉ Introdução sistemática das TIC
- ◉ Aproximação com as pessoas
- ◉ Filosofia “mais com menos”
- ◉ Redefinição do estado social (subsidiariedade, eficácia redistributiva da política fiscal e grau de pobreza)
- ◉ Inovação (Saúde, Educação, Segurança, Ordenamento Urbano, Serviços Municipais)



- Forte ênfase do gestor e na implementação da nova cultura organizacional:

- Simplificar a essência dos problemas e dos processos;
- Inculcar necessidade extrema de mudança em torno de um objetivo comum;
- Comunicar de forma inspiradora, transparente e clara;
- Manter equipes talentosas, dinâmicas e multidisciplinares;
- Voltar o foco da gestão para a identificação e monitorização dos resultados da organização;

- 
- Forte ênfase do gestor e na implementação da nova cultura organizacional (cont.):
 - Incentivar os gestores a gerirem considerando o auto-controlo e o controlo de gestão interno com maior responsabilidade nas decisões sobre as actividades e recursos que gerem;
 - Incentivar o desempenho e a execução de relatórios sobre os indicadores monitorizados e ações a tomar em função de objetivos pré-definidos.
 - Reconhecimento e confiança
 - Reprodutibilidade e sustentabilidade da estratégia



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

5a Sessão

Política Fiscal

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Política Fiscal e despesa pública

Receitas dos Estado/ sustentabilidade/
Equilíbrio Orçamental

Política Fiscal

- ① Estrutura do sistema fiscal – equidade e justiça
- ② Capacidade para cobrar receita

Despesa Pública

- ① Dimensão do Estado
- ② Composição e Eficiência (funções soberania, prestações sociais e serviços públicos)

Política Fiscal: Evolução Histórica

1986 – UE : Reforma fiscal – IRS, IRC, IVA

2003 – IMI, IMT abolição IS

2007 – Alteração ISV para taxa de diferenciação em termos de performance ambiental (emissões CO)

2006 – desde 1974 receita fiscal duplica em % PIB para 35,9% – ultrapassa média OCDE (35% PIB), abaixo UE (37,1% PIB) e zona euro (38,4% PIB)

2009 – reforma código contributivo da SS (demografia e emv)

Impacto pós troika desconhecido.

Estrutura Fiscal

	% do PIB	Milhões EUR	Peso no total dos impostos
Impostos Directos	10,7%	17.408,8	29,2
Sobre o rendimento	9,4%	15.403,3	25,9
IRS	5,7%	9.374,6	15,7
IRC	3,7%	6.028,7	10,1
Imposto do selo sobre salários	0,0%	0,0	0
Sobre o património	1,2%	2.005,6	3,4
Imposto sobre sucessões e doações	0,0%	9,9	0
IMI / contribuição autárquica	0,6%	1.026,7	1,7
IMT / sisa	0,6%	924,9	1,5
Imposto do selo sobre transacções de imóveis	0,0%	44,1	0
Impostos Indirectos	14,1%	22.955,5	38,6
IVA	8,8%	14.338,8	24,1
Imposto sobre tabaco	0,7%	1.165,4	1,9
Impostos sobre álcool e bebidas alcoólicas	0,1%	228,7	0,4
Imposto sobre produtos petrolíferos	2,0%	3.320,7	5,6
Imposto do selo (restante)	1,1%	1.762,3	2,9
Impostos sobre as vendas de veículos	0,7%	1.220,7	2,0
Outros impostos sobre veículos	0,1%	229,0	0,4
Impostos alfandegários	0,1%	185,9	0,3
Outros	0,3%	504,2	0,8
Receitas fiscais	24,7%	40.364,4	67,9
Contribuições para a segurança social	11,7%	19.052,4	32,0
Total	36,4%	59.416,8	100%

Fonte: António C Santos e Augusto Ferreira Martins (2009) in Relatório do Grupo para o Estudo da Política Fiscal. Competitividade, 55-10. www.dgsi.gov.pt

Impostos indiretos devem ter maior peso por serem promotores da equidade tributária ou da justiça fiscal!

IRS

Indivíduos ou agregados com rendimentos anuais superiores a 6000 euros ou 4104 euros de pensões.

sobretaxa extraordinária de irs, no valor de 3.5% para todos os trabalhadores da setor público e privado, com salários de valor superior ao salário mínimo nacional - 485€.

Rendimentos superiores a 80.000 euros anuais - **taxa adicional** de solidariedade, no valor de **2.5%**.

Rendimentos superiores a 250 mil euros - taxa adicional de solidariedade de **5%**.

IRS

Rendimento Coletável

Taxa

até 7000 euros	14.50%
+ 7000€ a 20 000€	28.50%
+ 20 000€ a 40 000€	37%
+ 40 000€ a 80 000€	45%
+ 80 000€	48%

Escalões de rendimento em euros	% do total de agregados (2009)	% de IRS liquidado por escalão de rendimento
0 a 5.000	14	<1
5.000 a 10.000	29	1
10.000 a 19.000	28	4
19.000 a 27.500	12	8
27.500 a 40.000	8	14
40.000 a 100.000	8	45
100.000 a 250.000	1	21
250.000 a ***	<1	7

IRC

2007 – 9,3% face à % de receita total (Alemanha 1,7%, Espanha 7,6%, 8% UK); Imposto total - 25%

Diferenciação entre lucros distribuídos (rendimento) e não distribuídos (capitalização e reinvestimento)

IVA

2009 – 42% da despesa total cobrada (Média UE 38%)

Taxa diferenciada entre produtos e setores de atividade 13% Alimentação – 23% Bebidas
13% Vinho – Hotelaria?

IMI

Taxa fixada pelas autarquias locais

Problemas:

- Fórmula de cálculo

- Multiplicidade de insenções sem prazo de vigência

- Excessiva tributação de prédios novos em relação aos antigos

- Diferenças entre prédios arrendados e não arrendados

- Aplicação do IMI a prédios no ativo de empresas

Contribuições para SS

Responsabilidade do Estado em Educação, Saúde e Proteção Social (Polícia, Militares) e Redistribuição social (Desemprego)

21% Entidades Empregadoras

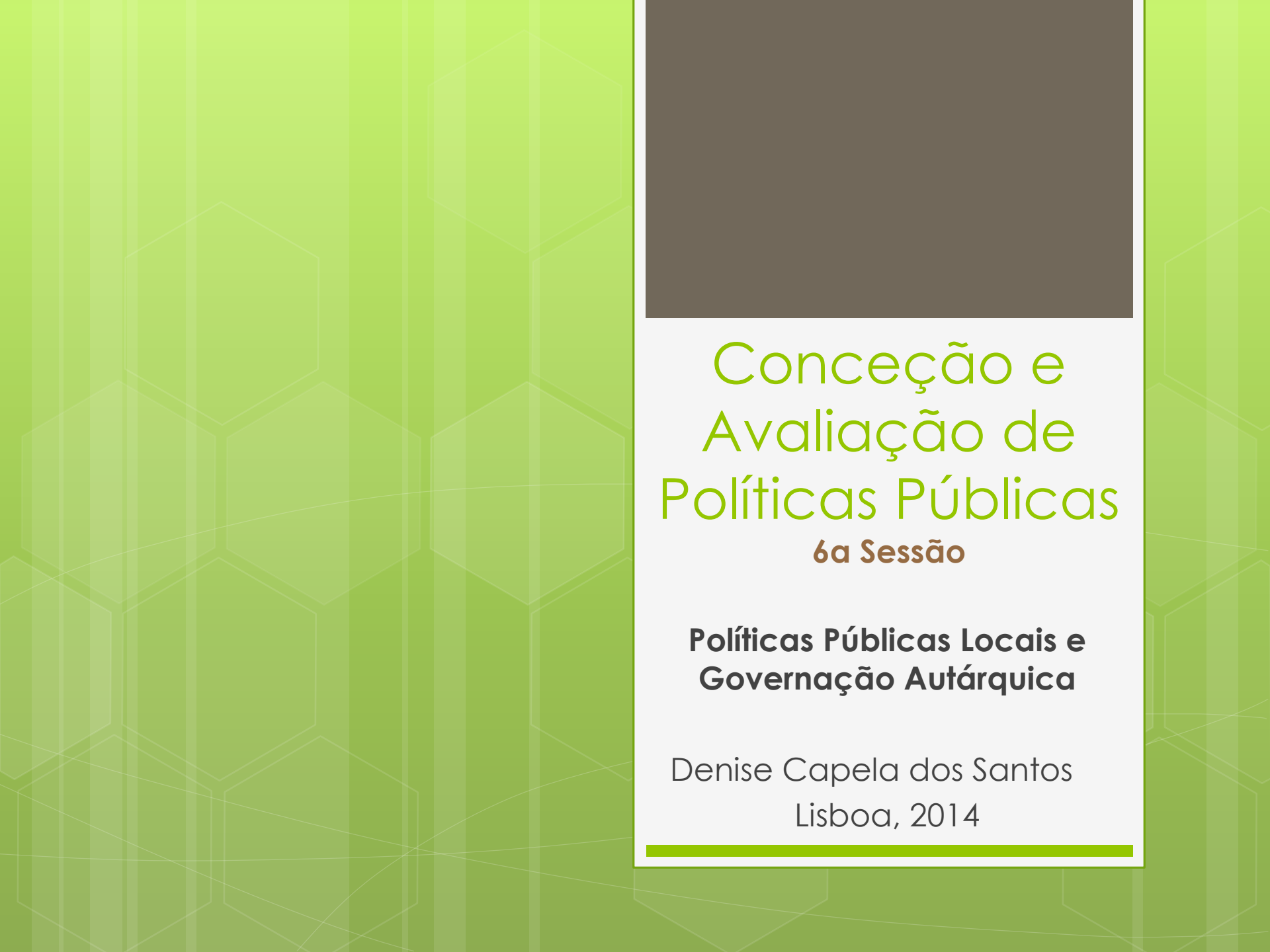
11% Trabalhadores



- Crescimento económico é imperativo como condição da sustentabilidade das receitas fiscais.
- Institucionalização de mecanismos de avaliação da eficiência, da eficácia e dos reais impactos das políticas públicas.

Política fiscal de despesa pública para redução do défice (TROIKA)

- Medidas de redução do custo laboral para aumento da competitividade
- Redução dos custos salariais da AP
- Congelamento de todos os benefícios fiscais
- Redução das deduções fiscais em IRC
- Aumento do IVA (taxas baixas e intermédias para taxas altas), aumento do imposto sobre o tabaco
- Combate à evasão fiscal
- Cortes na despesa pública: Aumento das taxas moderadoras e redução de serviços de saúde; redução das necessidades de pessoal e racionalização da rede escolar.



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

6a Sessão

**Políticas Públicas Locais e
Governança Autárquica**

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas Públicas Locais: Definição de Conceitos

Autarquias - Qualquer divisão com poderes e autonomia que se encarrega da administração de uma região ao nível local. Tanto os concelhos como as freguesias são autarquias.

Concelhos ou Municípios- Com origem nas cartas de foral dadas pelos reis, são a divisão administrativa com menos alterações ao longo dos séculos. A sua gerência é feita com base na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal.

Freguesias - Subdivisões dos concelhos (ou municípios); tem de haver sempre pelo menos uma freguesia por concelho

Definição de Conceitos

Câmara Municipal - órgão executivo composto por um número ímpar de vereadores (entre 5 e 7, de acordo com a população) eleitos diretamente.

Assembleia Municipal - órgão fiscal da actividade da câmara. Parte dos membros da assembleia, cujo número varia de acordo com a população e as juntas de freguesia existentes, são eleitos diretamente; sendo os restantes membros os presidentes das juntas de freguesia de que o concelho é composto.

Definição de Conceitos

Junta de Freguesia - órgão executivo eleito pelos membros da Assembleia de Freguesia.

Assembleia de Freguesia - órgão com poder de decisão eleito, pelos cidadãos recenseados, em listas que podem ser, ou não, partidárias.

Evolução Histórica

Sec XIX – Início do Municipalismo – conciliação dos interesses dissemelhantes das diferentes regiões.

1933 – Estado Novo: Municípios destituídos de autonomia e de recursos financeiros próprios

1936 – Reforma do Código Administrativo – divisão do território em 4 níveis administrativos:
Freguesia, concelho, distrito e província.

1974 – Autonomia do poder local

1976 – Constituição da República Portuguesa-
Organização democrática das autarquias locais
(estatuto jurídico, autonomia financeira e administrativa)

1977 – Aprovação da Lei das Autarquias Locais

1979 – Aprovação da Lei das Finanças Locais

1999 – CEE: Associação Nacional de Municípios
(administração eficaz e próxima do cidadão)

2003 – Comunidades Intermunicipais (agregação,
regionalização e desenvolvimento local)

Número de Municípios

Anos	Nº de Concelhos	
	1991 a 1997	1998 a 2013
PORTUGAL (PORTUGAL)	305	308
CONTINENTE (MAINLAND)	275	278
REGIÕES AUTÓNOMAS (AUTONOMOUS REGIONS)	30	30
Distritos		
Aveiro	19	19
Beja	14	14
Braga	13	14
Bragança	12	12
Castelo Branco	11	11
Coimbra	17	17
Évora	14	14
Faro	16	16
Guarda	14	14
Leiria	16	16
Lisboa	15	16
Portalegre	15	15
Porto	17	18
Santarém	21	21
Setúbal	13	13
Viana do Castelo	10	10
Vila Real	14	14
Viseu	24	24

Número de Freguesias

Anos	Nº de Freguesias							
	1991 e 1992	1993 a 1995	1996	1997 a 2000	2001	2002 e 2003	2004 a 2012	2013
PORTUGAL (PORTUGAL)	4208	4221	4222	4241	4252	4257	4260	3092
CONTINENTE (MAINLAND)	4005	4018	4018	4037	4047	4047	4050	2882
REGIÕES AUTÓNOMAS (AUTONOMOUS REGIONS)	203	203	204	204	205	210	210	210
Distritos								
Aveiro	208	208	208	208	208	208	208	147
Beja	98	98	98	98	100	100	100	75
Braga	512	512	512	512	514	514	515	347
Bragança	298	298	298	298	299	299	299	226
Castelo Branco	159	159	159	160	160	160	160	120
Coimbra	206	207	207	208	209	209	209	155
Évora	88	88	88	91	91	91	91	69
Faro	76	78	78	84	84	84	84	67
Guarda	336	336	336	336	336	336	336	242
Leiria	148	148	148	148	148	148	148	110
Lisboa	210	215	215	222	226	226	226	134
Portalegre	85	86	86	86	86	86	86	69
Porto	385	385	385	385	383	383	383	243
Santarém	191	191	191	191	192	192	193	141
Setúbal	79	81	81	82	82	82	82	55
Viana do Castelo	290	290	290	290	290	290	290	208
Vila Real	265	266	266	266	267	267	268	197
Viseu	371	372	372	372	372	372	372	277

Estrutura Financeira dos Municípios

	10 ⁶ euros	% PIB	% AP's*
Receita Total	8251,0	4,9	
Activos Financeiros	938,6		
Passivos Financeiros	55,6		
Receita Total sem operações financeiras	7256,8	4,3	
Receita Total sem operações financeiras consolidada	3816,9	2,27	5,87
Despesa Total	8370,3	5,0%	
Activos Financeiros	42,4		
Passivos Financeiros	459,8		
Despesa Total sem operações financeiras	7868,1	4,7%	
Despesa Total sem operações financeiras consolidada	7414,7	4,4	9,4
da qual despesa de capital	2396,9		36,8
da qual despesa corrente	5017,8		6,9
Saldo Global, sem operações financeiras	-611,3	0,36	4,32
Saldo Primário	-417,9		
Saldo Corrente	544,4		

Fonte:

Receitas e Despesas dos municípios: Contas de Gerência dos Municípios para o ano de 2009, disponibilizadas no Portal Autárquico <http://www.portalautarquico.pt/portalautarquico/>

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2011-2012

Renovação Organizacional

- ✓ Fundo de coesão municipal compensação fiscal (CF) e compensação da desigualdade de oportunidades (CDO) e fundo social municipal
- ✓ Crescente independência fiscal
- ✓ Reforço de: receitas próprias, ambiente (gestão do ruído, qualidade do ar, áreas protegidas, praias) e saneamento básico, ordenamento do território e urbanismo, educação de crianças, jovens e adultos (gestão do parque escolar, contratação de pessoal não docente, promoção de atividades de enriquecimento curricular, ocupação dos tempos livres)

Problemas:

1. **Dependência Financeira:** Desde Lei das Finanças Locais (2007) que podem isentar os seus munícipes até 3% da coleta de IRS, assim como podem isentar IMI, IMT, etc. Redução de receitas pela redução de transações de imóveis.
2. **Modelo de governação:** Dimensão dos executivos autárquicos (redução vereadores com base no número de eleitores), dificuldade em maiorias expressivas, reforço dos poderes de fiscalização da assembleia municipal, presidente do município acumula presidência da assempleia.

Problemas:

3. Contexto de Pressão Externa/ Memorando de Entendimento:

- Reorganizar as administrações (e a prestação de serviços) locais e regionais, reduzindo 175M€ as transferências para estas organizações
- Melhorar eficiência pela melhoria procedimentos e funcionamento de empresas, fundações, associações; melhoraria do processo orçamental, reforçar a gestão do risco, a responsabilização, a monitorização e o reporte

Problemas:

- Revisão das Leis das Finanças Locais e Regionais no que se refere à inclusão de todas as entidades públicas relevantes no perímetro das administrações local e regional; enquadramento plurianual das regras de despesa, saldos orçamentais e regras de endividamento, e de orçamentação de programas; e interação de funções com o Conselho das Finanças Públicas.
- Apresentação do plano para alcance do objetivo de redução dos cargos de dirigentes e unidades administrativas num mínimo de 15% até final de 2012, por cada município (inclui regiões autónomas).

Comparação Internacional

	Número de municípios	Área média (km²)	Média de habitantes por concelho	Despesa pública municipal pc	% Despesa públ. municipal na despesa pública	% Receita municipal de impostos	% Receita municipal de impostos na % receita de imposto total	Principais áreas da despesa local (em %)	
Espanha	8.116	62	5.660	5.614	53,4	46,4	54,4	Educação	20.0
								Protecção Social	6.8
								Serviços gerais	17.0
								Saúde	25.2
								Ass Económicos	12.9
								Outros	18.1
Suécia	290	1.552	32.210	8.244	47,9	63,8	43,5	Educação	21.4
								Protecção Social	26.8
								Serviços gerais	11.3
								Saúde	27.0
								Ass Económicos	6.0
								Outros	7.5
Reino Unido	406	601	152.200	3.650	27,9	12,9	6,5	Educação	31.7
								Protecção Social	27.8
								Serviços gerais	6.0
								Saúde	0.0
								Ass Económicos	8.9
								Outros	25.6
Lituânia	60	1.088	55.655	843	24,3	33,5	20,0	Educação	36.9
								Protecção Social	6.8
								Serviços gerais	6.9
								Saúde	20.8
								Ass Económicos	12.1
								Outros	16.5
Portugal	308	99	34.520	1.121	14,7	33,6	9,9	Educação	9.3
								Protecção Social	2.9
								Serviços gerais	36.2
								Saúde	4.2
								Ass Económicos	21.4
								Outros	26.0
França	36.682	17	1.770	7.287	40,6	46,1	34,2	Educação	16.4
								Protecção Social	16.2
								Serviços gerais	18.6
								Saúde	1.0
								Ass Económicos	12.4
								Outros	35.4

Fonte: EU sub-national governments: 2009 key figures. 2010/2011 Edition. CEMR-Dexia



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

7a Sessão

Políticas de Saúde

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas de Saúde

Década 70: “Direito à Saúde”

Sistema de Saúde Universal, Geral e Tendencialmente Gratuito!

Década 80: “Contenção de Custos”

Abrandamento económico, aumento custos com profissionais (crescente especialização) e tecnologias da saúde.

Década de 90: “Eficiência e Efectividade”

Década de 20?

Sustentabilidade para acesso e qualidade?



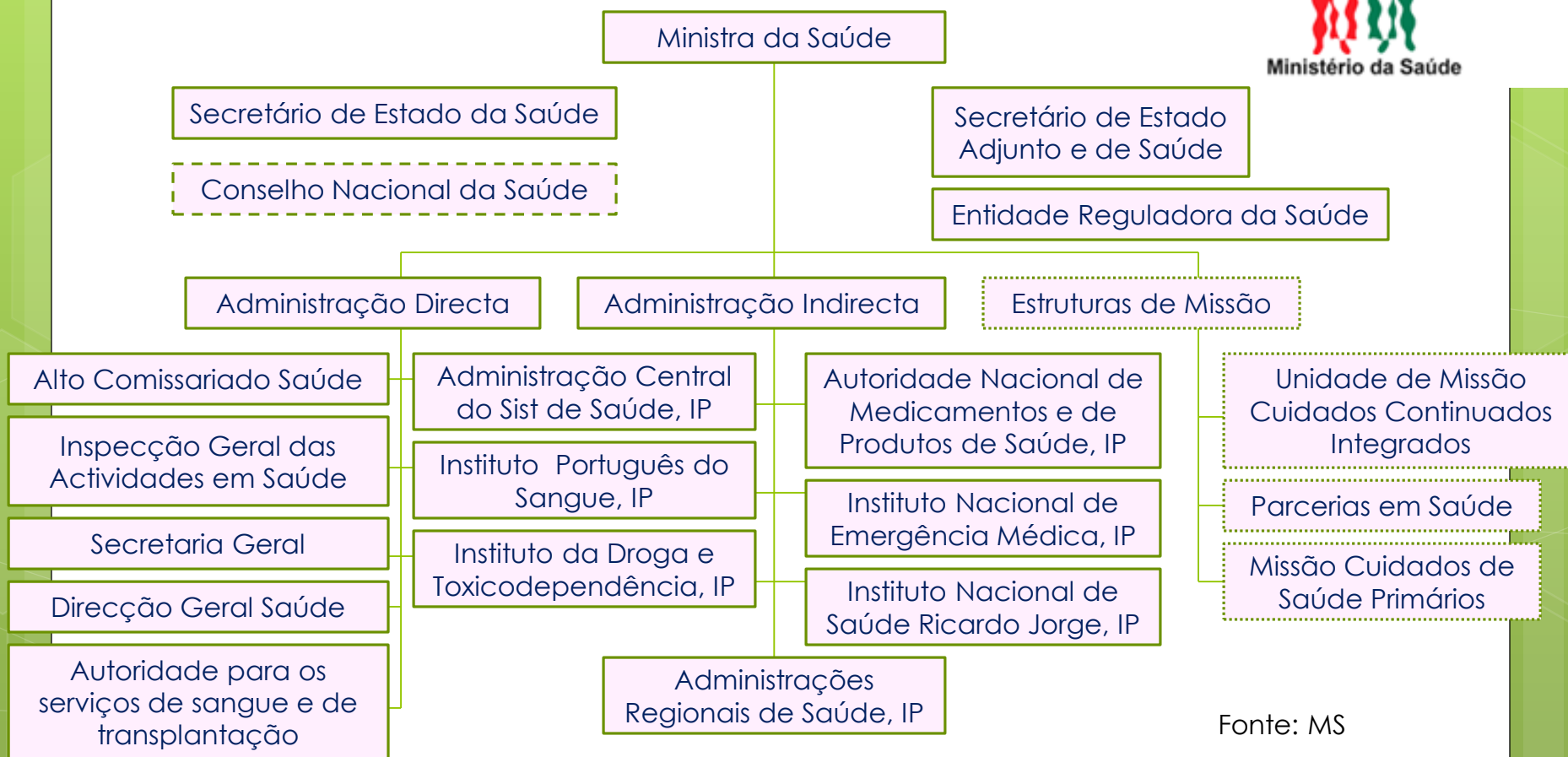
**Economia
da Saúde**

Estrutura Organizacional

Direcção-Geral da Saúde
www.dgs.pt



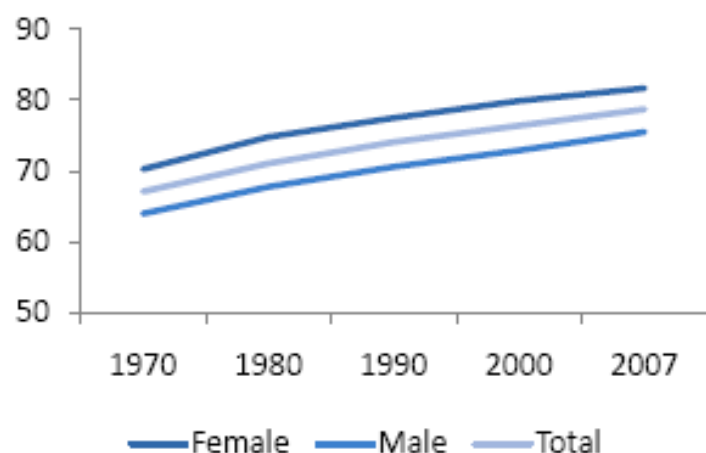
Ministério da Saúde



Fonte: MS

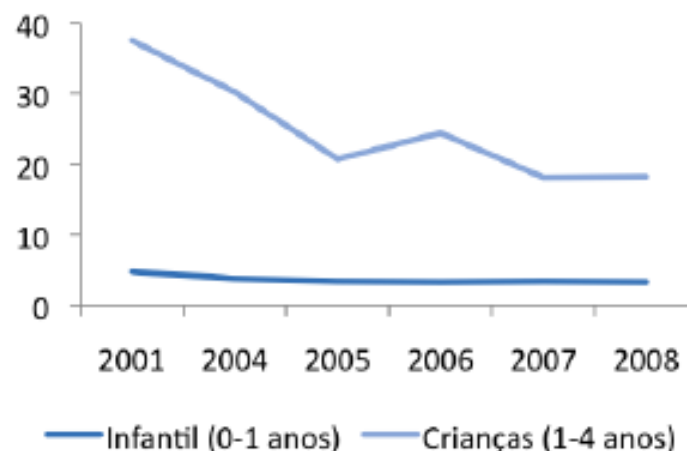
Caracterização do contexto político e económico da saúde

Esperança de vida à nascença



Fonte: Pordata; fonte de dados: INE

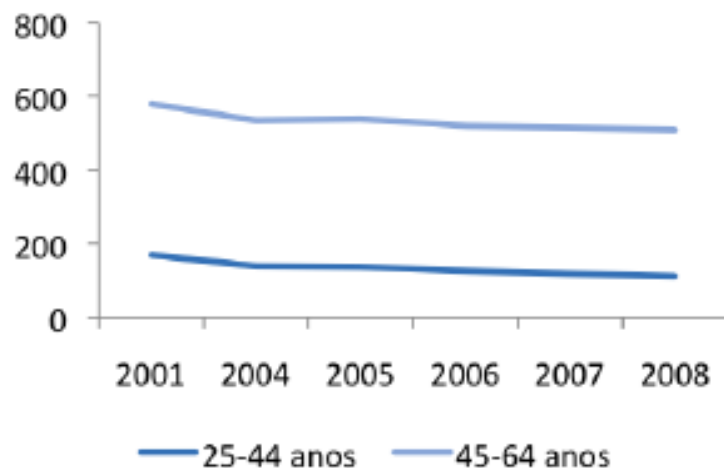
Taxa de mortalidade infantil



Fonte: Indicadores Plano Nacional de Saúde

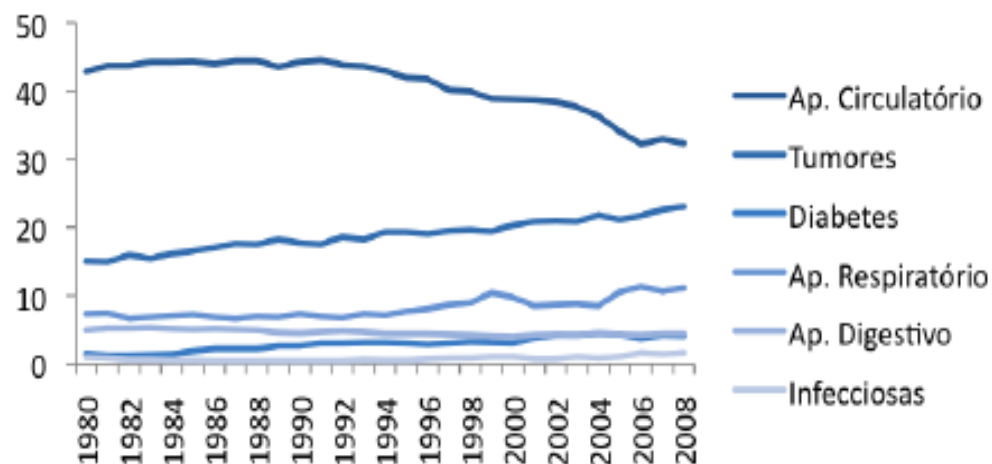
Caracterização do contexto político e económico da saúde

Mortalidade (adultos)



Fonte: Indicadores Plano Nacional de Saúde

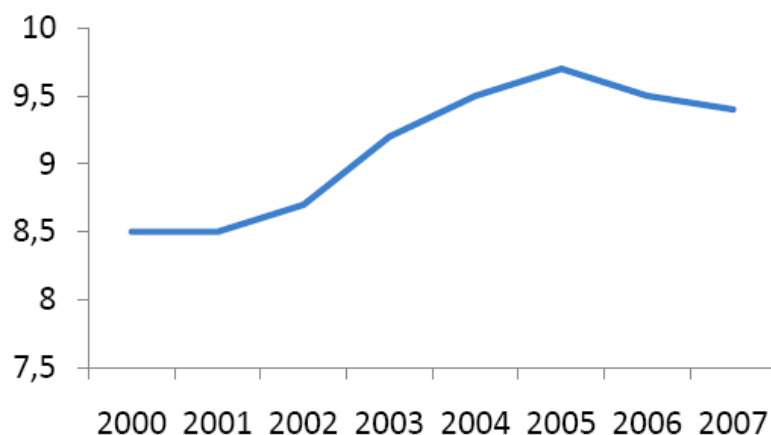
Óbitos por algumas causas de morte



Fonte: Pordata; fonte de dados: INE | DGS/MS - óbitos por causas de morte

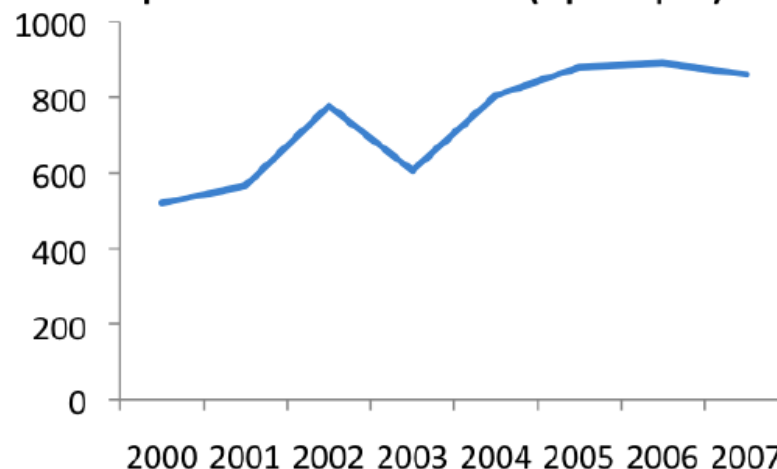
Caracterização do contexto político e económico da saúde

Despesas em Saúde (em % PIB)



Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – Conta Satélite da Saúde;
INE/BP – Contas Nacionais Anuais

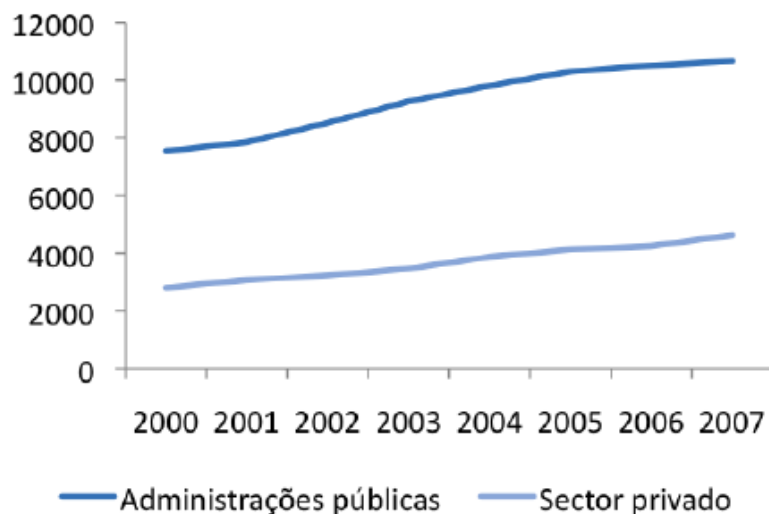
Despesa do Estado em Saúde (€ per capita)



Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – Estimativas anuais da população residente; DGO/MFAP – Relatório/publicação “Conta Geral do Estado”

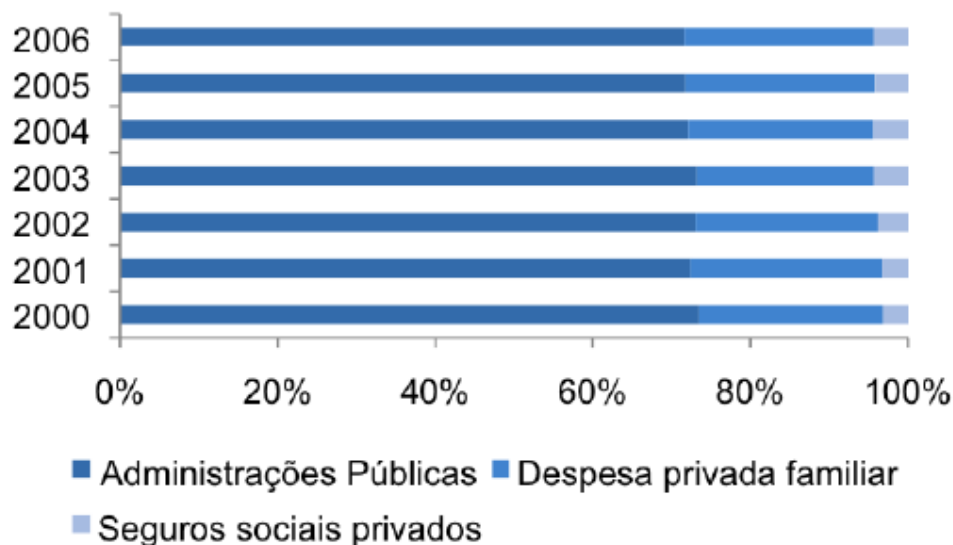
Caracterização do contexto político e económico da saúde

Despesa corrente em saúde (M€)



Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – Conta Satélite da Saúde

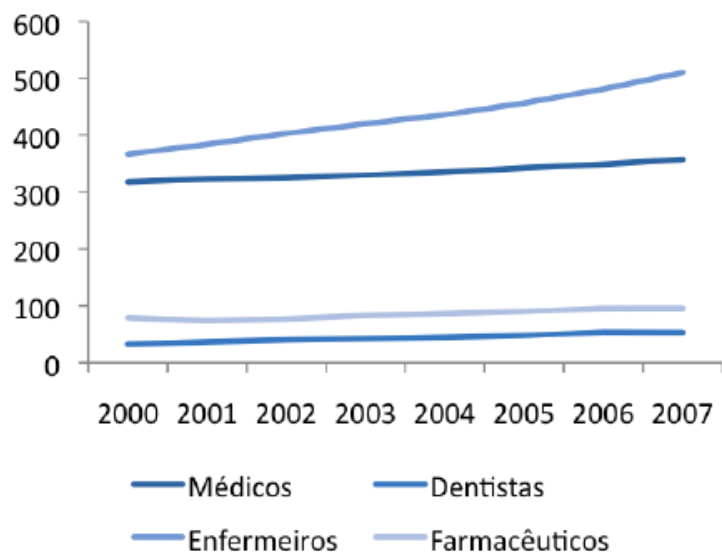
Peso de cada tipo de financiador na despesa em Saúde



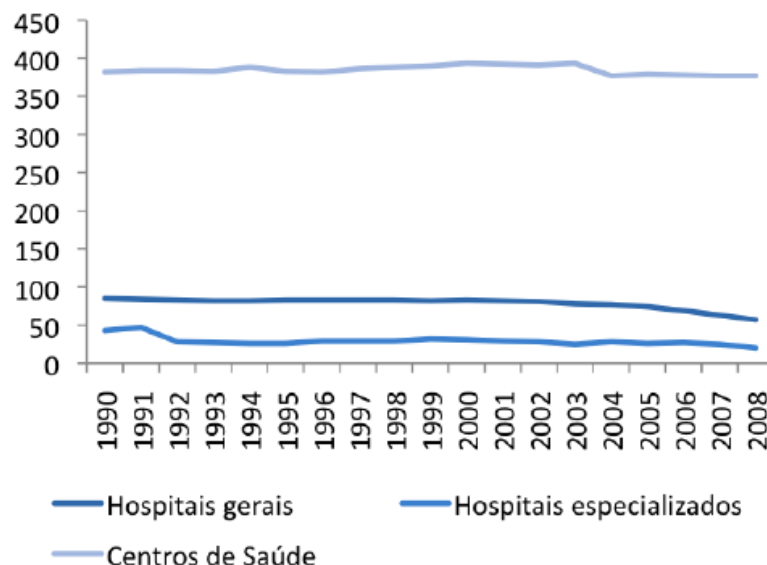
Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – Conta Satélite da Saúde

Caracterização do contexto político e económico da saúde

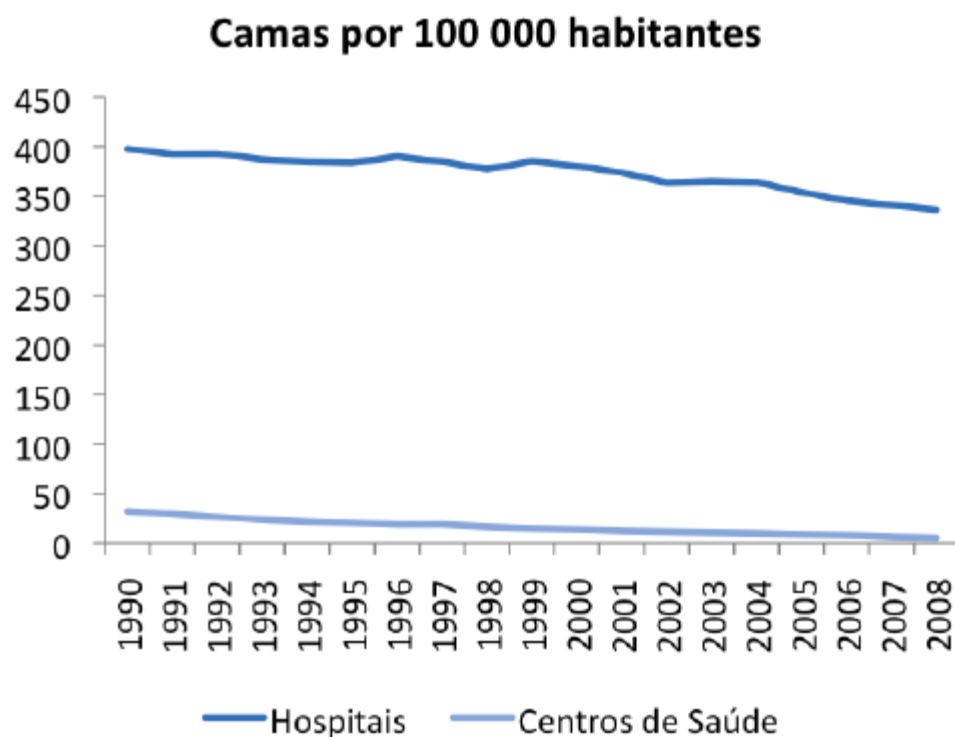
Profissionais de saúde (100 000 hab)



Hospitais e centros de saúde



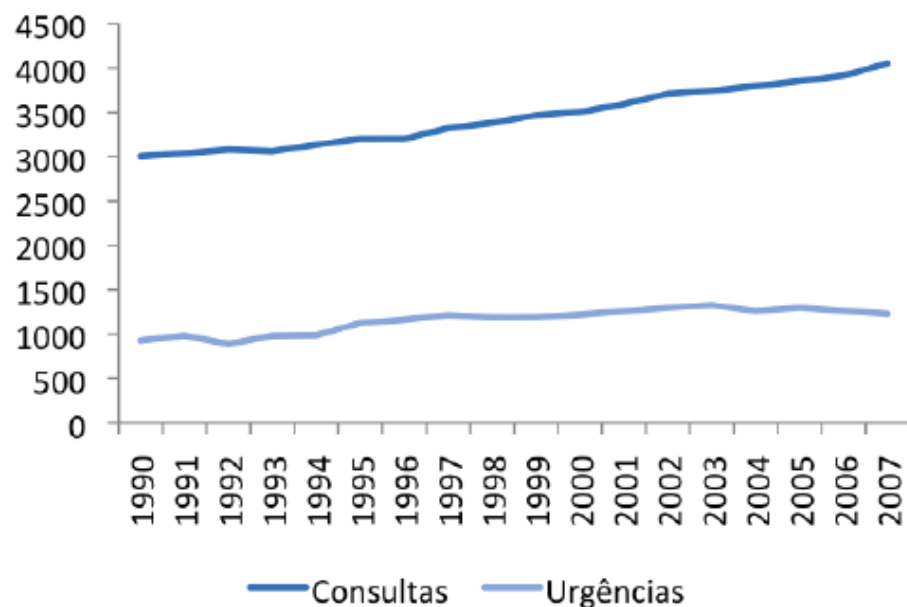
Caracterização do contexto político e económico da saúde



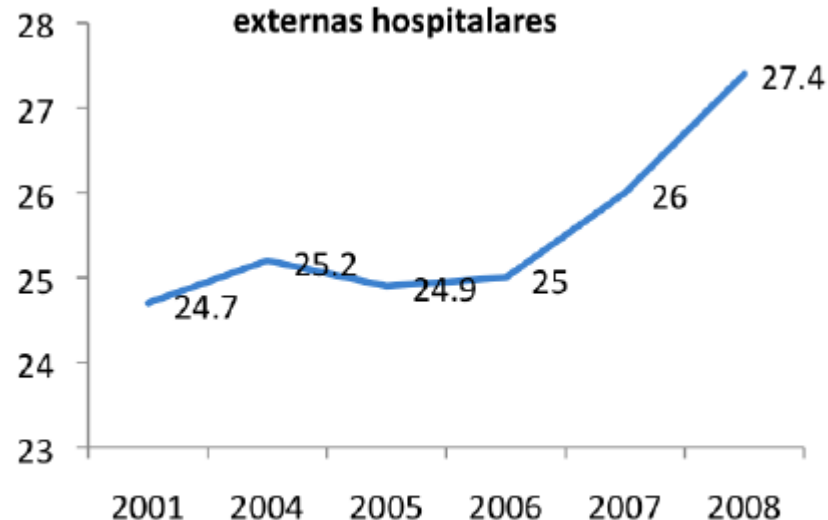
Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – DGS/MS
— Inquérito aos Hospitais e inquérito aos Centros de Saúde; Estimativas anuais da população residente

Caracterização do contexto político e económico da saúde

Consultas e urgências por 100 000 habitantes



Primeiras consultas no total de consultas externas hospitalares



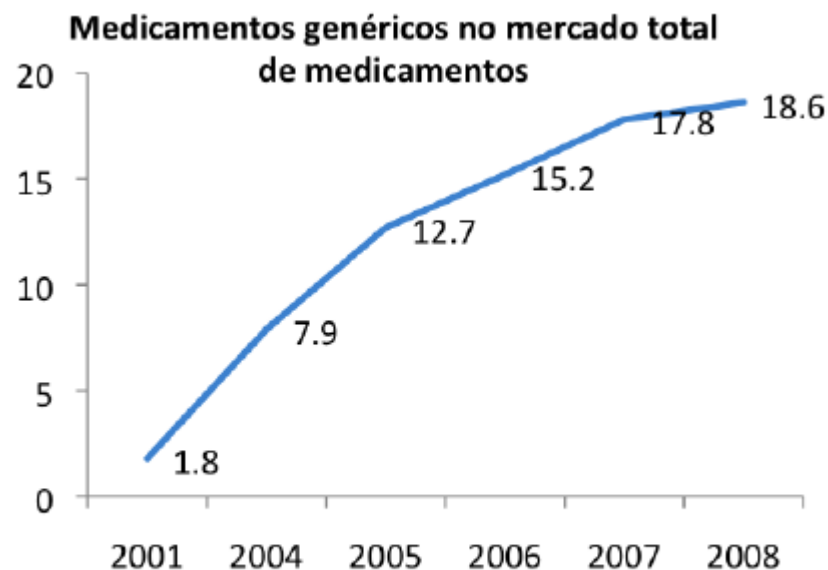
Fonte: ACS – Indicadores do Plano Nacional de Saúde

Fonte: Pordata; fonte de dados: INE – DGS/MS – Inquérito aos Hospitais e inquérito aos Centros de Saúde; Estimativas anuais da população residente

Caracterização do contexto político e económico da saúde

Indicador	2004	2005	2006	2007
Demora média (dias internamento)	8.4	8.3	8.2	8.1
Doentes saídos por cama	31.8	33.3	33.8	34.9

Fonte: ACS – Indicadores do Plano Nacional de Saúde



Fonte: ACS – Indicadores do Plano Nacional de Saúde

PNS 2011-2016



Objectivo Geral:

Define orientações estratégicas com a finalidade de sustentar, política, técnica e financeiramente a coordenação e intercolaboração dos múltiplos sectores que contribuem para a saúde, num acto concertado.

Objectivos estratégicos:

- Cidadania em Saúde;
- Equidade e acesso adequado aos cuidados de saúde;
- Qualidade em Saúde;
- Políticas saudáveis.

Avaliação dos resultados do PNS 2004-2010

Indicadores que Atingiram/Ultrapassaram a Meta	2001	2008	Meta
Taxa de mortalidade fetal por 1000 nascimentos	5,7	3,2	5
Taxa de mortalidade perinatal por 1000 nascimentos	5,4	4	4,2
Taxa de mortalidade neonatal por 1000 nados vivos	2,8	2,1	2,1
Esperança de vida dos 1 aos 4 anos	76,5	78,2	78
Taxa de mortalidade dos 1 aos 4 anos por 100 000 crianças	37,5	18,2	34,6
Mortalidade dos 5 aos 9 anos por 100 000 crianças	20,4	11	19
Risco de morrer até aos 5 anos	6,2	4	5
Taxa de mortalidade dos 10 aos 14 anos por 100 000 habitantes	24,4	17,6	22,1
Taxa de mortalidade dos 15 aos 19 anos por 100 000 habitantes	58,6	33,2	57
Taxa de mortalidade dos 20 aos 24 anos por 100 000 habitantes	88,9	48,8	86,1
Nascimentos em mulheres adolescentes por 100 nados vivos	5,9	4,2	5
Taxa de mortalidade dos 25 aos 44 anos por 100 000 habitantes	169	112,1	154,4
Taxa de mortalidade dos 45 aos 64 anos por 100 000 habitantes	579,4	507,5	550

Avaliação dos resultados do PNS 2004-2010

Indicadores que Atingiram/Ultrapassaram a Meta	2001	2008	Meta
TMP por DIC antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	14,9	10,1	11
TMP por AVC antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	17,2	9,9	12
TMP por SIDA antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	10,4	6,8	7
Número de mortes por acidentes de viação	1740	956	1100
TMP por acidentes de viação antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	15,1	7,9	8
Médicos de Medicina Geral e Familiar e Clínicos Gerais por 100 000 habitantes (2007)	54	62,7	60
Dentistas por 100 000 habitantes	35,9	63,9	55,1
Farmacêuticos por 100 000 habitantes	73,1	102,4	83,3
Enfermeiros por 100 000 habitantes	359	524,5	517,3
Rácio entre urgências hospitalares e consultas externas	0,6	0,5	0,5
% da despesa total em medicamentos no PIB	2,2	2	2
% da despesa em medicamentos na despesa em saúde	23,9	18,6	19
% de medicamentos genéricos no mercado total de medicamentos	1,8	18,6	15
% de consumo de cefalosporinas no consumo total de antibióticos em ambulatório	12,6	9,4	10
Índice de CPOD (dentes cariados, perdidos e obturados na dentição definitiva) aos 12 anos (2005/2006)	2,95	1,48	1,9

Indicadores a caminho da Meta	2001	2008	Meta	Ganho
Esperança de vida à nascença	77,1	78,9	81	46,20%
Taxa de mortalidade infantil por 1000 nados vivos	4,8	3,3	2,6	68,20%
Esperança de vida dos 15 aos 19 anos	62,8	64,3	65	68,20%
Esperança de vida dos 45 aos 49 anos	34,6	35,6	37	41,70%
Esperança de vida dos 65 aos 69 anos	17,6	18,3	20	29,20%
TMP por cancro da mama antes dos 65 anos por 100 000 mulheres	14,3	11,8	10	58,10%
% de letalidade intra-hospitalar por DIC (Doença Isquémica do Coração)	6,6	5,8	<5	50,00%
% de letalidade intra-hospitalar por AVC	14,5	14,8	<13	28,00%
Taxa de incidência de sífilis congénita por 100 000 nados vivos	21	14,1	0	32,90%
Número de mortes por acidentes de viação atribuíveis ao álcool	750	285	0	62,00%
Médicos de Saúde Pública por 100 000 habitantes	4,3	4,5	5,5	16,70%
Consultas com médico de MGF (Medicina Geral e Familiar)/CG por habitante por ano	2,8	2,9	3,1	33,30%
Consultas médicas por habitante por ano: CSP (contrato de prestação serviços médicos) + hospitalares (2007)	3,9	4,1	4,5	33,30%
% de primeiras consultas no total de consultas externas hospitalares	24,7	27,4	33	32,50%
Número de doentes saídos por cama hospitalar por ano	37,5	35,5	50	20,30%
Demora média (dias) em internamento hospitalar	7,4	7,9	6	20,80%
% de consumo de quinolonas no consumo total de antibióticos em ambulatório	14,9	12,7	10,6	51,20%

Indicadores a caminho da Meta	2001	2008	Meta	Ganho
% de medicamentos órfãos utilizados	ND	57,1	100	22,30%
% de Centros de Saúde com Equipas de Saúde Escolar (2006/2007)	96	97	10000	25,00%
% de cobertura da monitorização do estado de saúde dos alunos aos 6 anos (2006/2007)	71	74	90	15,80%
% de cobertura da monitorização do estado de saúde dos alunos aos 13 anos (2006/2007)	31	38	75	15,90%
% de alunos com PNV actualizado na pré-escola (2006/2007)	82	86	95	30,80%
% de alunos com PNV actualizado aos 6 anos (2006/2007)	90	91	99	11,10%
% de alunos com PNV actualizado aos 13 anos (2006/2007)	78	83	95	29,40%
% de alunos com problemas de saúde especiais resolvidos no decurso do ano lectivo (2006/2007)	53	58	7500	22,70%
% de escolas com boas condições de segurança e higiene do meio ambiente (2006/2007)	64	66	90	7,70%
% de escolas com boas condições de segurança e higiene dos edifícios e recintos (2006/2007)	18	25	60	16,70%
% de intervenções de promoção da saúde em saúde escolar com orientações técnicas definidas (2004/2005)	20	45	100	31,30%
% de crianças com 6 anos livres de cáries (2005/2006)	33	51	65	56,30%
% de jovens necessitados de tratamento com dentes tratados aos 12 anos (2005/2006)	18	44	60	61,90%

Indicadores em sentido contrário à Meta	2001	2008	Meta
Nascimentos pré-termo por 1000 nados vivos	5,7	9	4,9
Baixo peso à nascença por 100 nados vivos	7,2	7,7	5,8
Partos por cesariana por 100 partos (2007)	29,9	35,6	24,8
Nascimentos em mulheres com 35 e mais anos por 100 nados vivos	14	19,3	14,6
TMP por cancro do colo do útero antes dos 65 anos por 100 000 mulheres	3,3	2,6	2
TMP por cancro do cólon e recto antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	8	7,7	6
TMP por suicídio antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	4,9	5,7	2,5
TMP por doenças atribuíveis ao álcool antes dos 65 anos por 100 000 habitantes	12,8	13	11,4
Consumo de ansiolíticos, hipnóticos e sedativos e antidepressivos no SNS em ambulatório (DDD/1000hab/dia)	115,6	152,1	92,5
% de escolas com avaliação das condições de segurança, higiene e saúde das escolas (2006/2007)	65	56	100

Indicadores Não Monitorizados 2008

- Valor percentual de grávidas que fuma durante a gravidez
 - Valor percentual de mulheres que amamenta em exclusivo até aos 3 meses
 - Valor percentual de indivíduos que preencheu a maior parte do tempo livre com actividades sedentárias nos últimos 12 meses
 - Valor percentual de indivíduos que referiu possuir incapacidade de longa duração de grau 1
 - Taxa de rastreio dos cancros da mama feminina, colo do útero e cólon/recto
 - Valor percentual de sobrevivência aos 5 anos por cancro da mama feminina, colo do útero e cólon/recto
 - Valor percentual de internamentos pela via verde coronária de episódios agudos de DIC ou AVC
 - Valor percentual de referenciação após um episódio agudo de DIC ou AVC a unidades de reabilitação
- Indicadores não monitorizados

Indicadores Não Monitorizados 2008

- Taxa de consulta/internamento (depressão)
- Capacidade de reconhecimento da depressão pelos clínicos gerais
- Proporção de custos indirectos e directos na depressão
- Número de mortes por acidentes de viação atribuíveis ao álcool
- Taxa de mortalidade bruta por acidentes de viação atribuíveis ao álcool /100 000 indivíduos
- Valor percentual de hospitais que utilizam tableaux de bord para gestão
- Valor percentual de centros de saúde que utilizam tableaux de bord para gestão
- Valor percentual de utentes muito satisfeitos/satisfeitos com o Sistema de Saúde
- *Health impact assessment*
- Valor percentual de cobertura vacinal do pessoal prisional
- Valor percentual de cobertura vacinal dos detidos
- Promoção da saúde mental em ambiente prisional

Problemas detectados no SNS

1. Falta de estratégia de integração efectiva dos diversos níveis de cuidados;
2. Deficiências da legislação relativamente ao licenciamento de unidades privadas de saúde (UPS), com e sem fins lucrativos (sector social);
3. Insuficiente oferta de cuidados no Centro de Saúde;
4. Carência de cuidados continuados;
5. Deficiências dos cuidados hospitalares;
6. Deficiente desenvolvimento e enquadramento institucional dos Centros Regionais de Saúde Pública (CRSP);
7. Acesso limitado ao ambulatório e às intervenções cirúrgicas;

- 
8. Sub-desenvolvimento das aplicações da telemedicina;
 9. Assimetrias na acessibilidade às altas tecnologias/ meios complementares de diagnóstico;
 10. Deficiências dos serviços laboratoriais;
 11. Deficiências no âmbito do medicamento;
 12. Carência de Financiamentos estatais para I+D;
 13. Colheita insuficiente de sangue;
 14. Dificuldades na Transplantação de Órgãos;
 15. Escassa cultura de qualidade.

16. Equidade no acesso

Out-of-pocket payment ou pagamento direto dos cidadãos

- Peso da despesa direta em saúde no orçamento familiar 4,2% (OCDE 3,2%)
- Peso dos pagamentos diretos no total de despesa em saúde 28,7% (OCDE 19,6%)

Dados 2000-2009, OCDE

17. Défice crescente na saúde, cuja despesa cresce em ritmo superior ao do PIB (10,2% PIB Portugal vs OCDE 9,5% PIB) – subfinanciamento crónico da saúde



Gestão política dominada pela oferta em 2000

- ✓ Profissionais de saúde – controlo de vagas
- ✓ Indústria Farmacêutica
- ✓ Equipamentos
- ✓ Meios complementares de diagnóstico adquiridos ao setor privado
- ✓ Gestão hospitalar descomprometida com os resultados
- ✓ Campanhas pré-eleitorais Câmaras Municipais – SAP sem qualidade
- ✓ Media – ganhos em saúde e equidade no acesso? 24% das pessoas estão contentes com o SNS (75% OCDE)

Entre os 20 primeiros a nível mundial



Mudança nas políticas 2000-2009

- ✓ Orçamento e financiamento realista
- ✓ Redução das listas de espera
- ✓ Concentração de hospitais de doença aguda com qualidade e criação de unidades de cuidados continuados
- ✓ Encerramento de unidades de urgência de baixa qualidade e com baixa procura
- ✓ Priorização do contacto direto do INEM com os centros de saúde, operacionalização do *call center*
- ✓ Desenvolveu-se medicina de alta tecnologia (transplantes)

Mudança nas políticas 2000-2009

- ✓ Maior autonomia e responsabilização pela gestão dos hospitais, modernização dos serviços, abertura de novos hospitais (Cascais, Braga, Loures, Vila Franca de Xira)
- ✓ Controlo de custos com medicamentos
- ✓ 350 novas USF
- ✓ Cheques-dentista
- ✓ Modernização da saúde reprodutiva

Memorando de Entendimento com a Troika 2009

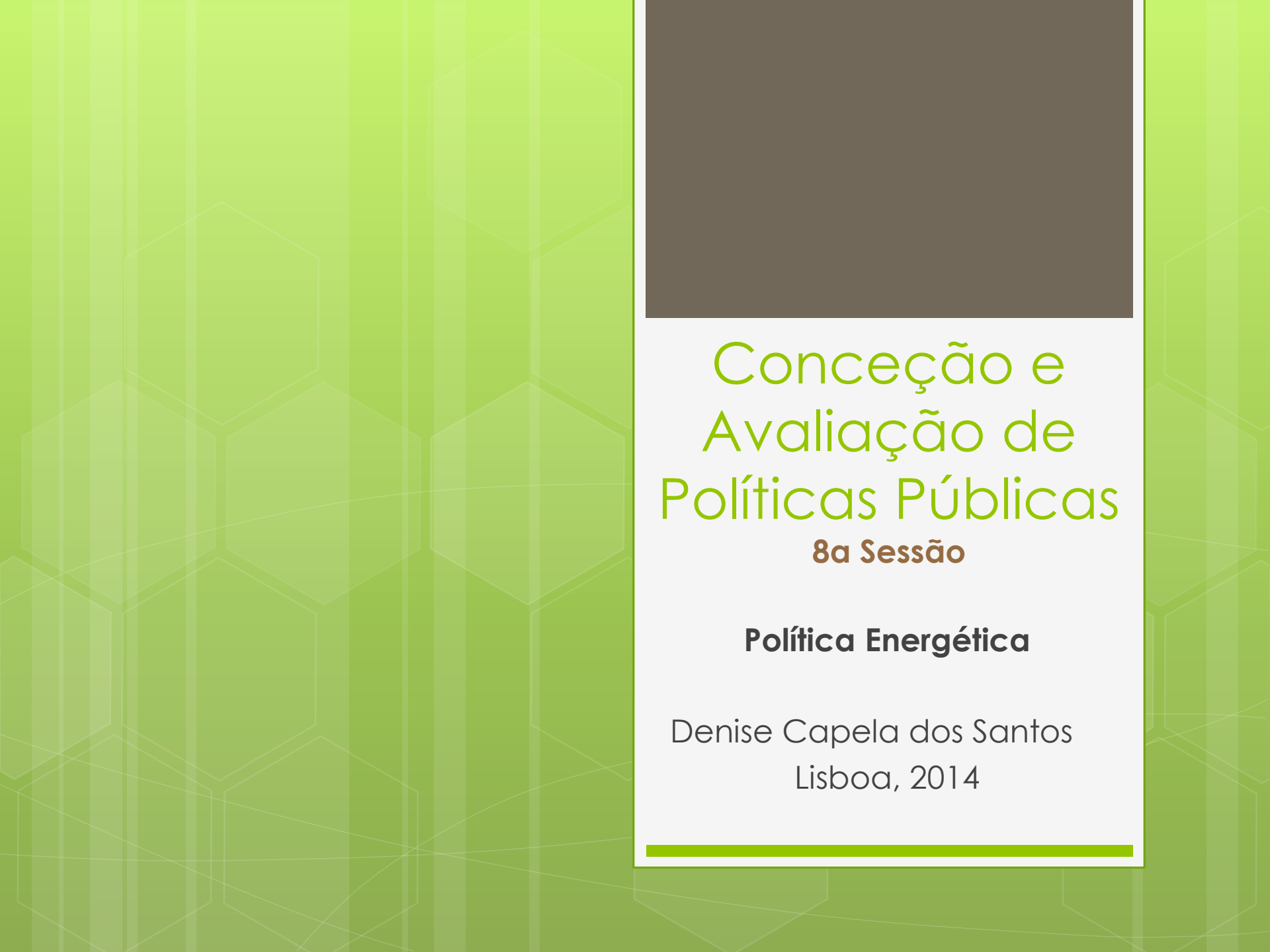
- ◆ Não estava prevista alteração do modelo de SNS: seguro público, universal e obrigatório, assente nos impostos
- ◆ Estado permanece como financiador, prestador de cuidados e proprietário de uma parcela significativa do mercado
- ◆ Medidas incrementais de gestão para contenção da despesa em vez de foco na gestão da dívida
- ◆ Contratualização entre Estado e hospitais públicos
- ◆ Competição entre hospitais públicos e públicos e privados
- ◆ Restruturação da ADSE
- ◆ Definição de teto para as deduções fiscais com despesas de saúde

Agenda das reformas

- Controlo da tecnologia dispendiosa (imagiologia)
- Controlo dos gastos totais com medicamentos (prescritores vs inovação e avaliação económica de medicamentos – SIDA e cancro)
- Gestão hospitalar intermédia (diretores de serviços)
- Encerrar mais serviços ou hospitais redundantes
- Retomar o planeamento e controlo de vagas por especialidades
- Implementar a inovação e a investigação clínico
- Despartidarizar a gestão hospitalar de topo
- Concluir a rede das USF e dos CCI, contruir novo IPO
- Financiamento realista

Agenda das reformas

- Integração de iniciativas privadas e sociais em prol da necessidade da população de serviços de qualidade, atempados e humanizados, com controlo de custos e qualidade
- Entidade reguladora da saúde autónoma
- Plano Nacional de Saúde
- Hospitais muito próximos com valências e equipamentos semelhantes – reforço dos poderes do Estado
- Desenvolver a profissionalização da gestão ao nível dos hospitais, reforçar o controlo da performance dos profissionais, controlar objetivos e resultados de cada hospital e de cada serviço, motivação, liderança e sistemas de incentivos (colmatar ineficiência), centralização de compras, divulgação do ranking de qualidade clínica



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

8a Sessão

Política Energética

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Política Energética

Reservas de Petróleo e Gás-natural limitadas e reservadas em algumas regiões do mundo, com preços crescentes.

Carvão abundante e bem distribuído, bom preço e fonte de poluição agravada.



Evolução Histórica

1974-1985 Estagnação das fontes de energia hidro-elétricas
Produção de energia elétrica de origem térmica
Petróleo como principal fonte de consumo.

1986-1999 Predomínio do petróleo, crescimento da
potência térmica com novas centrais, introdução do
gás-natural

Déc. 2000 Domínio do petróleo em decréscimo,
Crescimento do gás-natural, forte implementação de
FER (fontes de energia renováveis), eólica.

Política Energética

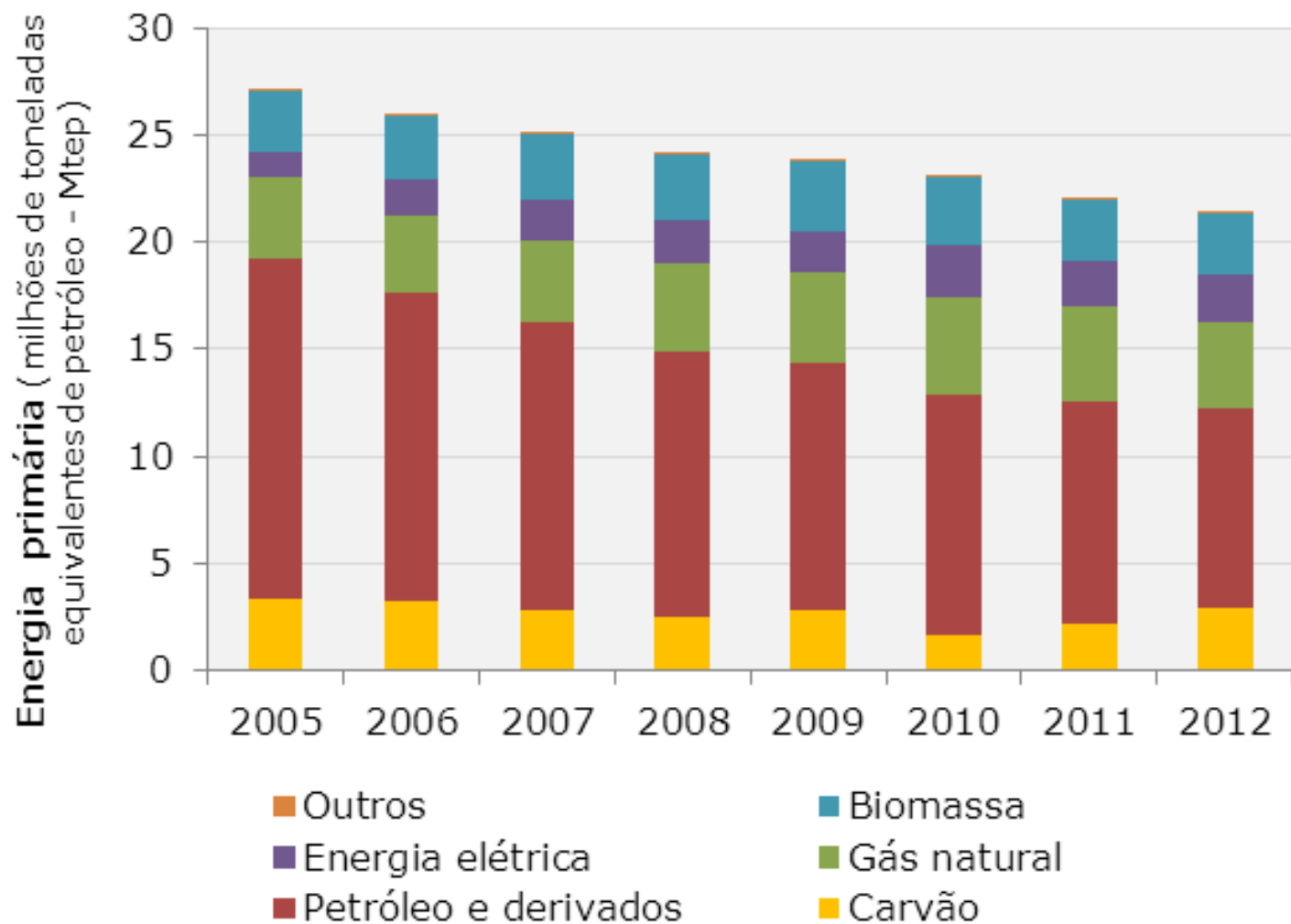
Disponibilidade do Abastecimento
Importância Geo-estratégica
Funcionamento dos Mercados
Impactos ambientais gerados

2010

49,1% Petróleo (em decréscimo desde 2005)
23,1% **Energias Renováveis** (20% em 2009)
20,6% Gás natural (ligeiro crescimento)
7,2% Carvão

Hídrica, Eólica, Solar, Geotérmica e Biomassa

Política Energética



Fonte: DGEG, 2013

Política Energética

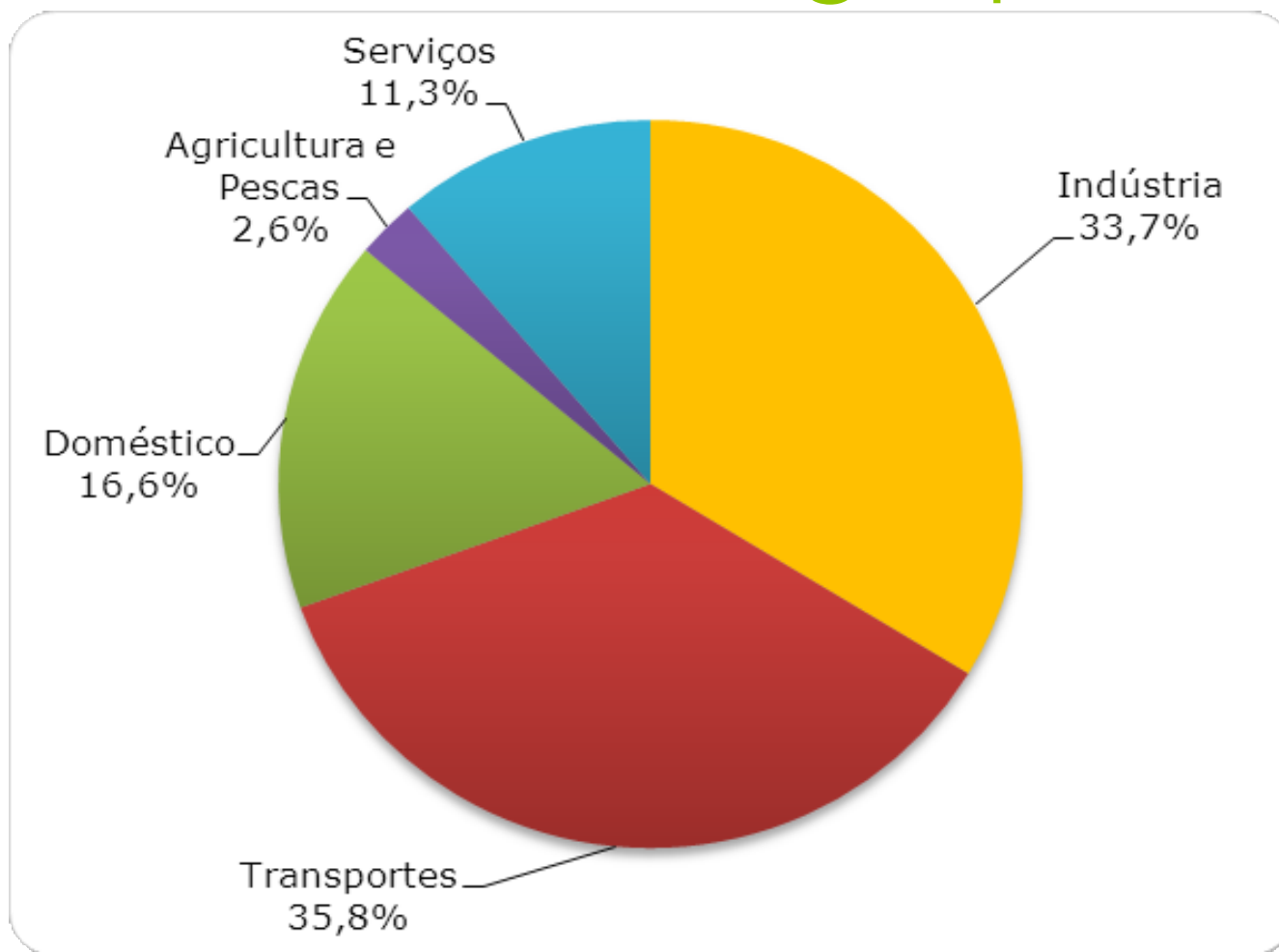
Biomassa - Inclui lenhas, resíduos vegetais, resíduos florestais, briquetes, *pellets*, resíduos sólidos urbanos, licores sulfíticos, biogás e biocombustíveis. (Fonte: DGEG)

Energia Elétrica - Inclui toda a energia elétrica, independentemente da tecnologia de produção. A produção doméstica corresponde à totalidade da produção a partir de fontes renováveis (hídrica, eólica, geotérmica e fotovoltaica). (Fonte: DGEG)

Custo por fonte energética

Fonte de Energia	Custos por kilowatt-hora
Eficiência energética	0-5 cêntimos
Hidroelétrica	2-8 cêntimos
Carvão	5-6 cêntimos
Vento	5-8 cêntimos
Petróleo	6-8 cêntimos
Solar térmica	9 cêntimos
Nuclear	10-12 cêntimos
Solar fotovoltaico	15-20 cêntimos

Consumo de energia por setor



Fonte: DGEG, 2013

Política Energética

Déc. 2000

Domínio da Política Energética Europeia associada à política climática: promoção das fontes de energia renováveis, eficiência energética, uso de biocombustíveis

Entrada em vigor do Protocolo de Quioto

2001 Aprovação Programa E4 para redução da intensidade energética no PIB, diminuição da dependência externa em energia primária, melhoria da segurança do aprovisionamento, proteção do ambiente, aumento da remuneração da energia renovável, diferenciada por tecnologia.

Política Energética

Déc. 2000

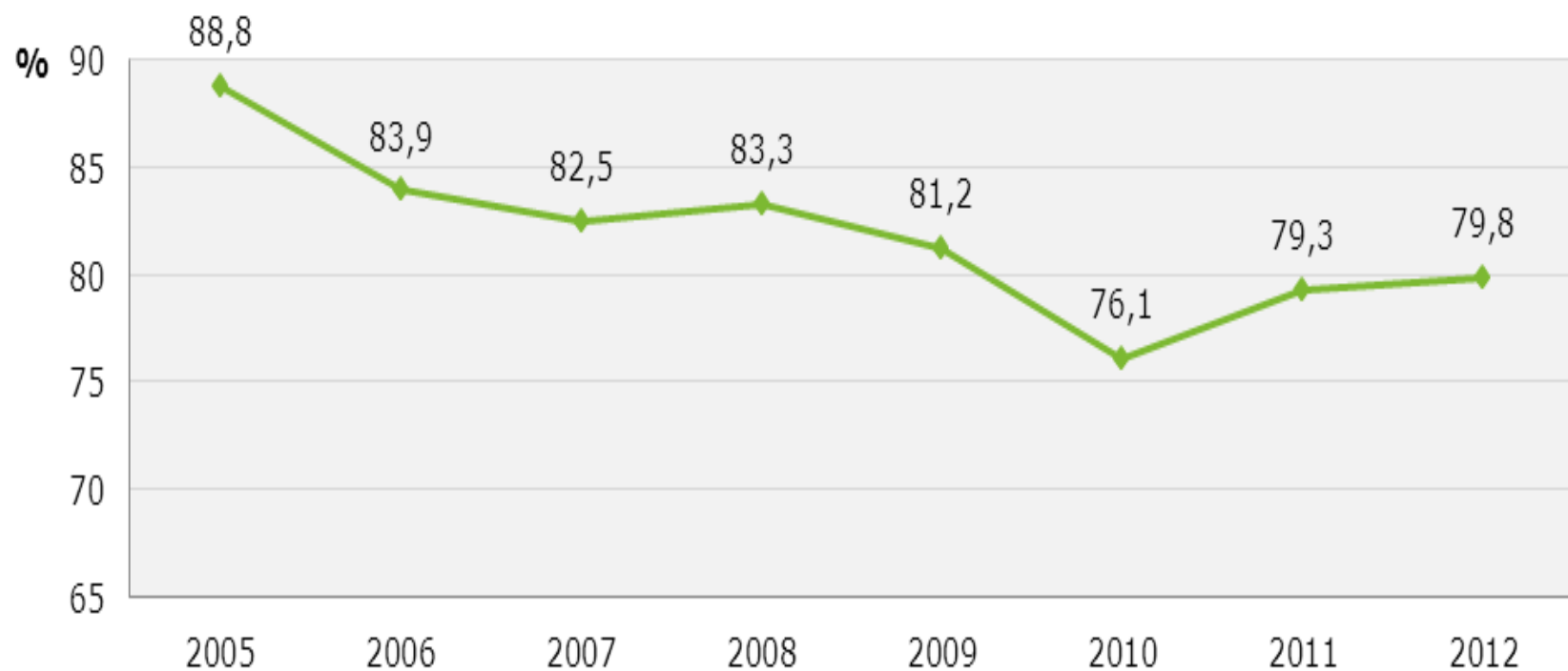
2005 Medidas com vista à liberalização dos mercados de eletricidade, gás e combustíveis, e medidas de promoção de energias renováveis (2020 – 39% consumo nacional) e de promoção de eficiência energética

2007 Acordo do mercado ibérico de energia elétrica e preparação do de gás natural.

2010 Estratégia nacional para a energia 2020

- Redução dependência energética face ao exterior para 74%.
- Cumprimento dos compromissos europeus de combate às alterações climáticas (60% da eletricidade produzida e 31% do consumo energético tenham origem em fontes renováveis, redução do consumo 20%)

Evolução da dependência energética



Fonte: DGEG, 2013

Política Energética

2011 – Memorando de Assistência Financeira

- ❑ Concluir a liberalização do mercado da eletricidade e do gás
- ❑ Redução da dependência energética e promoção das energias renováveis e promoção de energias renováveis
- ❑ Rever incentivos fiscais em termos de eficiência energética
- ❑ Prosseguir com a promoção da concorrência nos mercados e incrementar a integração no mercado ibérico da eletricidade e do gás

Política Energética

Ações implementadas

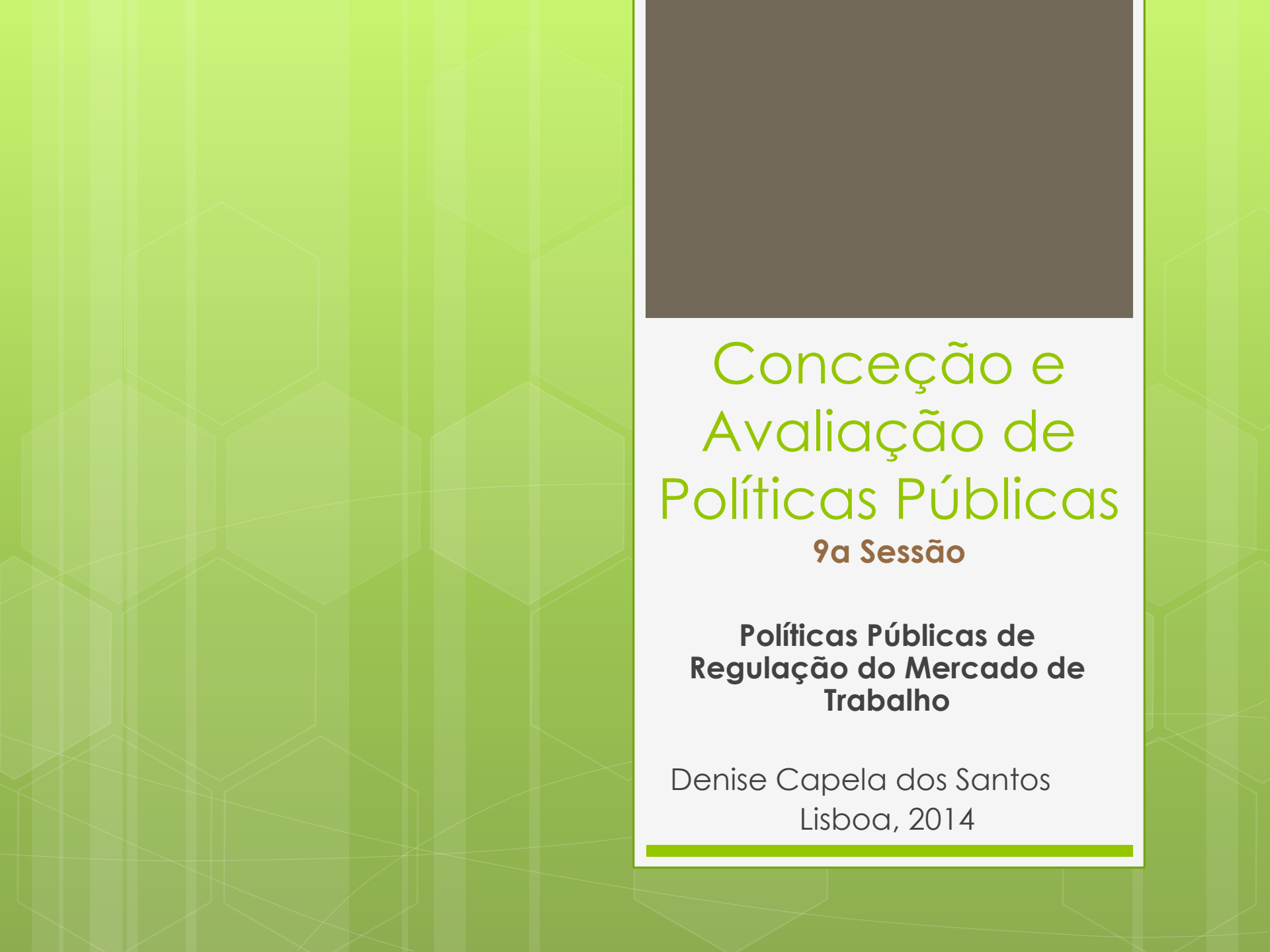
- Campanhas de substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas eficientes
- Requisitos de construção visando o aumento da eficiência energética dos edifícios
- Obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre a eficiência energética dos aparelhos elétricos
- Adesão de autarquias a programas de redução de emissões de carbono
- Criação do programa de eficiência energética na AP, com o objetivo de aumentar em 20% a eficiência energética nos serviços públicos

Ações urgentes

- Mudar o paradigma “Portugal não tem recursos”
- Aposta clara na energia eólica onshore
- Só aproveitamos 50% da capacidade hídrica do país
- Energias solar térmica e fotovoltaica residuais e caras, sendo necessária maior inovação tecnológica
- Aposta nos biocombustíveis de 2ª geração – desenvolvimento de microalgas e produção de biodiesel (extremamente produtivas e absorvem CO₂ - INETI)
- Energia das ondas – ainda experimental
- Centrais Geotérmicas de S. Miguel fornecem 40% da eletricidade dos Açores (Islândia 100%)

Ações urgentes

- Novo modelo de transportes (Lisboa e Porto)
- Debater o nuclear, 10% probabilidade de petróleo no offshore de Portugal e 30-35% gás natural no Algarve
- Promover o planeamento integrado do território
- Introduzir uma taxa de carbono para o sistema de transportes
- Baixar o custo dos transportes públicos
- Estímulos às empresas que desenvolvem novas tecnologias e que descobrem novas fontes energéticas



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

9a Sessão

**Políticas Públicas de
Regulação do Mercado de
Trabalho**

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas Públicas de Regulação do Mercado de Trabalho

Políticas de Proteção Social

Políticas de Regulação do Mercado de Trabalho

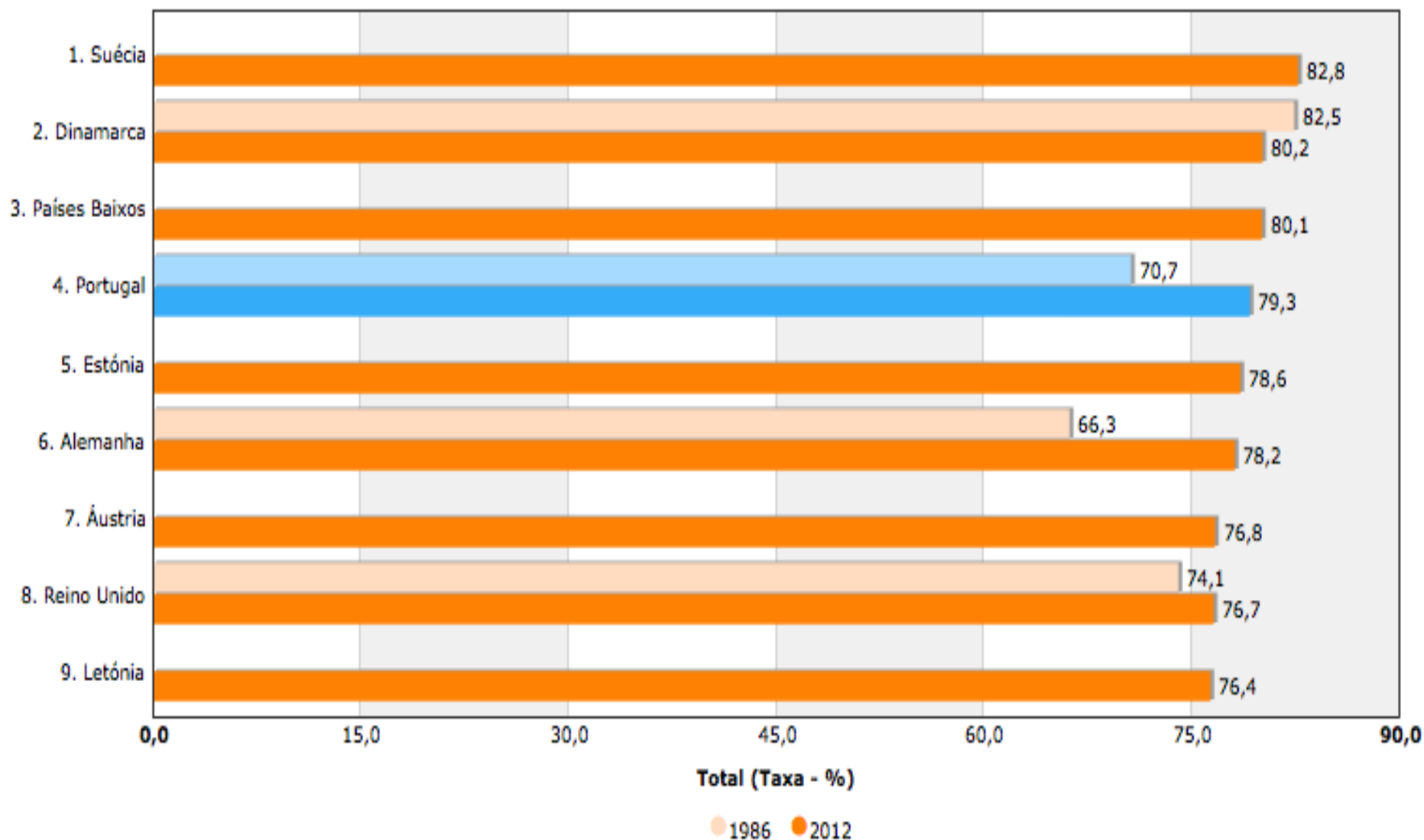
Políticas de Crescimento e de Criação de Emprego



Globalização
Envelhecimento populacional
Crescimento das desigualdades
Arrefecimento económico

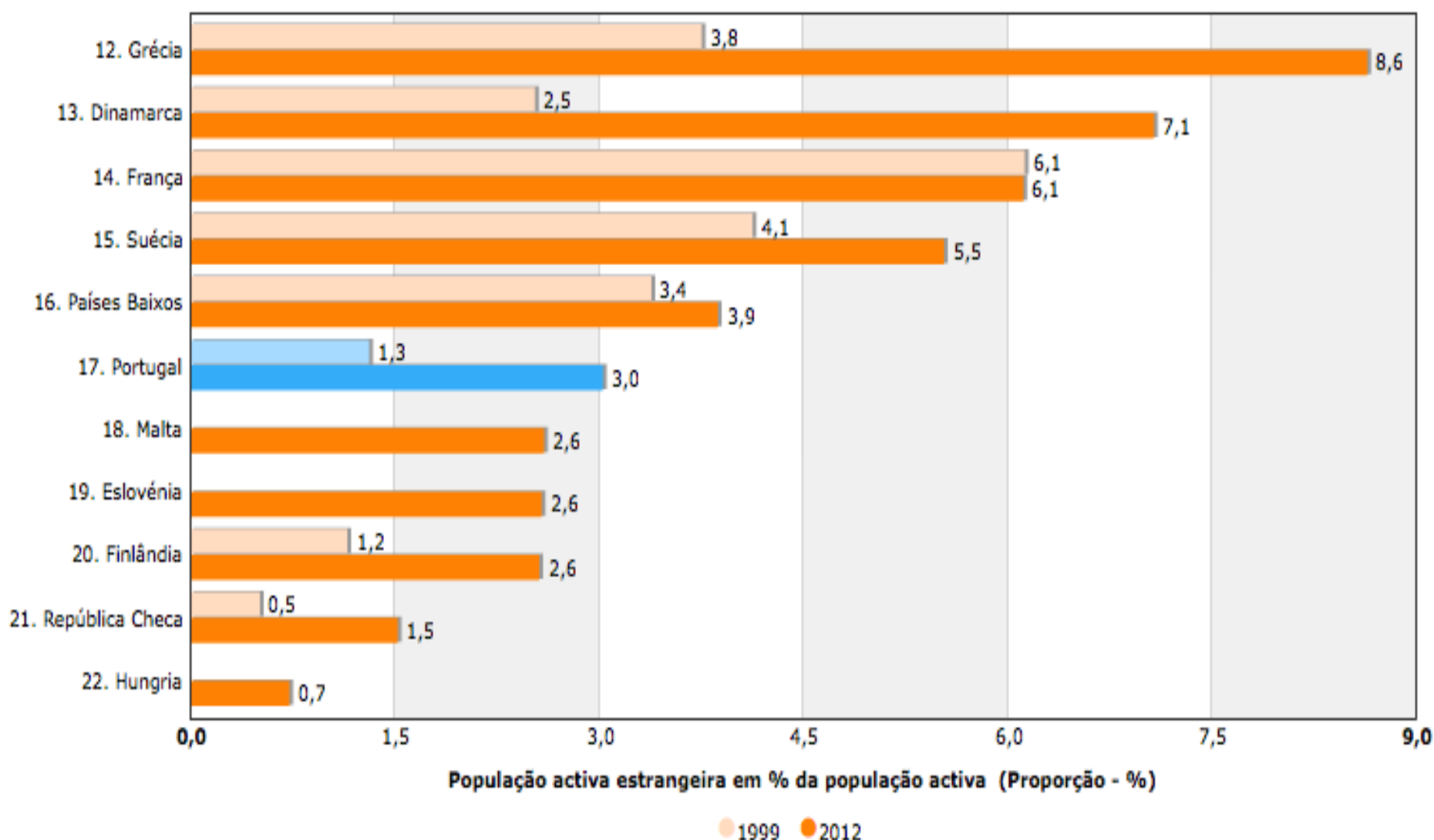
População activa no total da população em idade activa (%)

Taxa

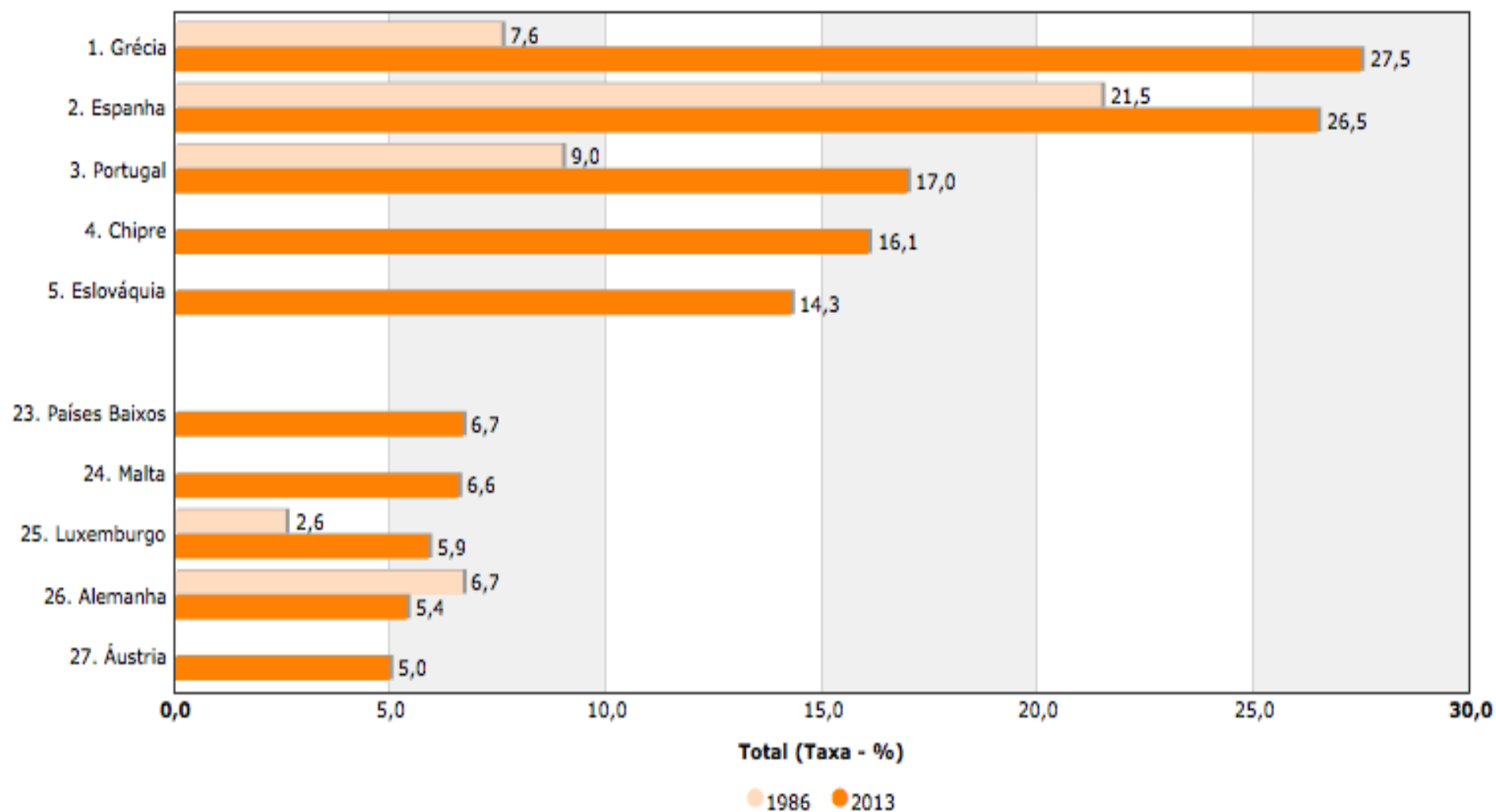


População activa estrangeira no total da população activa (%)

Proporção



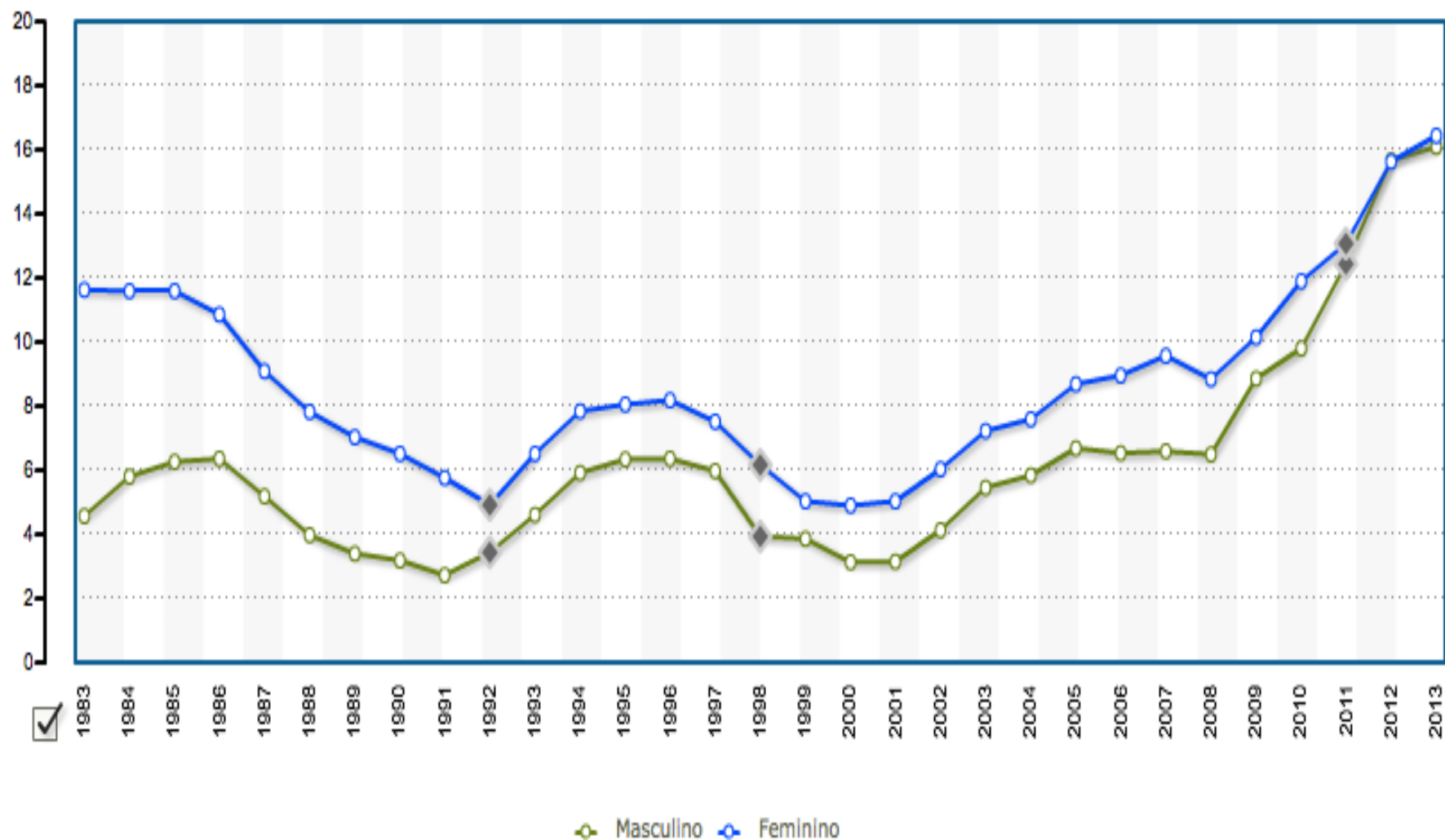
Taxa de desemprego, dos 15 aos 64 anos, por grupo etário
Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1986



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Taxa de desemprego: total e por sexo (%)

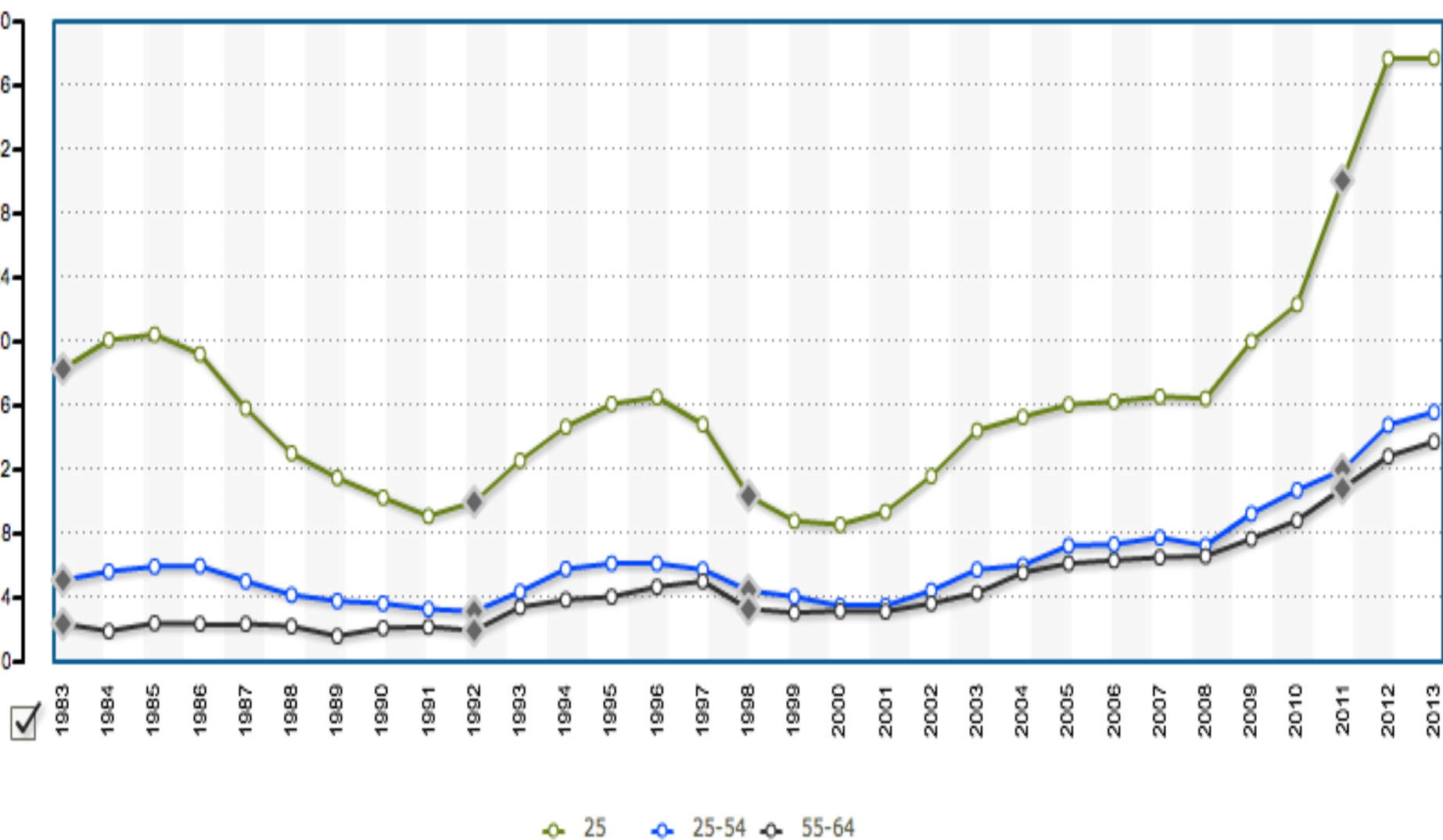
Taxa - %



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Taxa de desemprego: total e por grupo etário (%)

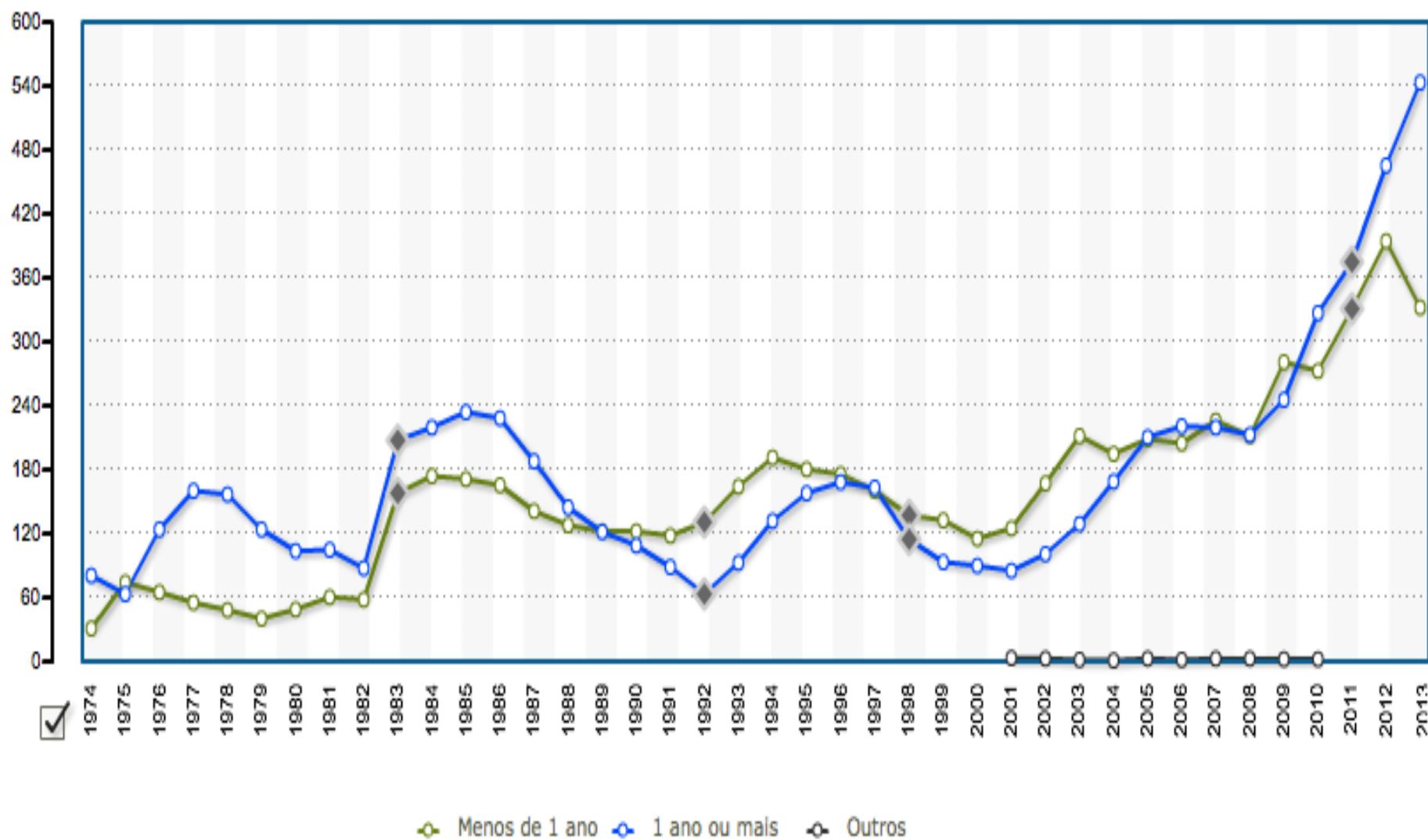
Taxa - %



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

População desempregada: total e por duração da procura de emprego

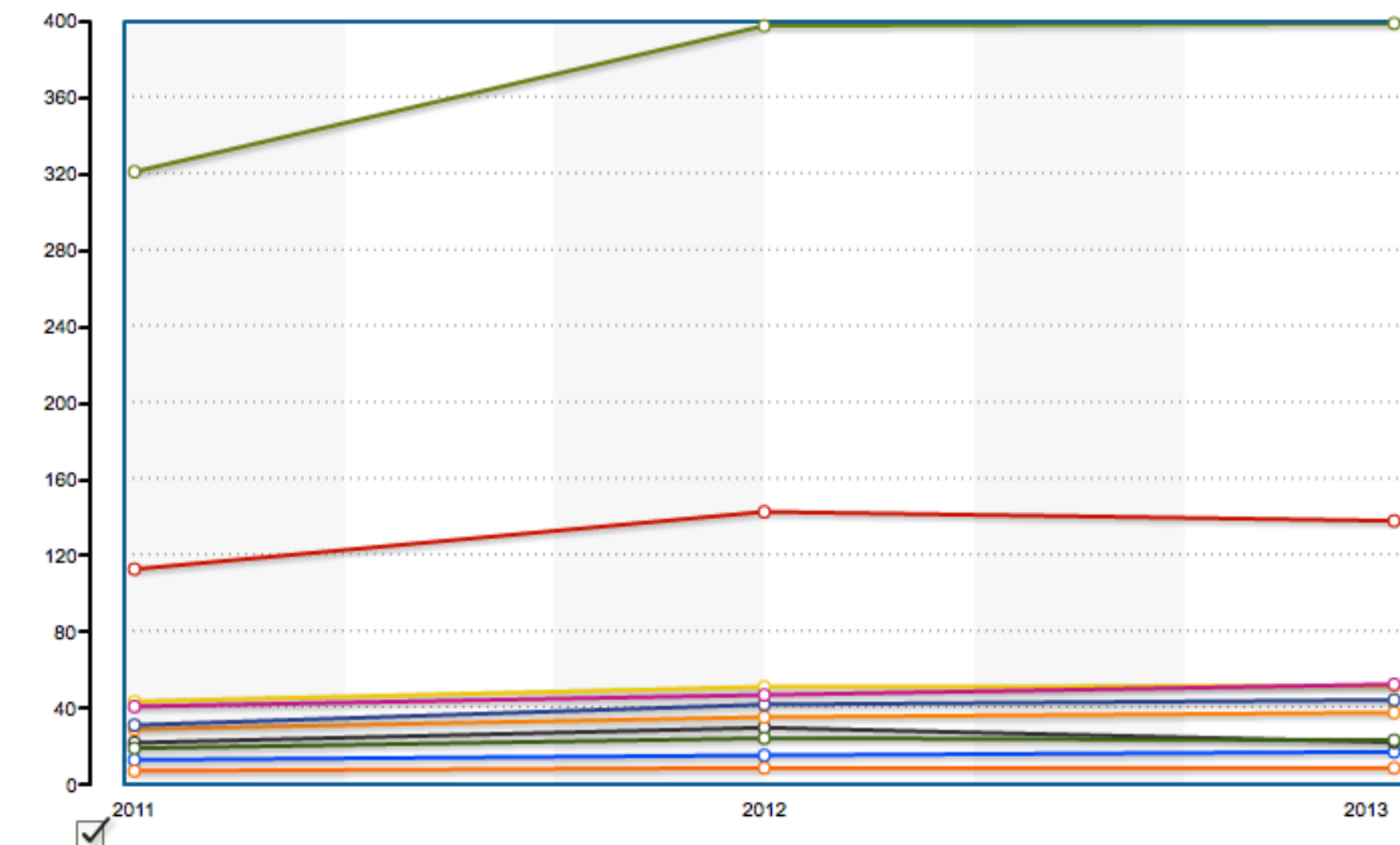
Indivíduo - Milhares



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

População desempregada do sexo masculino à procura de novo emprego: total e por profissão anterior (2011-)

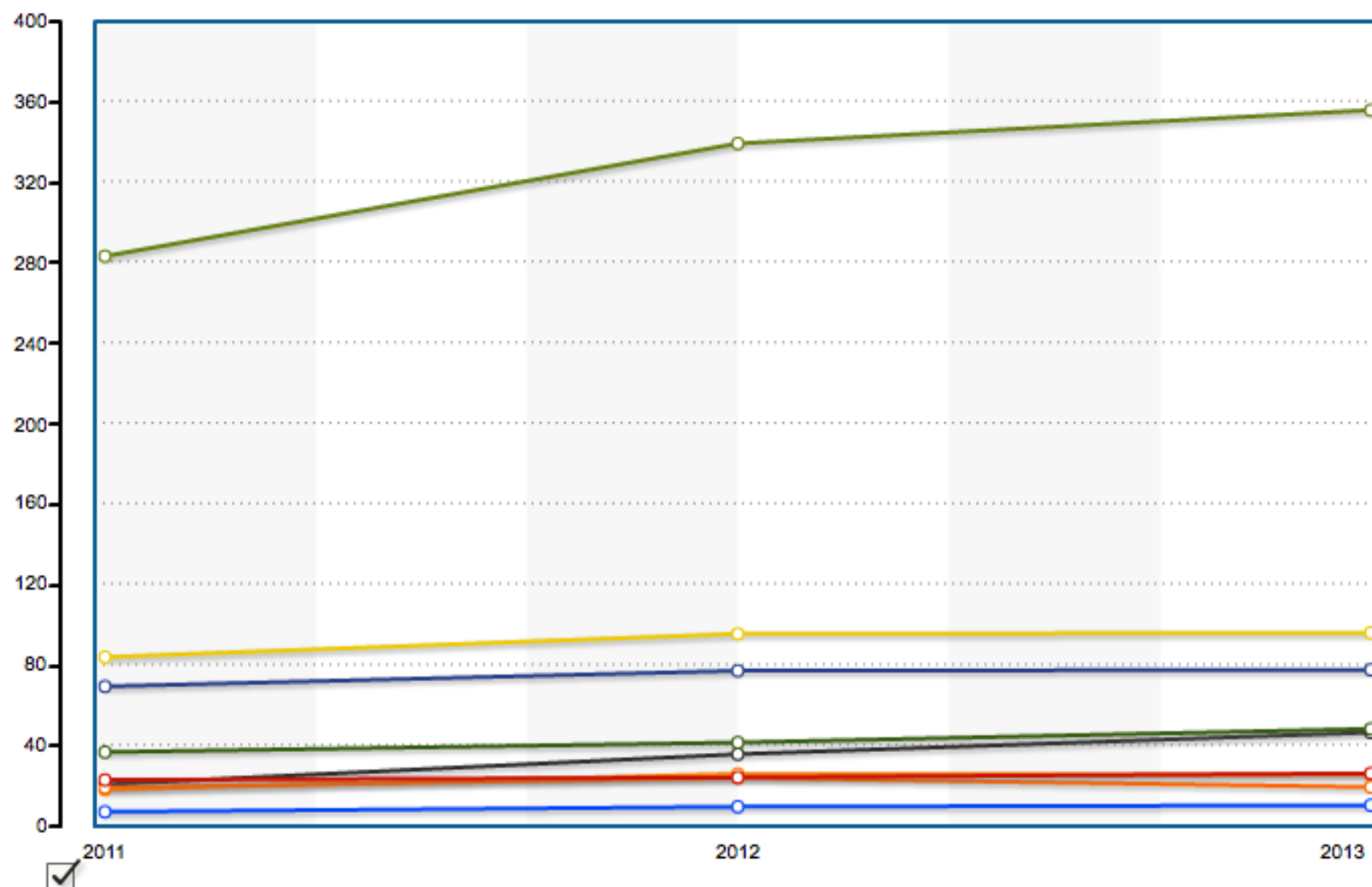
Indivíduo - Milhares



- Total Profissão anterior
- Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- Técnicos e profissionais de nível intermédio
- Pessoal dos serviços e vendedores
- Operários, artífices e trabalhadores similares
- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da
- Quadros superiores da adm. pública, dirigentes e quadros superiores de empresas
- Pessoal administrativo e similares
- Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pesca
- Trabalhadores não qualificados

População desempregada do sexo feminino à procura de novo emprego: total e por profissão anterior (2011-)

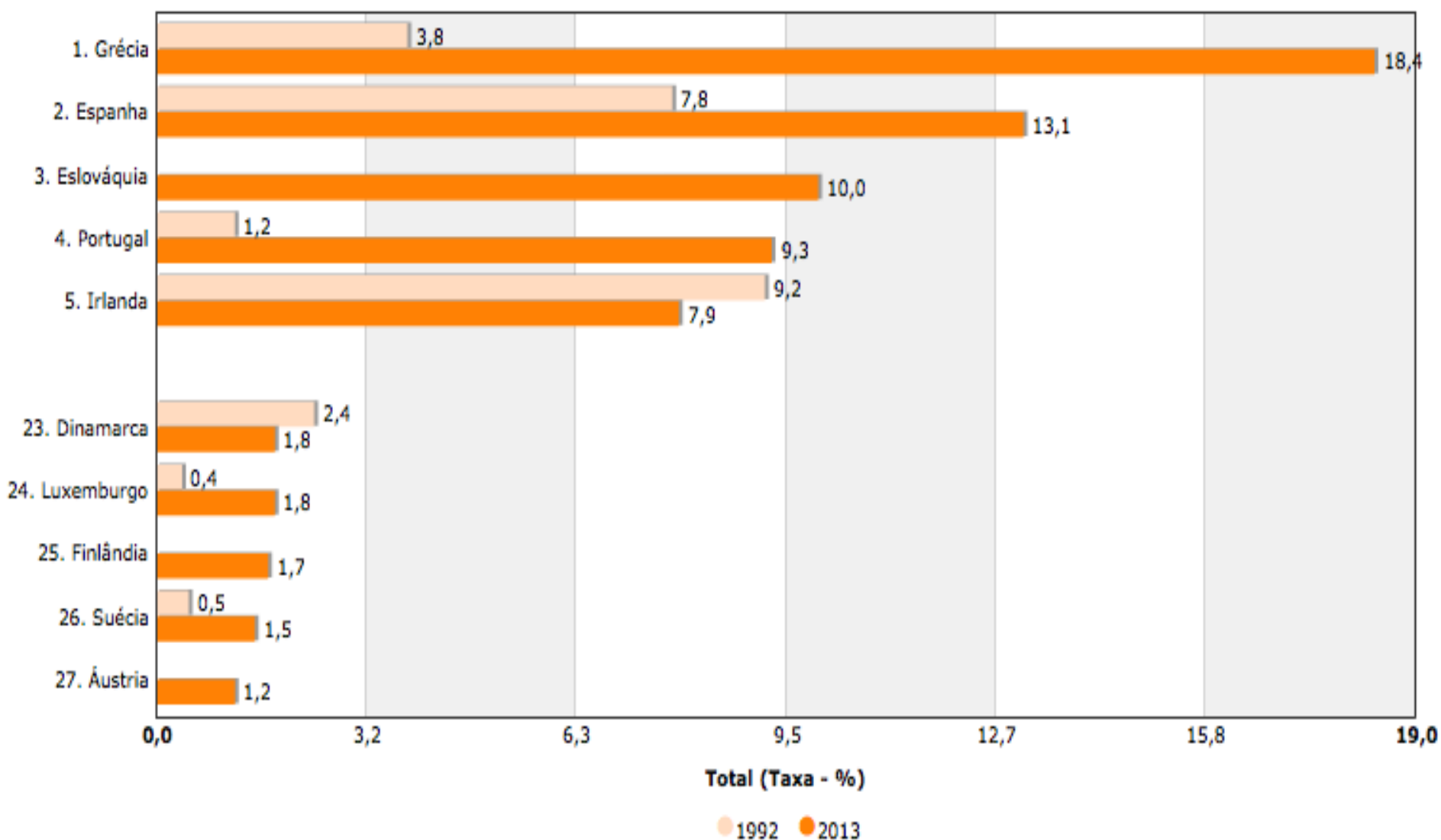
Indivíduo - Milhares



- Total Profissão anterior
- Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- Técnicos e profissionais de nível intermédio
- Pessoal dos serviços e vendedores
- Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- Quadros superiores da adm. pública, dirigentes e quadros superiores de empresas
- Pessoal administrativo e similares
- Operários, artífices e trabalhadores similares
- Trabalhadores não qualificados

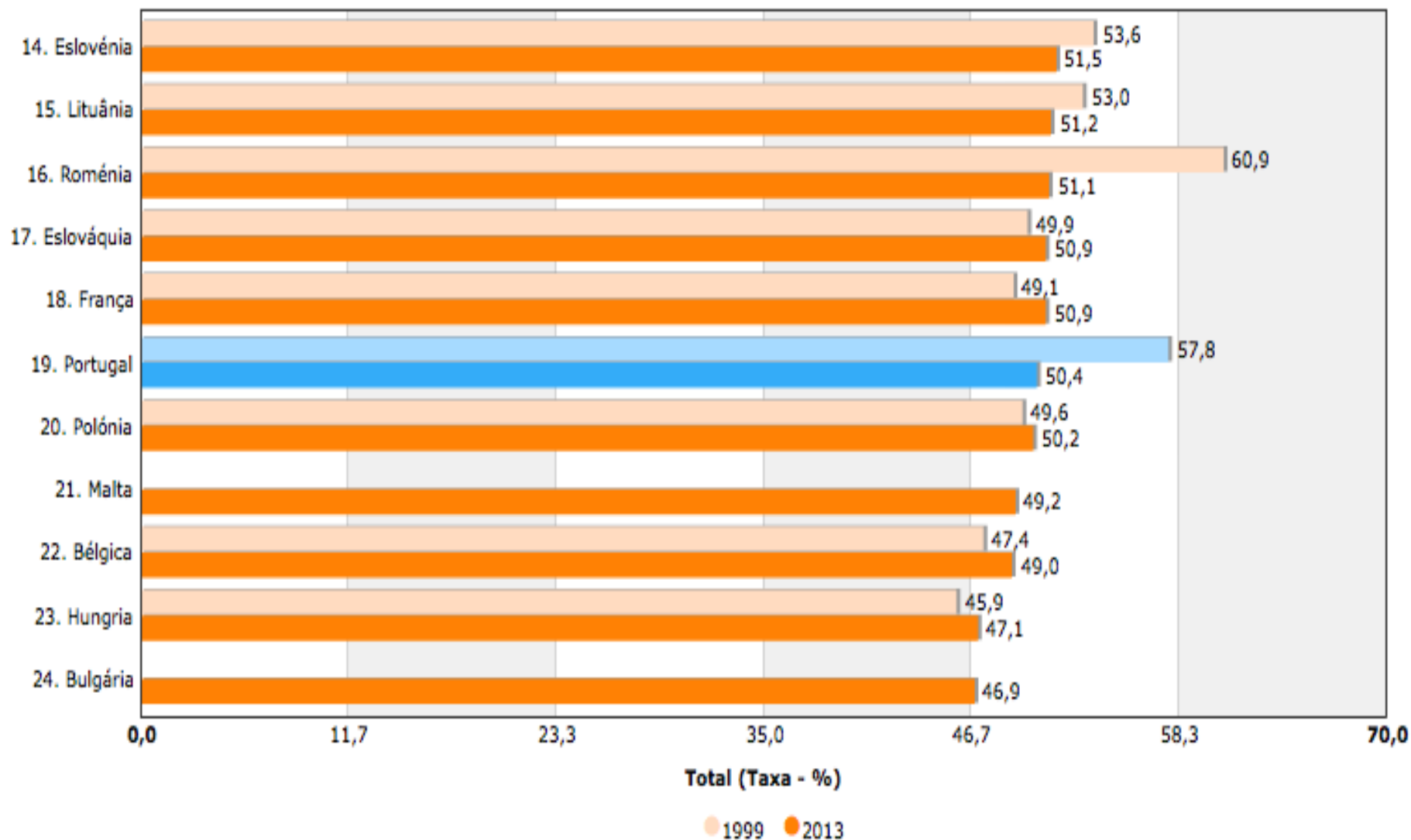
Taxa de desemprego de longa duração: total e por sexo

Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1992



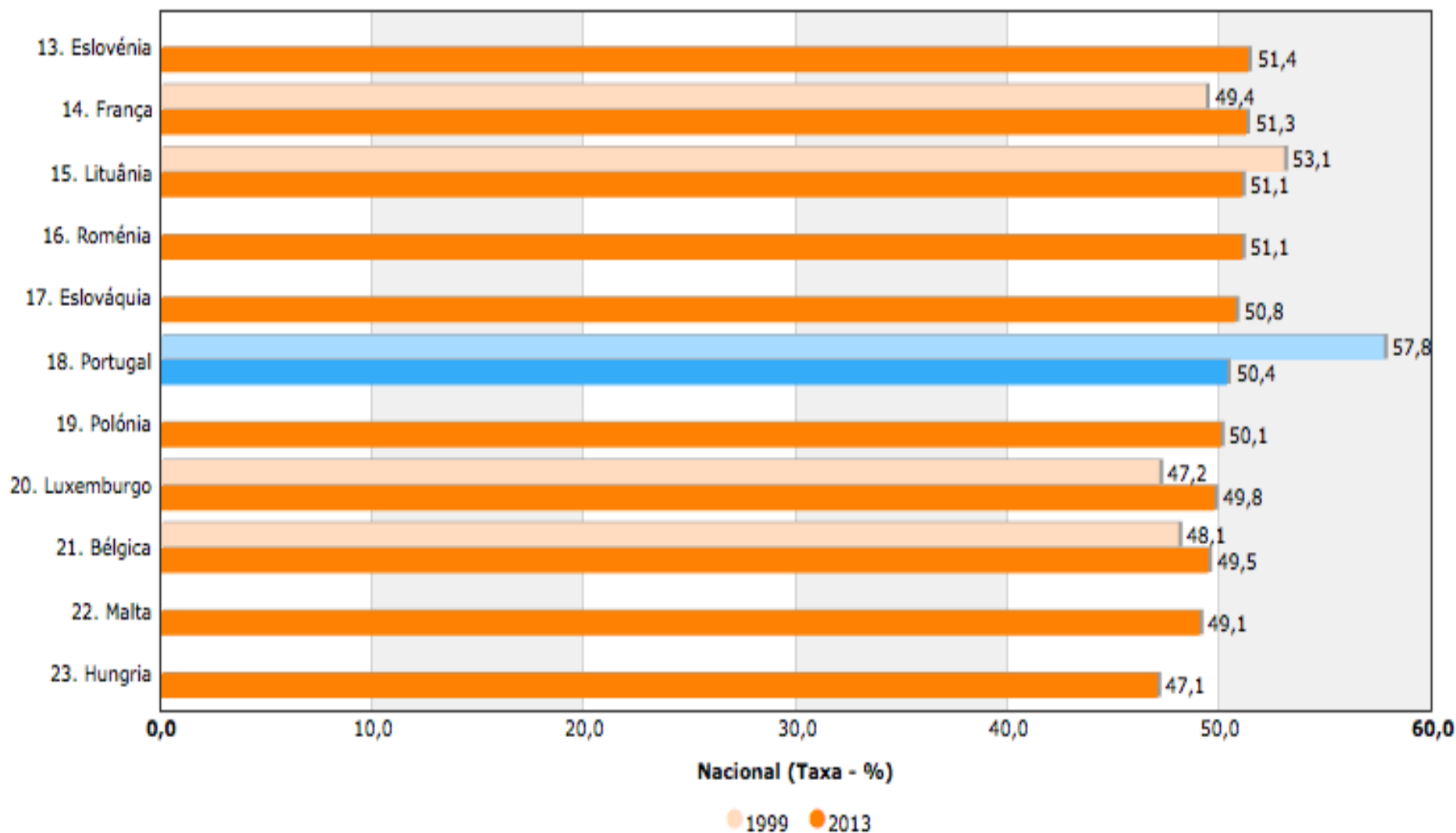
Taxa de emprego: total, nacionais e estrangeiros

Taxa



Taxa de emprego: total, nacionais e estrangeiros

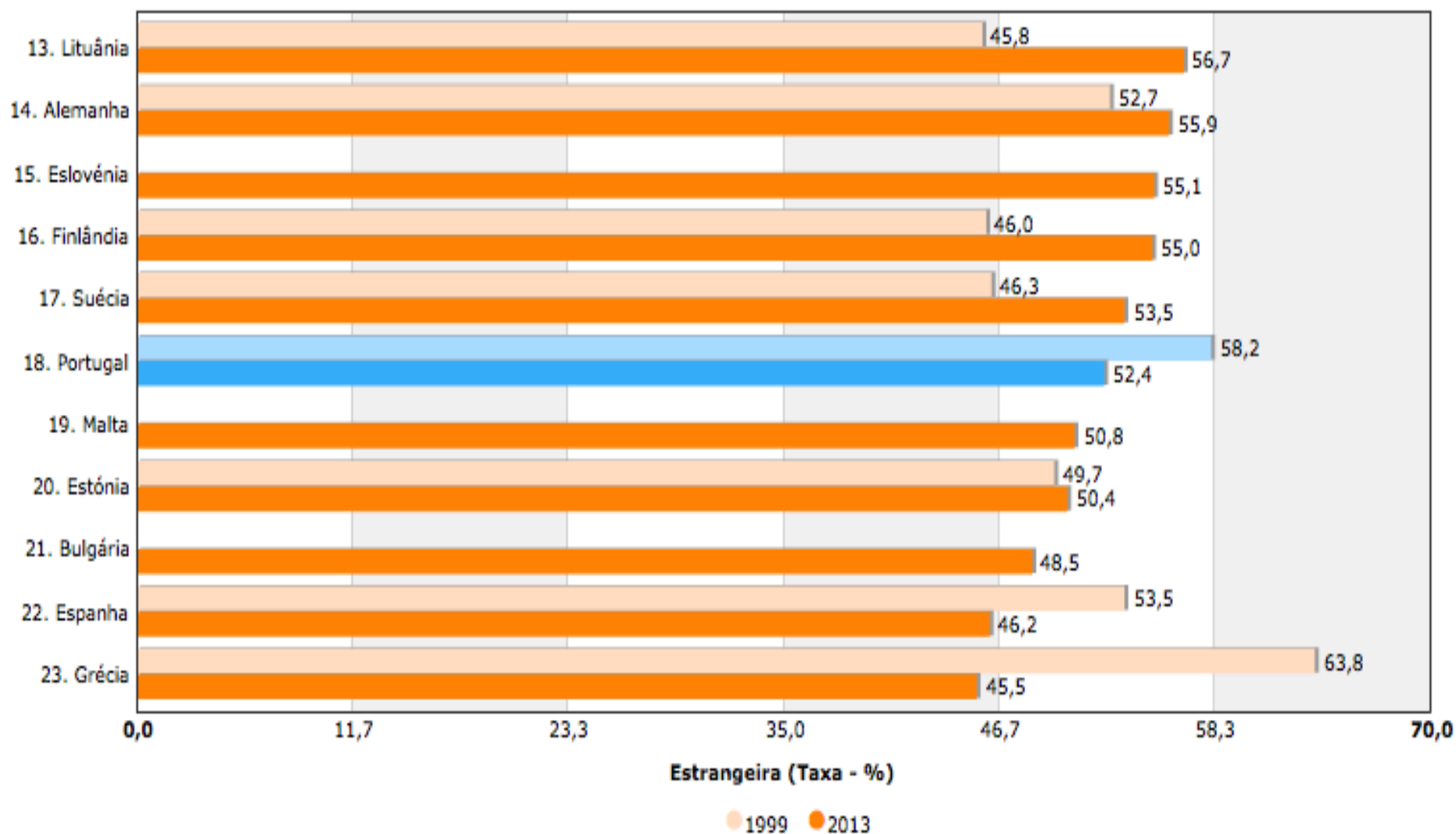
Taxa



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Taxa de emprego: total, nacionais e estrangeiros

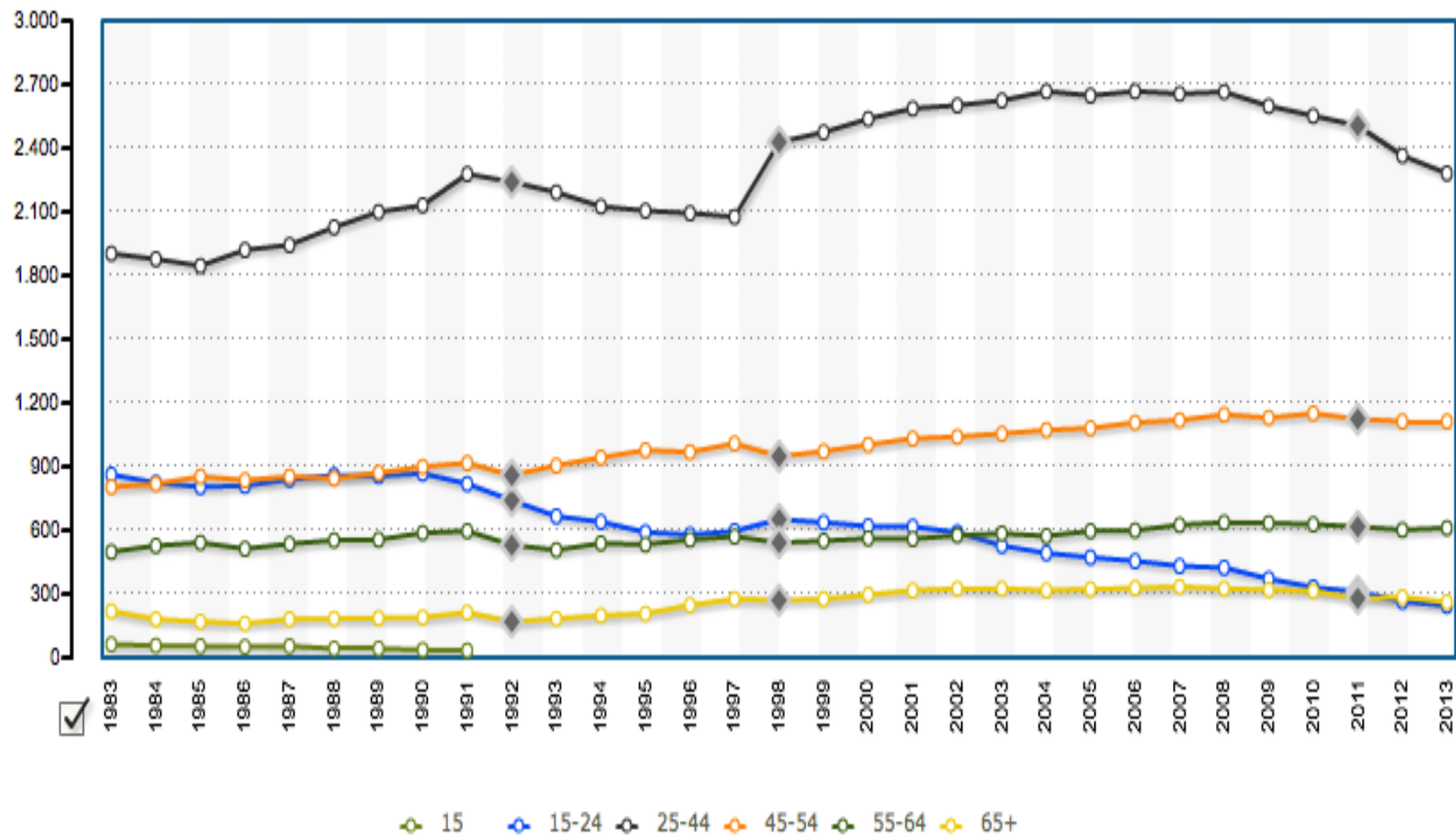
Taxa



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

População empregada: total e por grupo etário

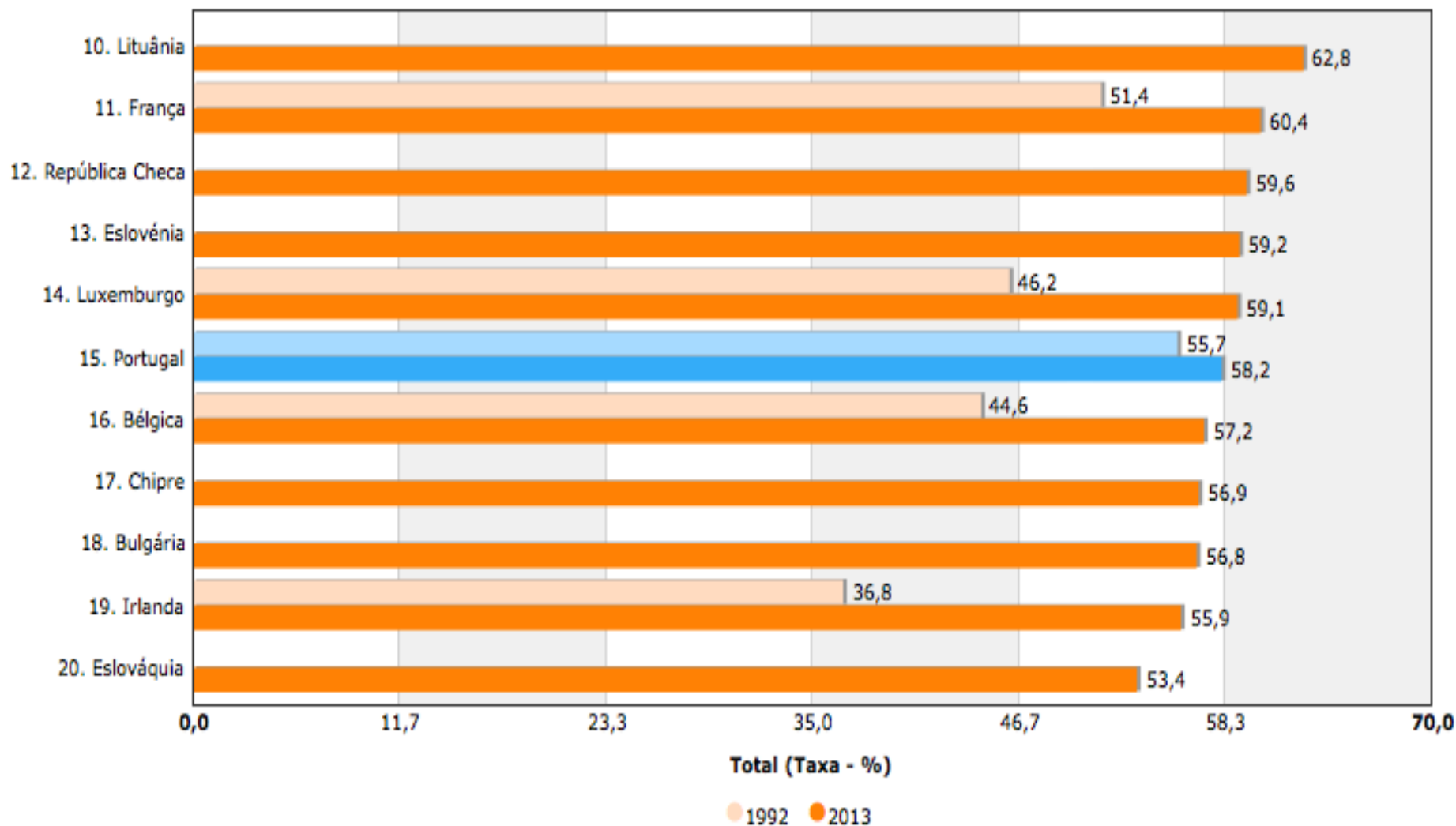
Indivíduo - Milhares



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Taxa de emprego, dos 15 aos 64 anos, por nível de escolaridade – Mulheres

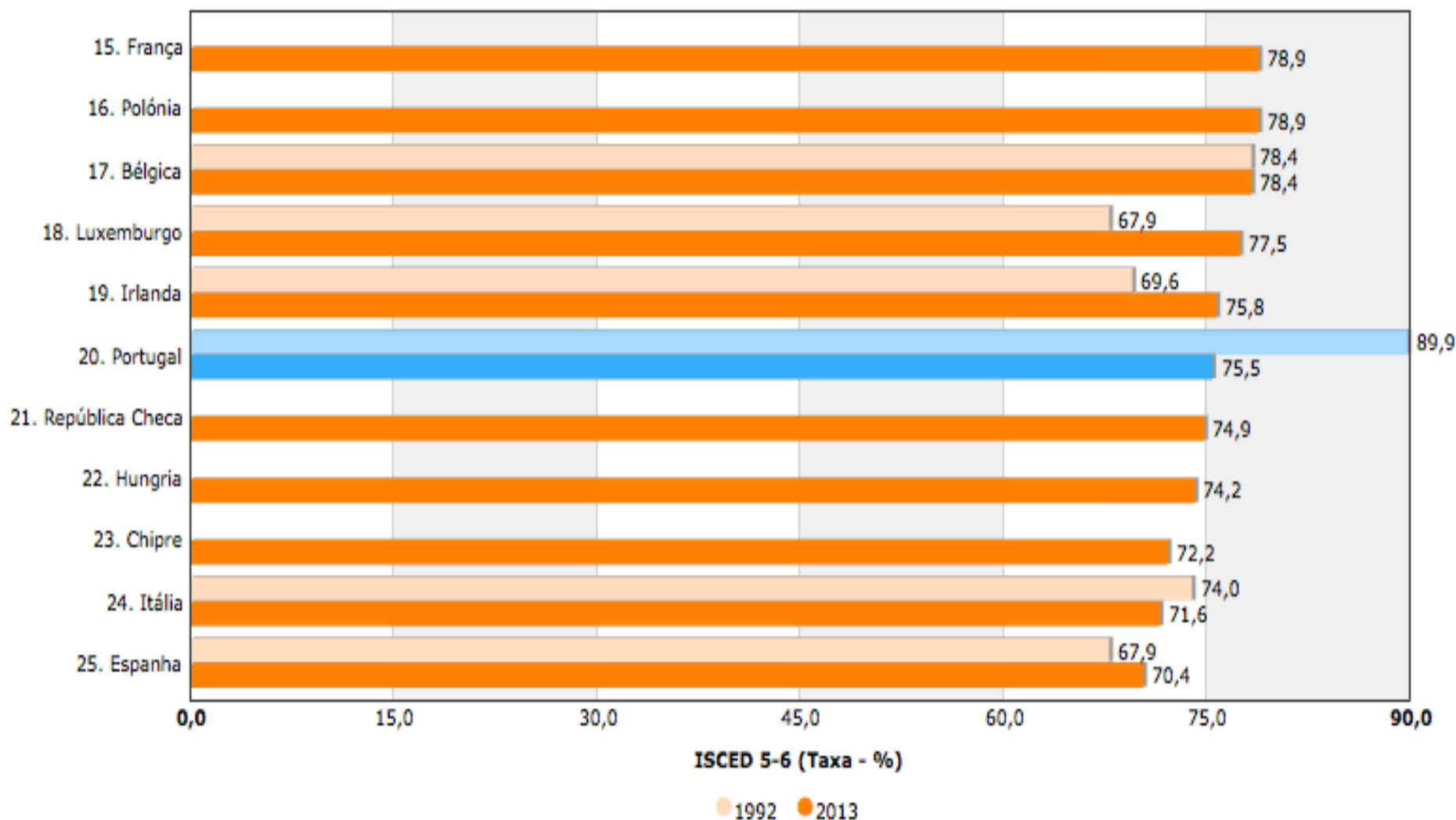
Taxa



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Taxa de emprego, dos 15 aos 64 anos, por nível de escolaridade – Mulheres

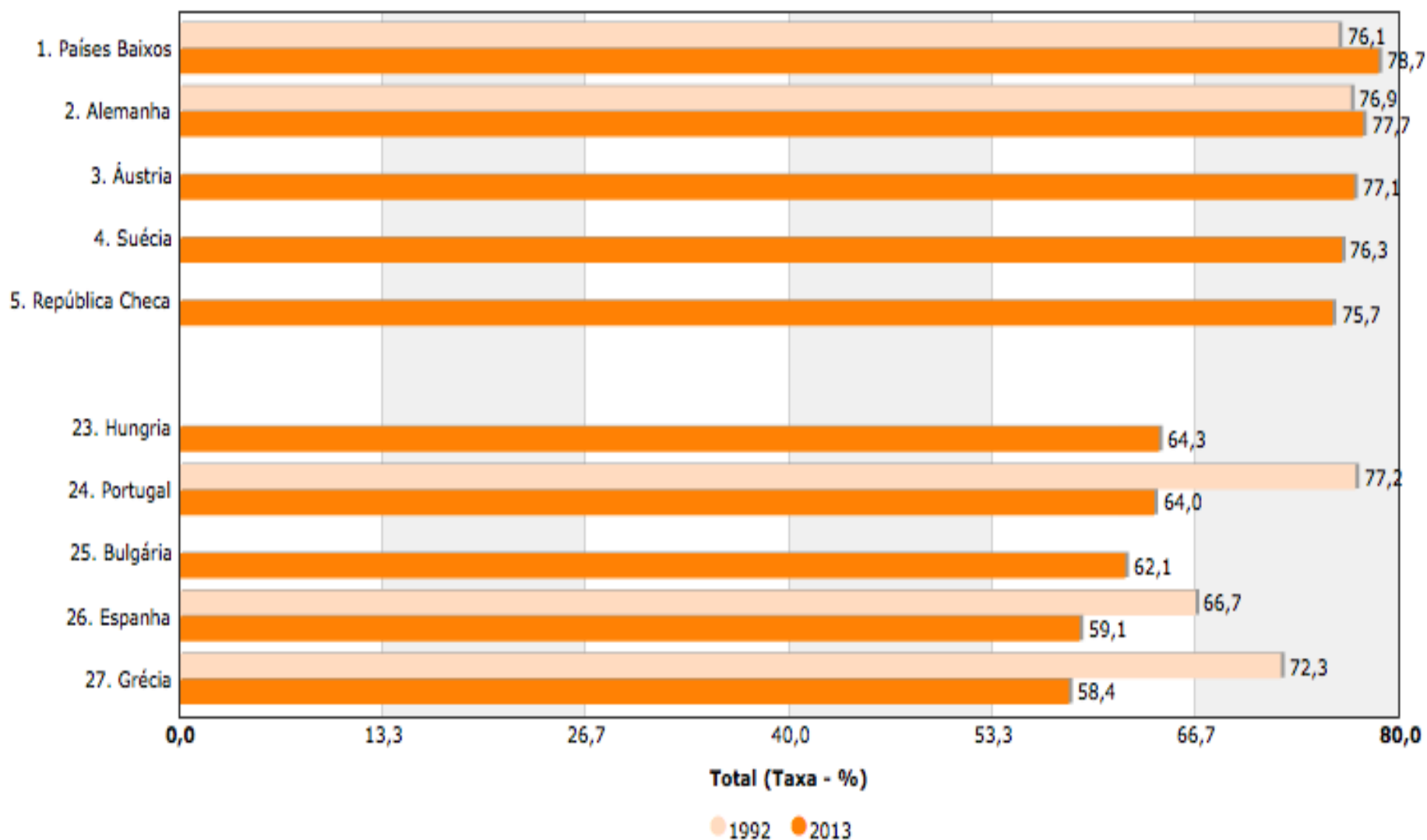
Taxa



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

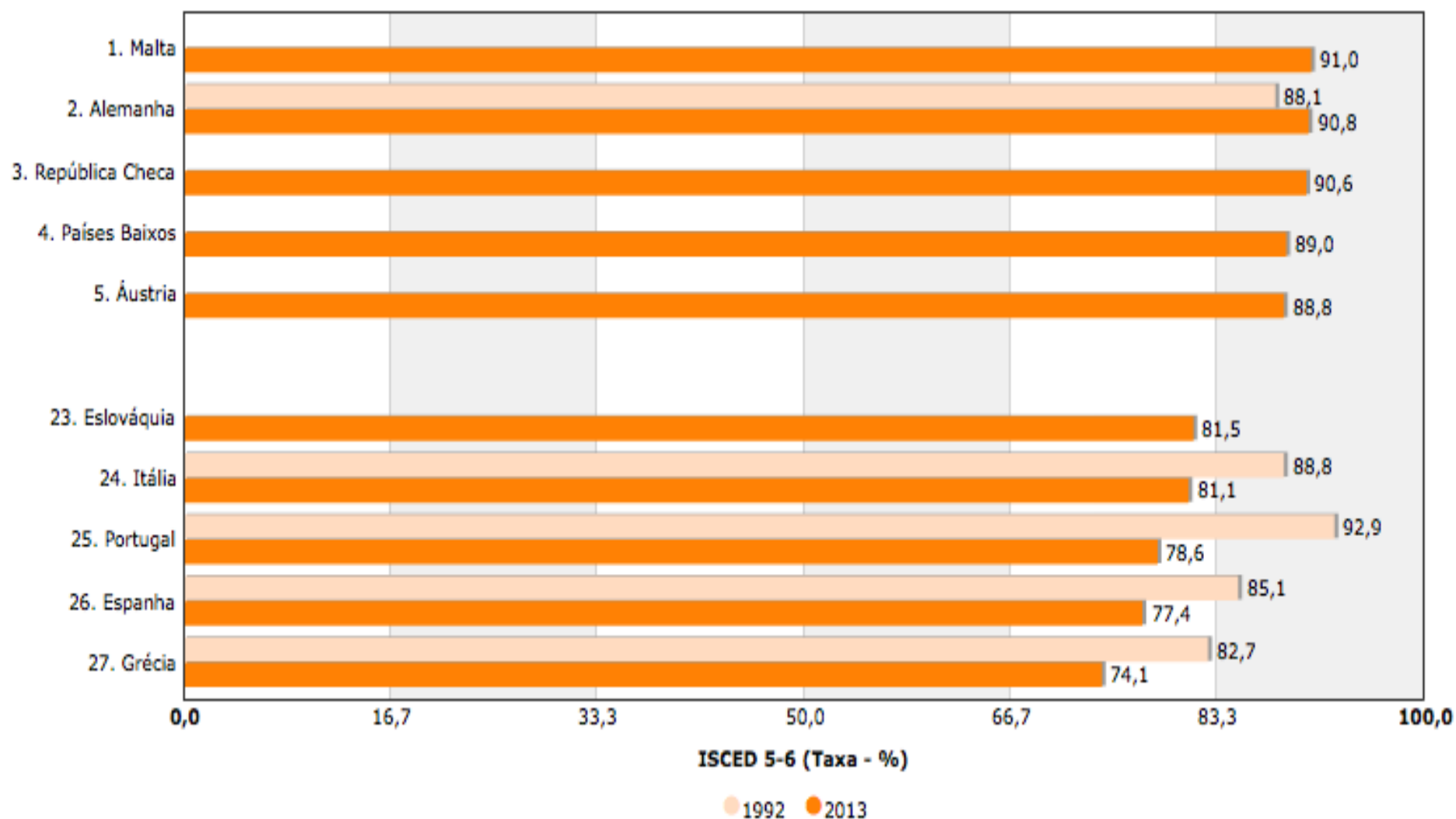
Taxa de emprego, dos 15 aos 64 anos, por nível de escolaridade – Homens

Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

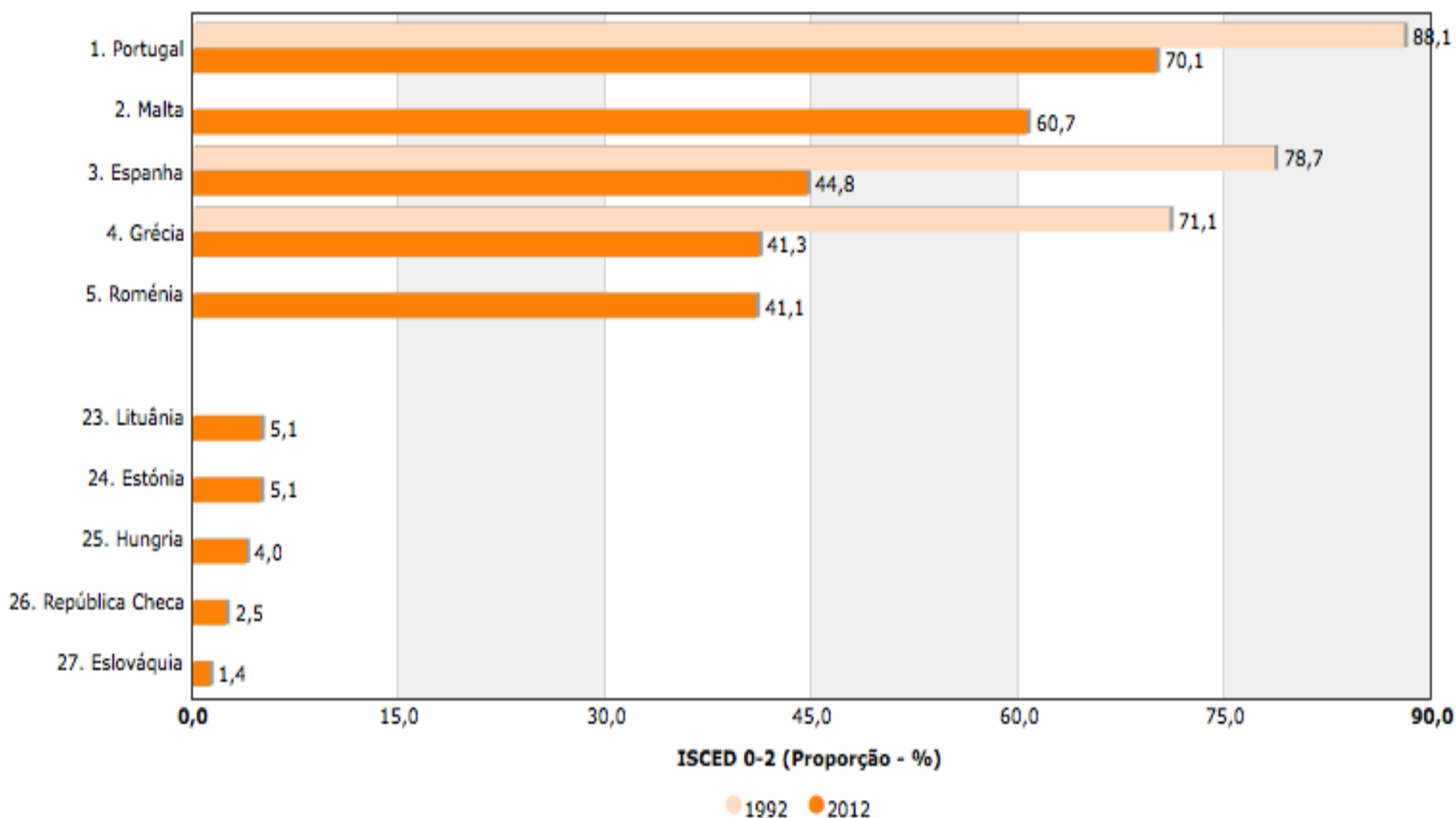
Taxa de emprego, dos 15 aos 64 anos, por nível de escolaridade – Homens
Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Trabalhadores por conta própria por nível de escolaridade no total de trabalhadores por conta própria (%)

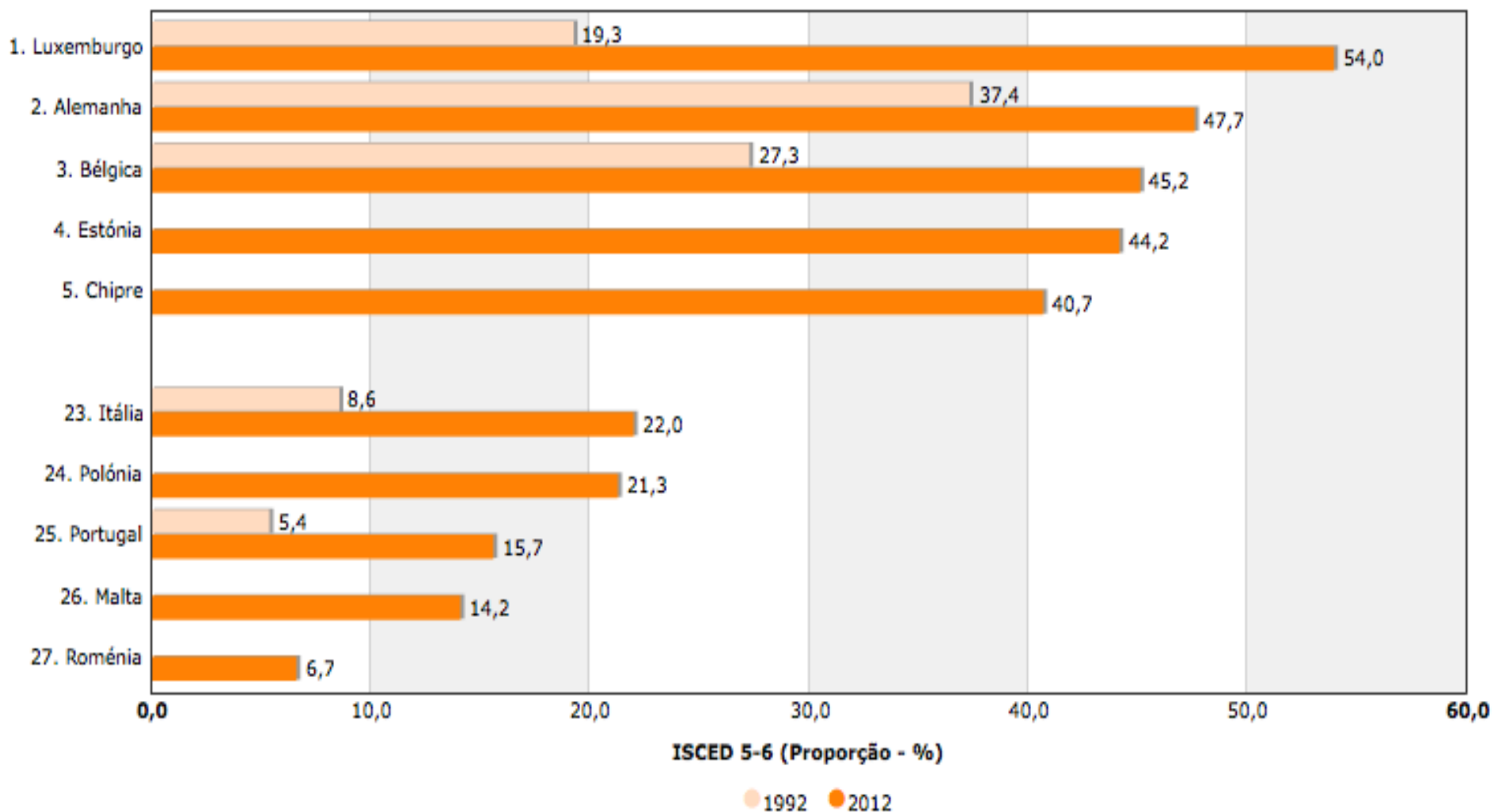
Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

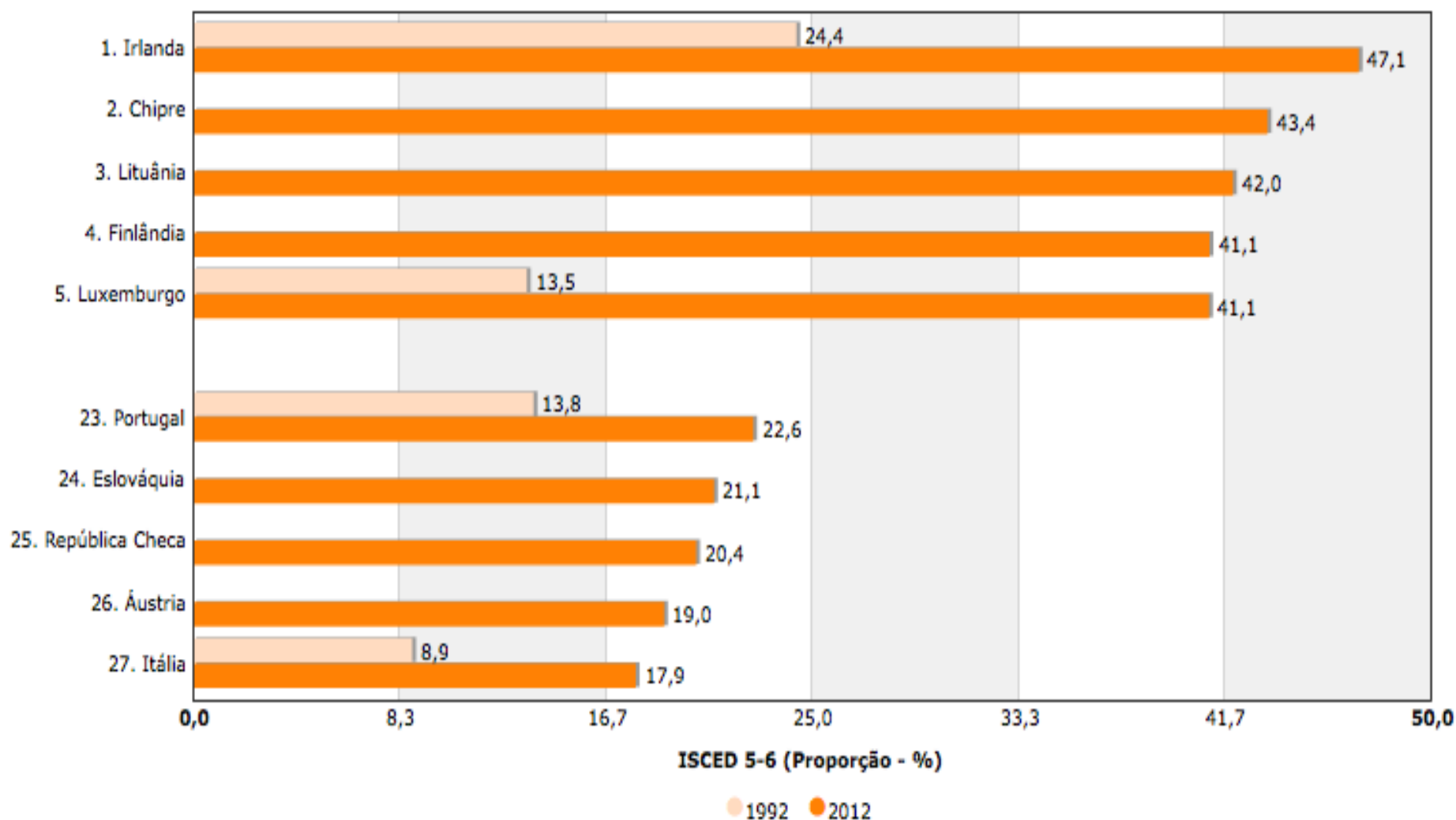
Trabalhadores por conta própria por nível de escolaridade no total de trabalhadores por conta própria (%)

Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

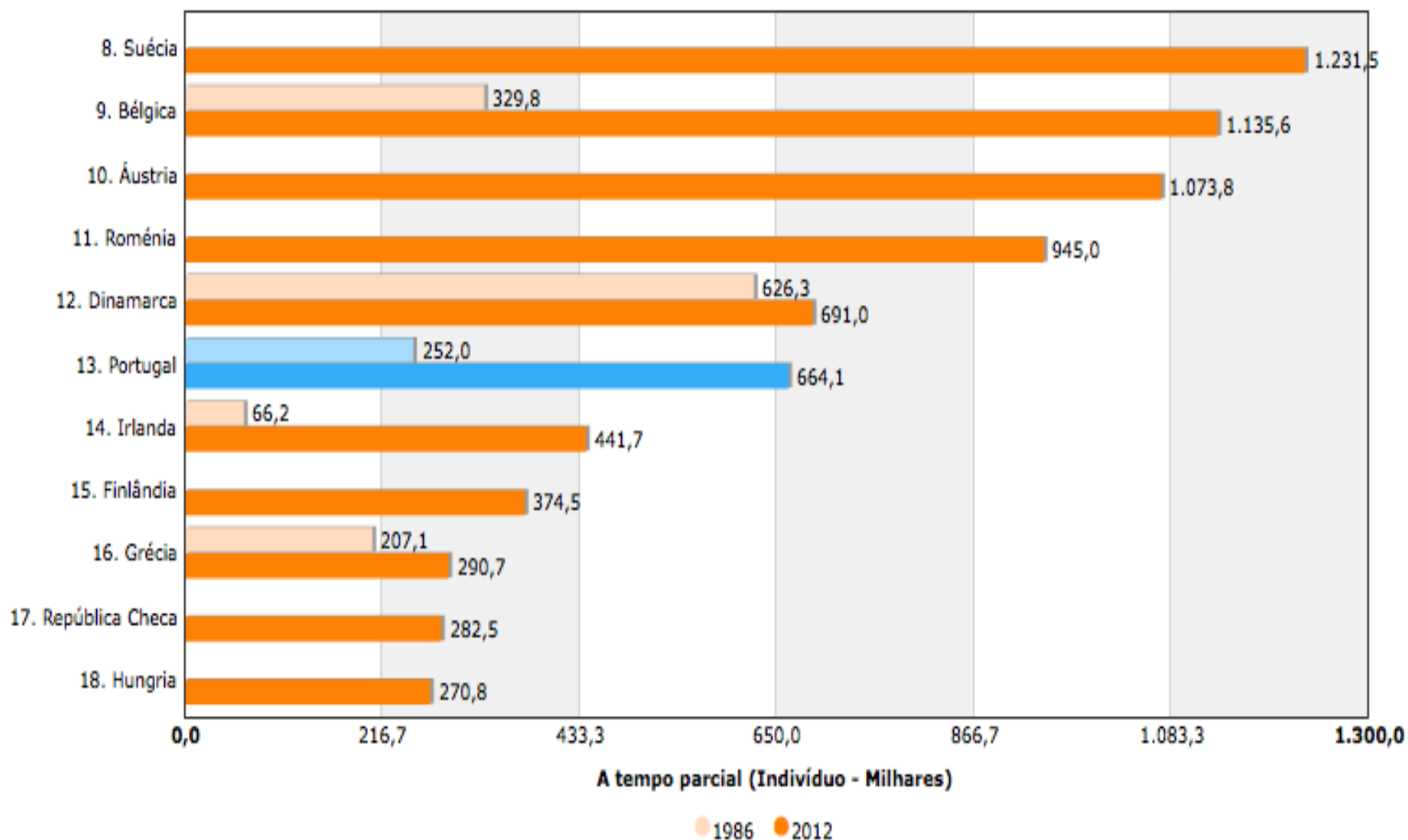
Trabalhadores por conta de outrem por nível de escolaridade no total de trabalhadores por conta de outrem (%)
Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

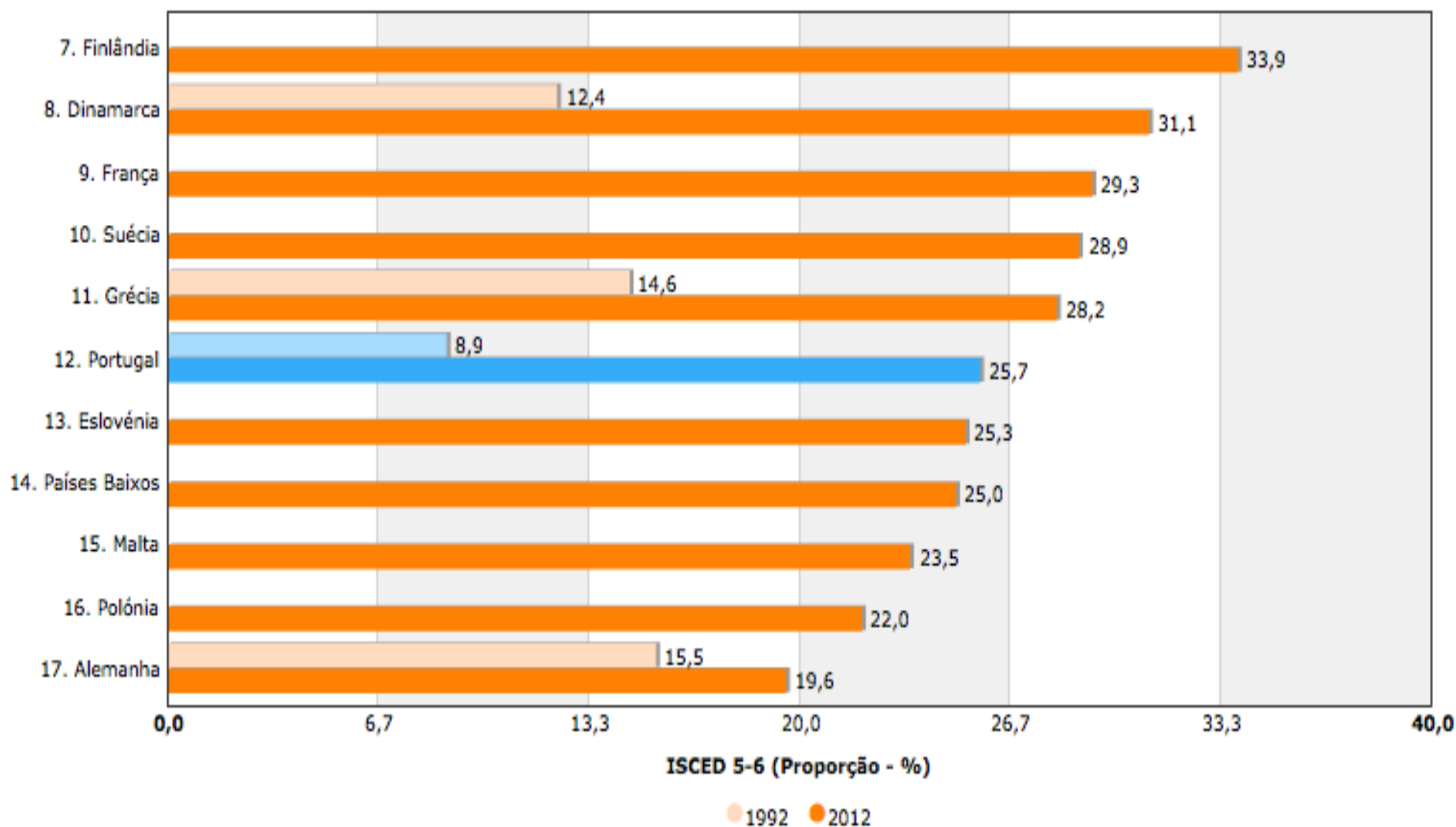
População empregada: total e a tempo completo e parcial

Valor Absoluto



Trabalhadores com contrato de trabalho temporário: por nível de escolaridade (%)

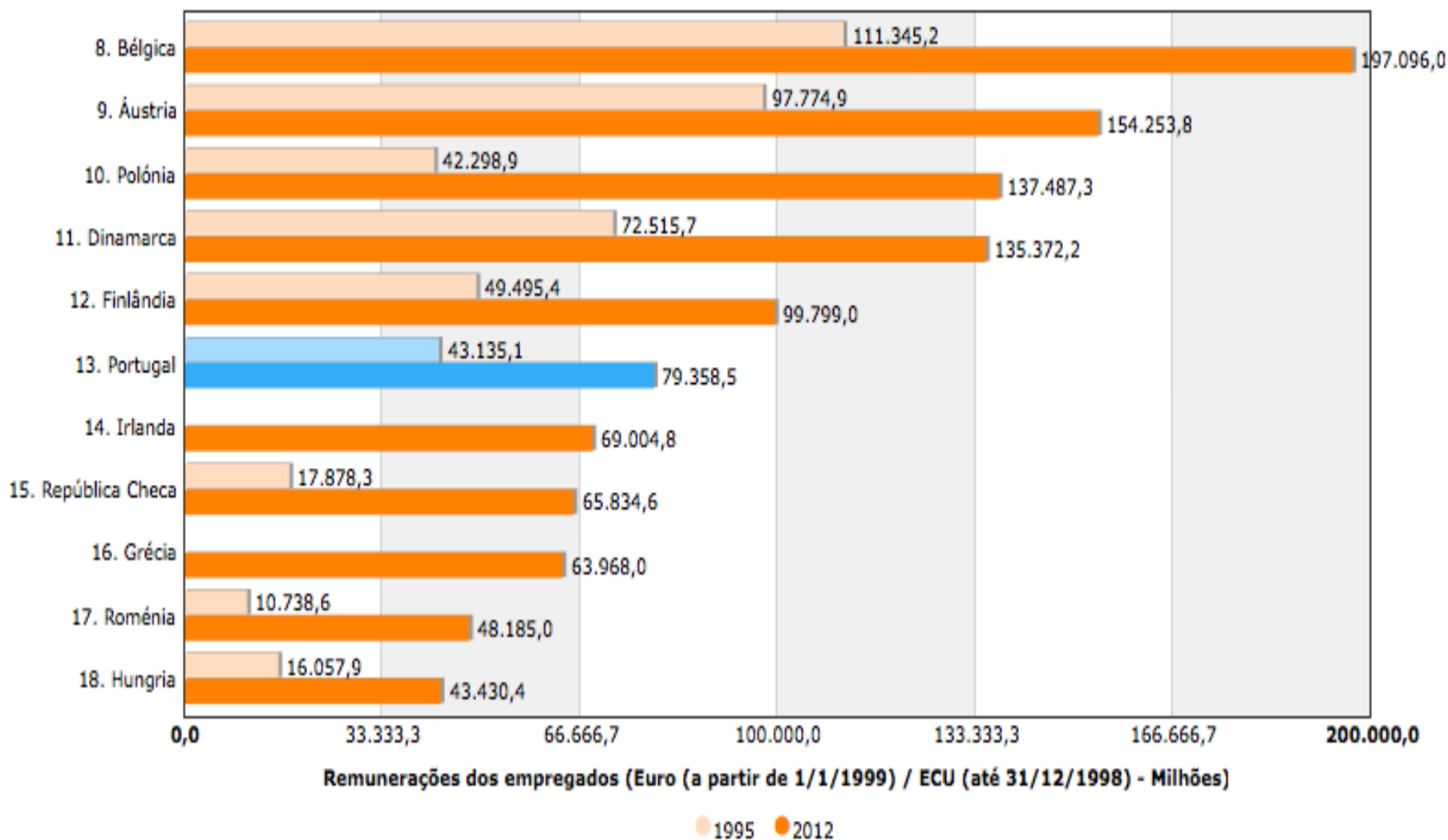
Proporção



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Remunerações dos empregados (Euro/ECU)

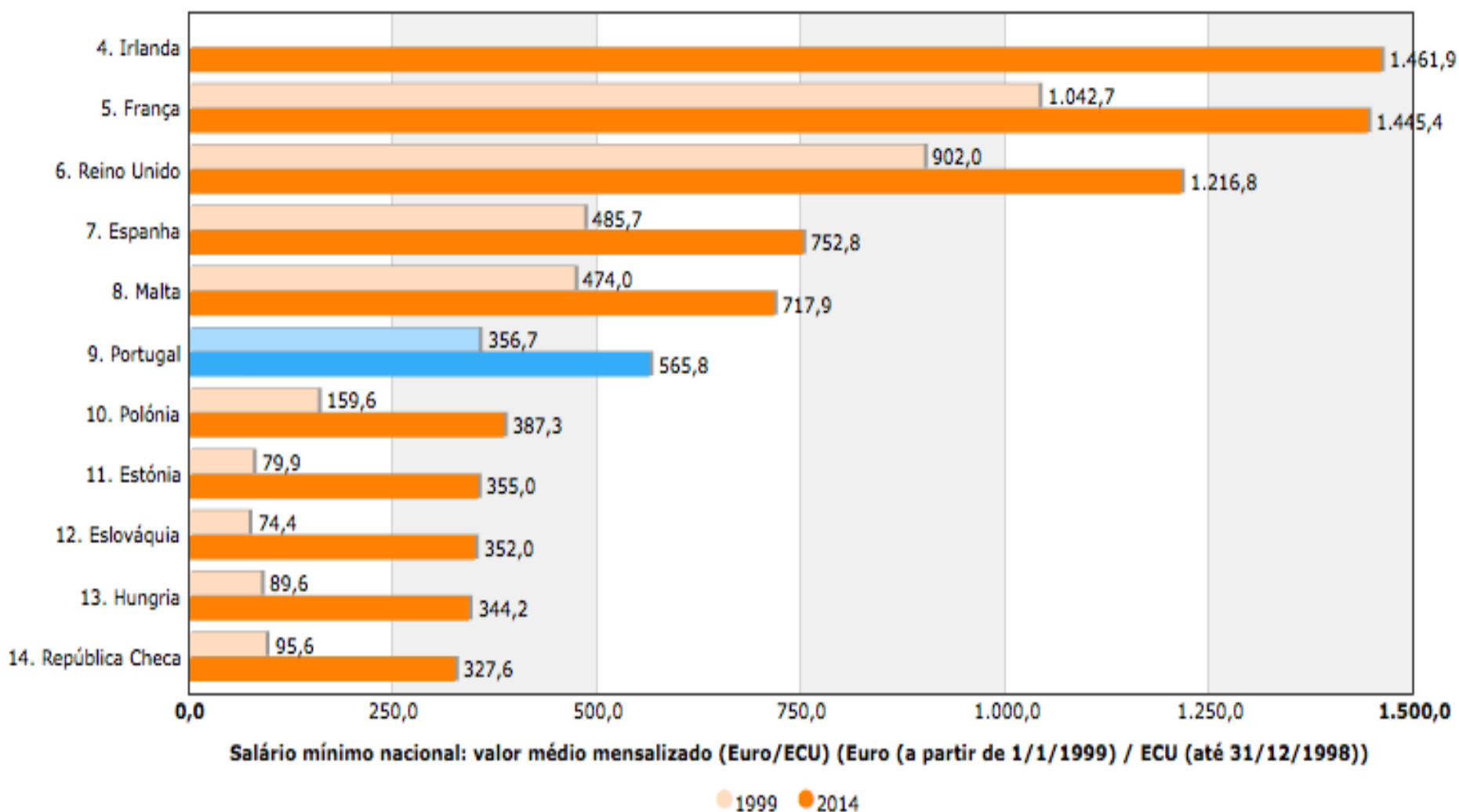
Valor Absoluto



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Salário mínimo nacional: valor médio mensalizado (Euro/ECU)

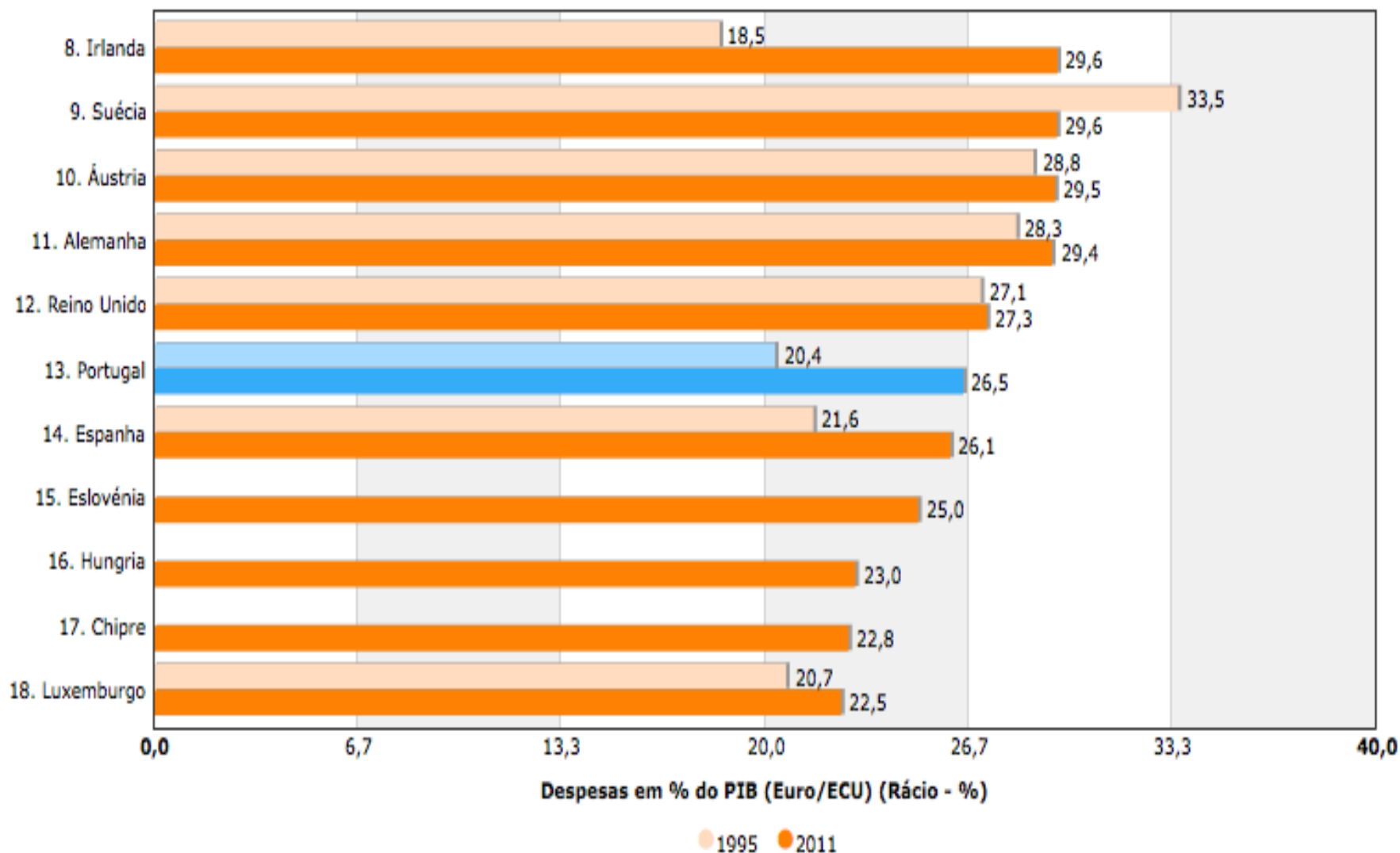
Valor Absoluto



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística / Ministérios dos Assuntos Sociais, Trabalho ou Emprego, PORDATA

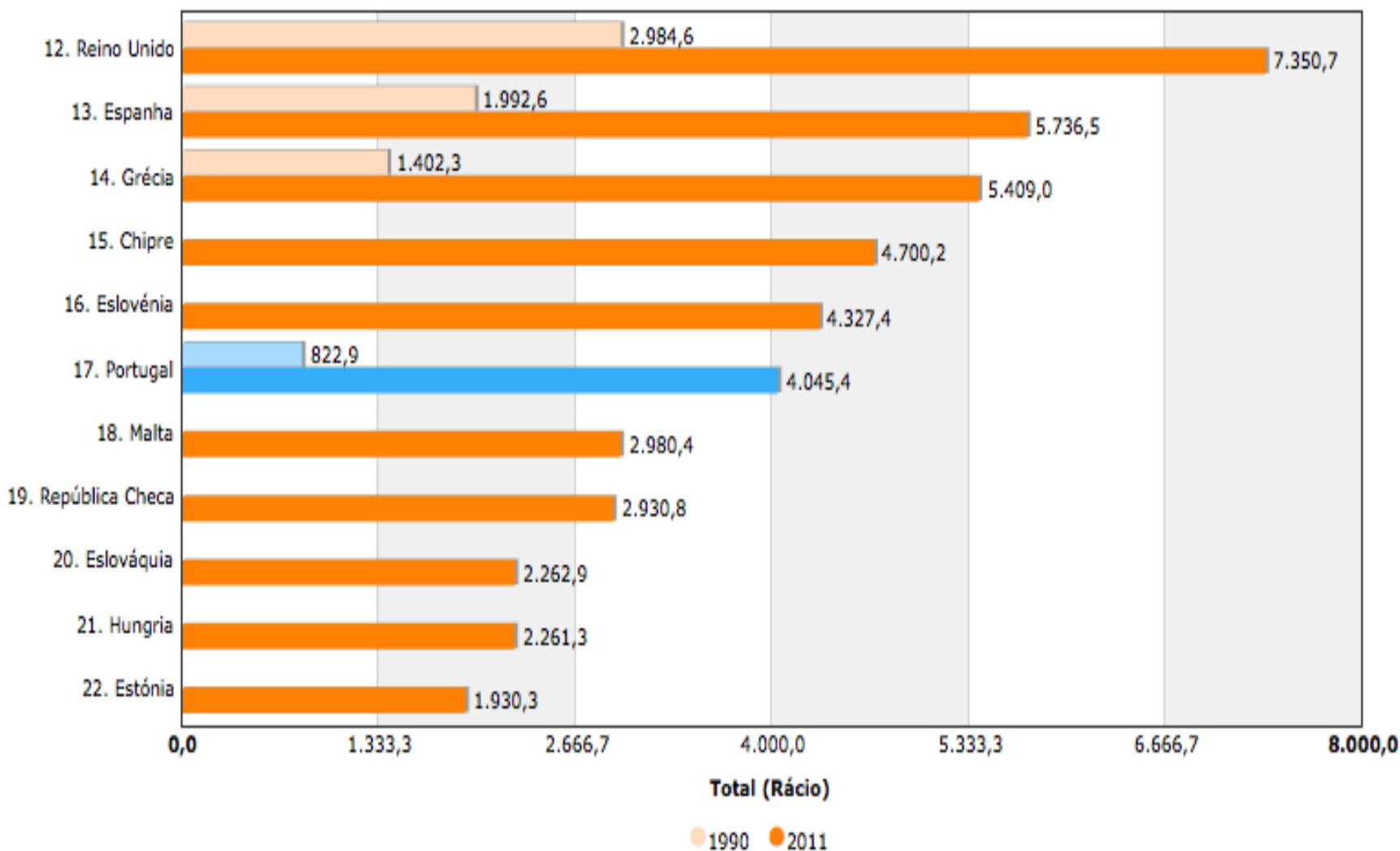
Despesas da protecção social em % do PIB

Rácio



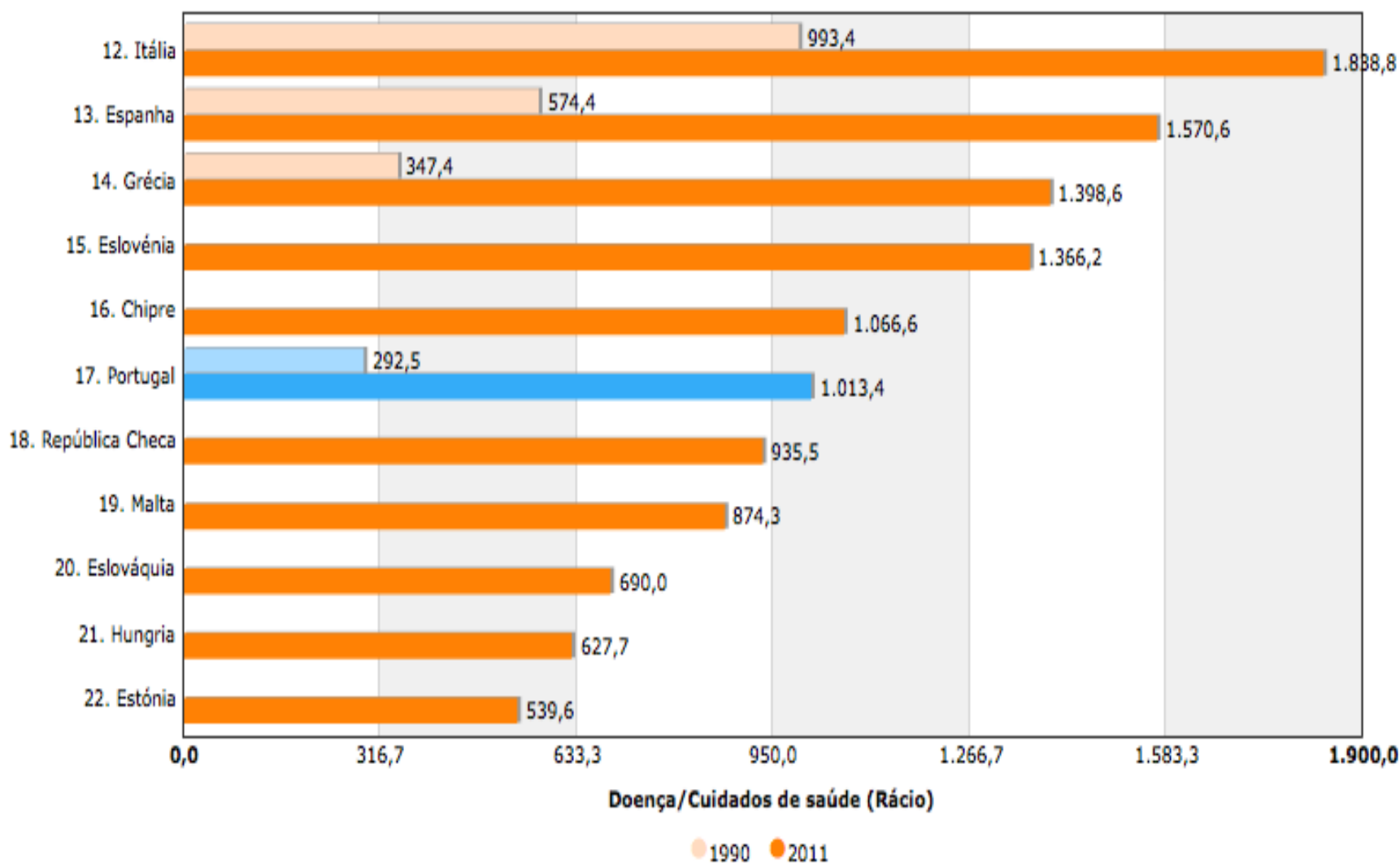
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



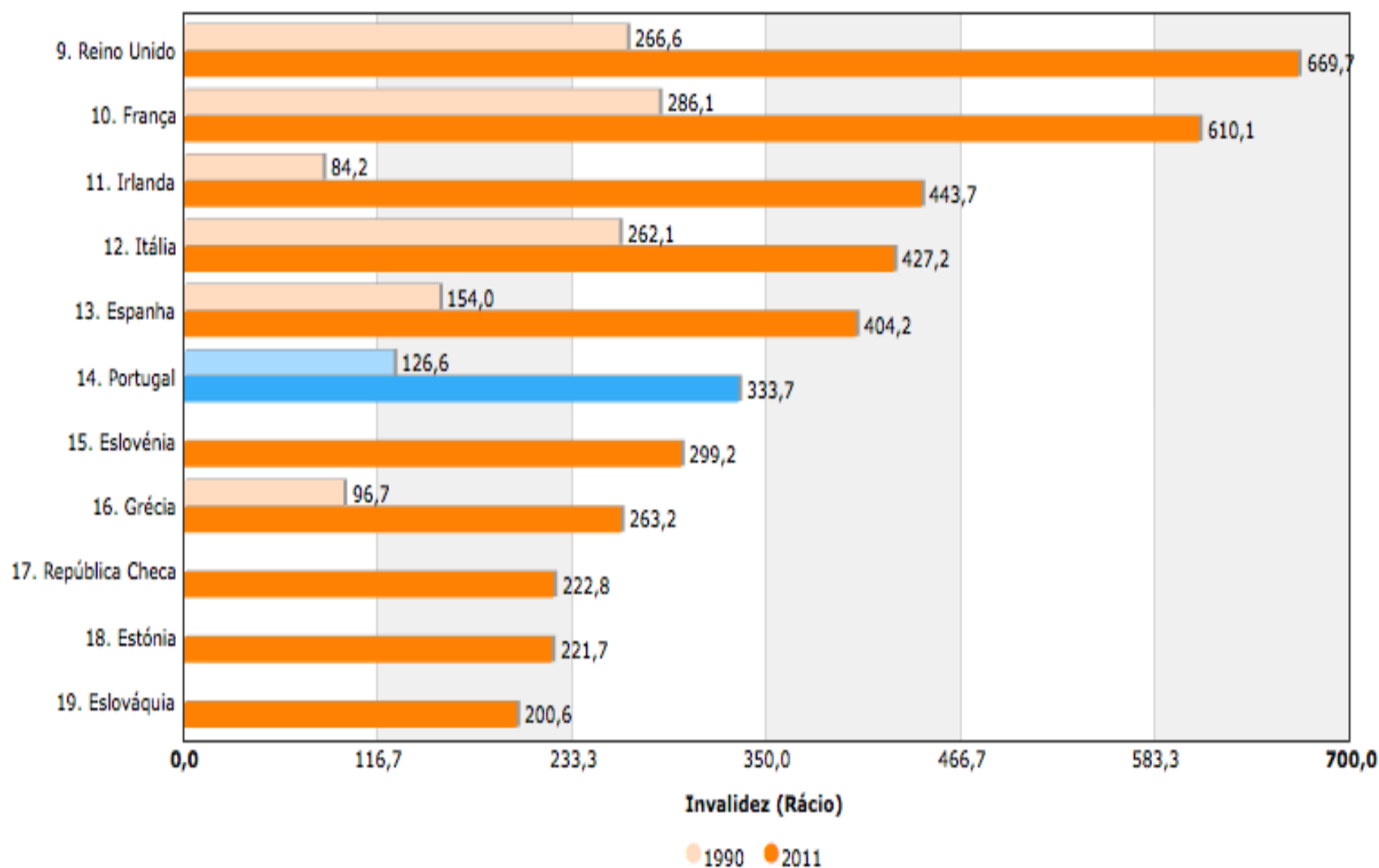
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



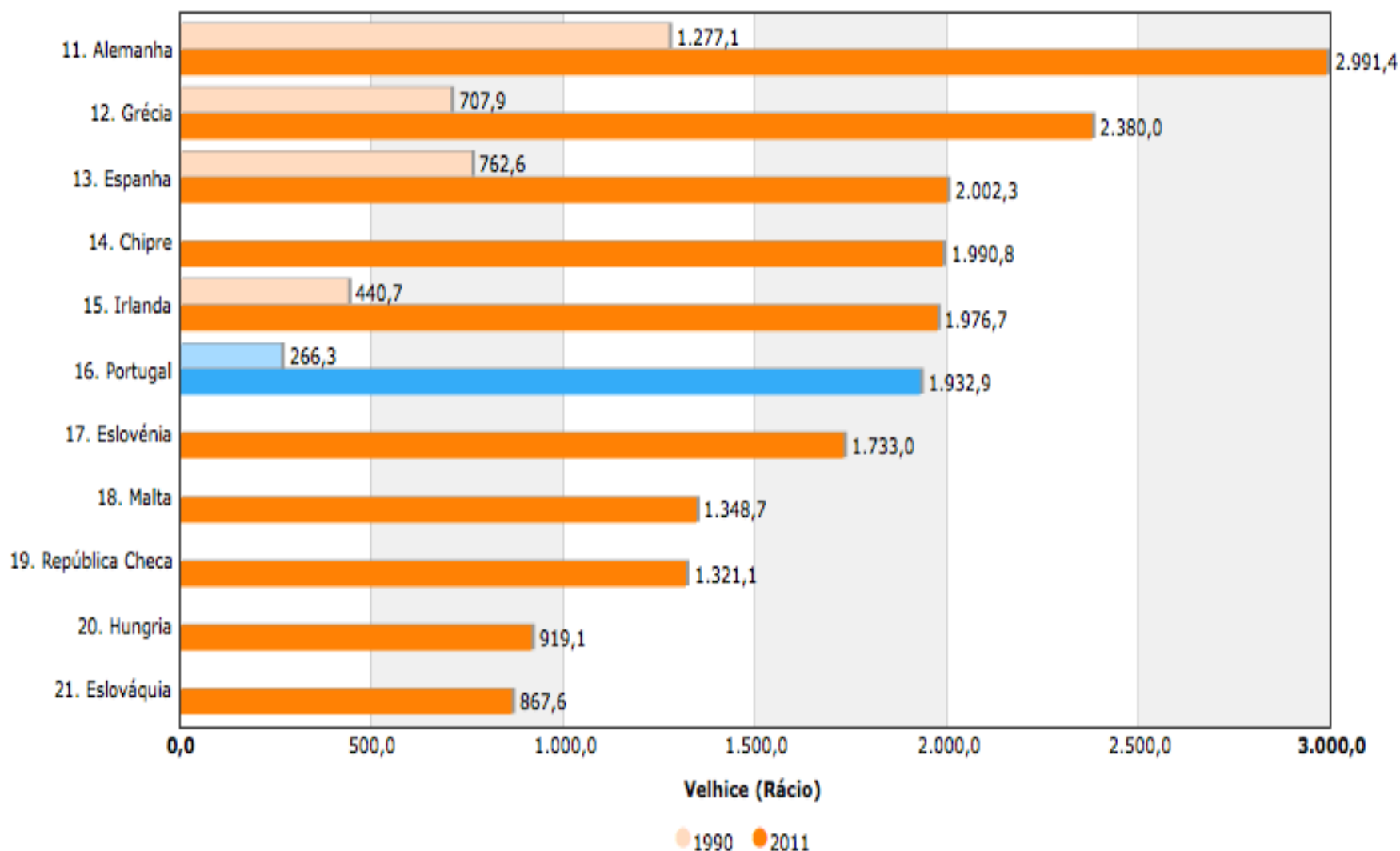
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



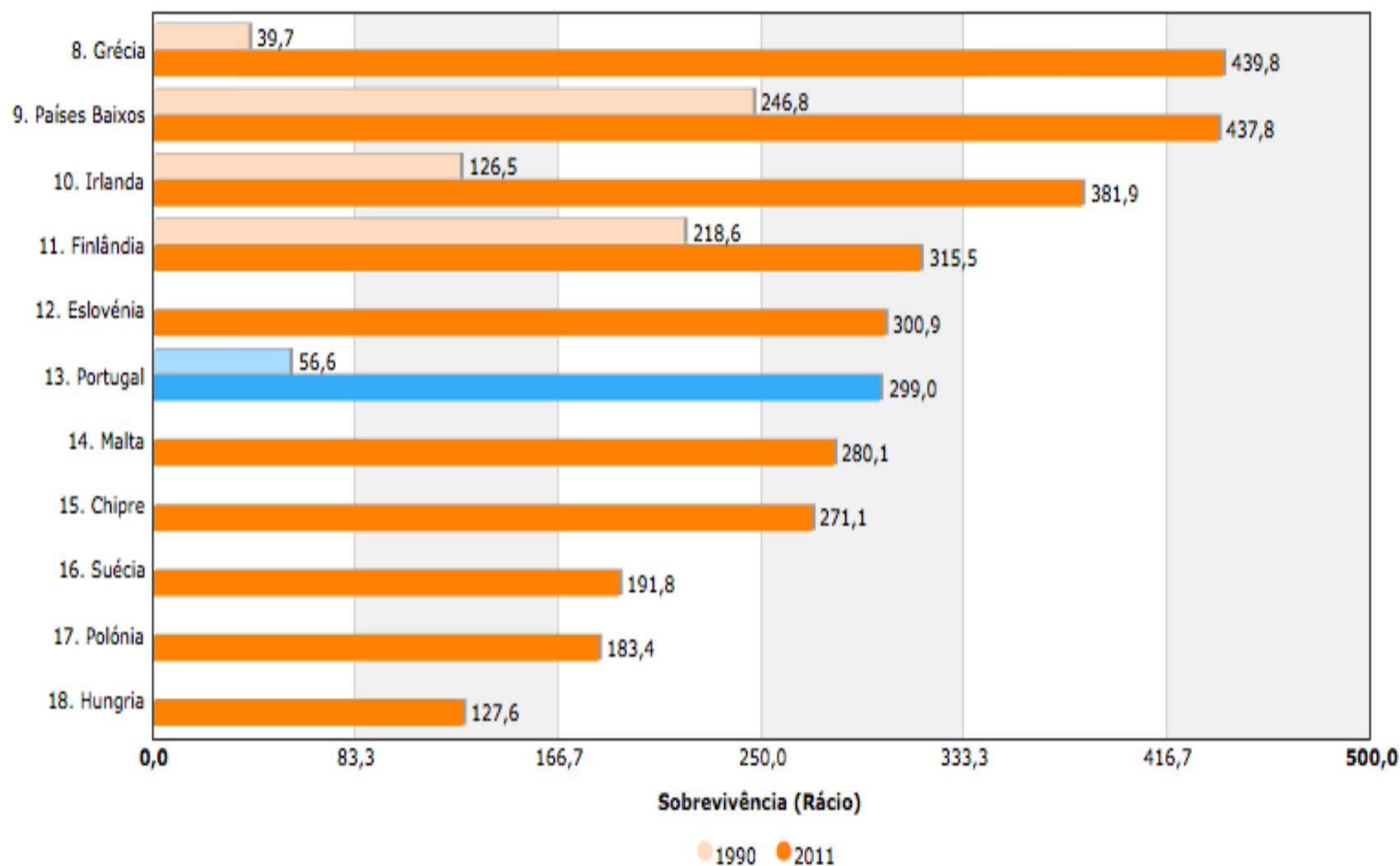
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



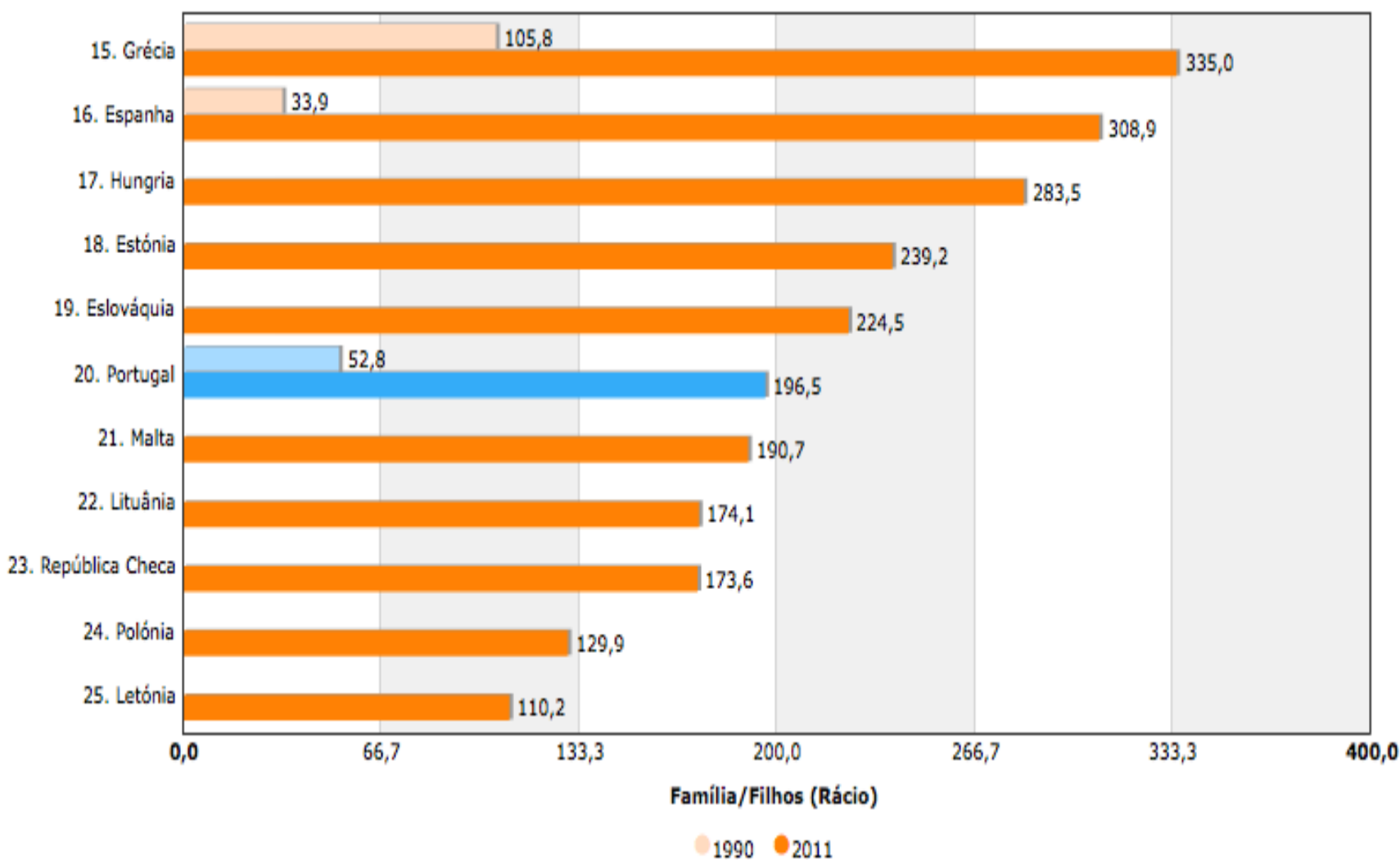
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



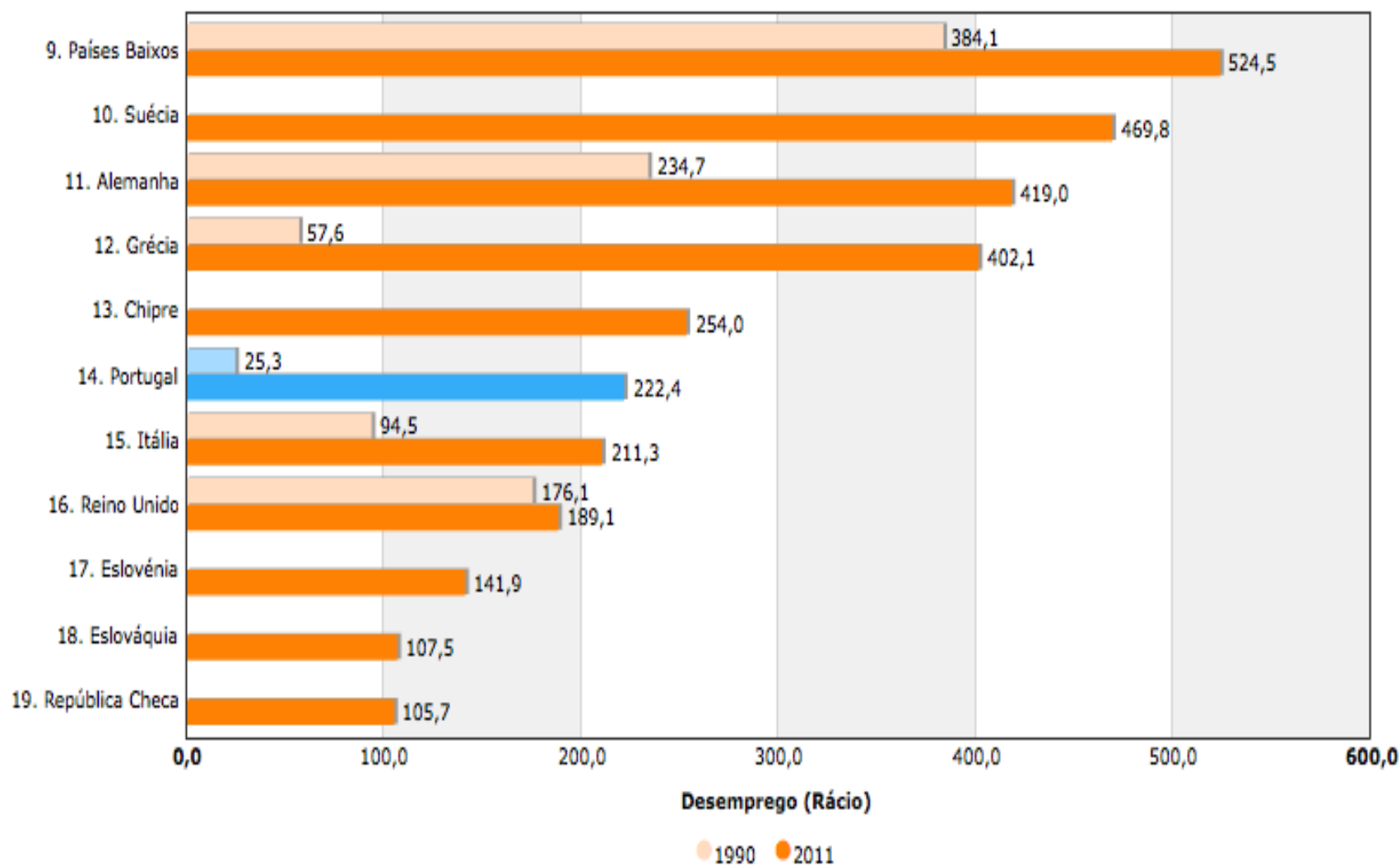
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



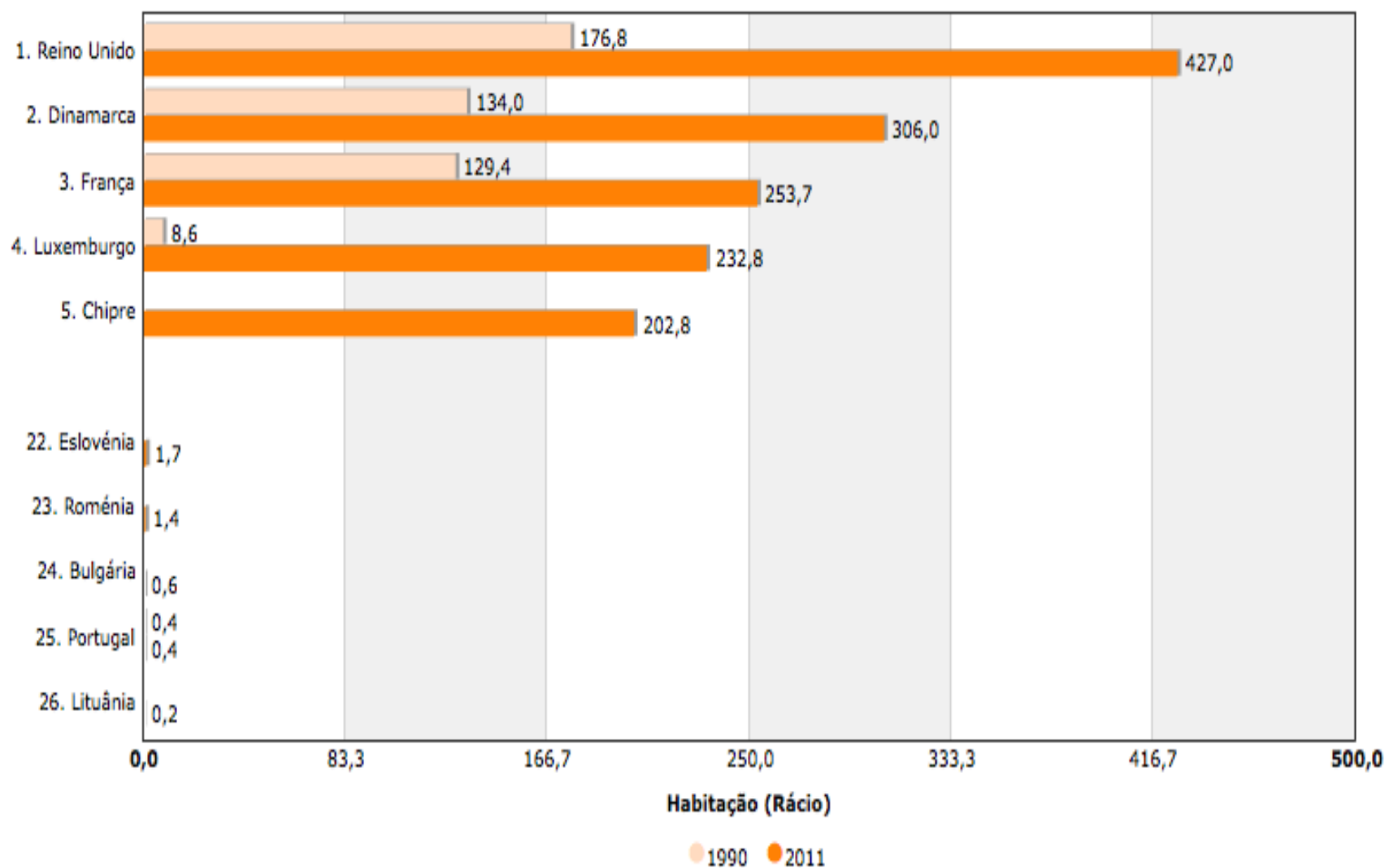
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



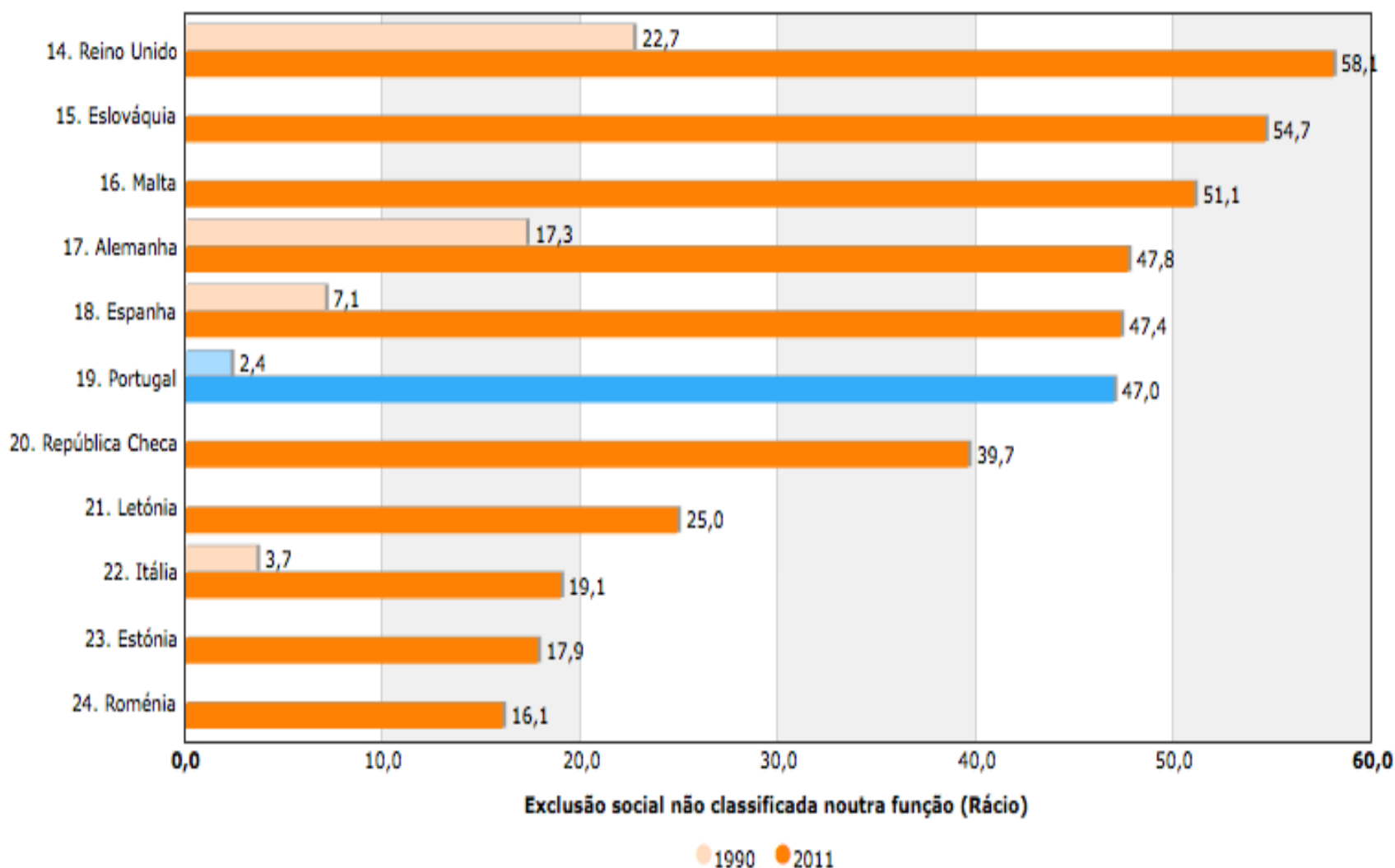
Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Valor(es) do(s) ano(s) 2011 e 1990



Despesas da protecção social: total e por função, por habitante (Euro/ECU)

Rácio



Mudanças nas políticas

- 1974- Construção de um quadro de proteção do emprego “segurança no emprego” e proibição do “despedimento sem justa causa”
- 1983 – Flexibilização das leis Laborais – possibilidade de Lay-off
- 1984- Conselho Permanente da Concertação Social (futuro Conselho Económico e Social)-promove o diálogo social com vista ao alcance de acordos na área socio-laboral entre o Governo e os Parceiros Sociais.
- 1985- Primeira revisão do subsídio de desemprego
- 1987 – Primeira greve geral apoiada pelas duas associações sindicais
- 1991 – Mecanismos de reforma antecipada
- 1993 – Alterações na fórmula de cálculo das pensões

Mudanças nas políticas

- 1995**- Maior prioridade à proteção social: alargamento e diferenciação por grupos etários do subsídio de desemprego
- 1996** – 40 horas semanais laborais no regime privado
- 2001**- Alteração do cálculo das pensões, Higiene e Segurança no Trabalho
- 2003**- Criação do Código do Trabalho (facilitação do emprego atípico e prolongamento do tempo de contratos a prazo), diminuição dos prazos de garantia para acesso ao subsídio de desemprego, acesso a pensões de velhice a desempregados com mais de 58 anos
- 2006** – Aumento do controlo subsídio de desemprego, limitação aos despedimentos por mútuo acordo com subsídio, aumento salário mínimo nacional.

Mudanças nas políticas

- 2009** – Revisão do código do trabalho (reversão do limite temporal máximo dos contratos a prazo, promoção da contratação coletiva), alteração à Lei de Bases da Segurança Social (toda a carreira contributiva e fator de sustentabilidade)
- 2010** – Memorando de Entendimento com a Troika
Redução significativa das indemnizações por despedimento, alterações restritivas às prestações de desemprego (taxa de substituição e de duração do subsídio)
- 2012** - Alargamento do subsídio de desemprego a trabalhadores independentes, novas alterações ao código do trabalho em desenvolvimento.

O Que dificulta a criação de emprego em Portugal?

Qualificação dos recursos humanos?

Política expansionista? Austeridade?

UE? Projeto de paz seguido de projeto económico de base social

Bases estruturais do modelo social? Sustentabilidade?
18% PIB 2011 Proteção Social?

Regulação do mercado de trabalho? Despedimento coletivo?

Diálogo social e negociação coletiva?

Contratualização? Pública?

Direitos vs salário?

Crise financeira, da dívida soberana, política?



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

10ª Sessão

Políticas de Privatização

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas de Privatização

Nacionalizações, Privatizações e Reprivatizações de Setores Estratégicos

1974 Pós 25 de Abril: Nacionalizações – setor dos transportes terrestres, aéreos e marítimos, o das energias, banca,...

1976: Constituição da República Portuguesa

“Nacionalizações como processos irreversíveis” – alterada com a revisão constitucional de 1989.

1983: Abertura à banca privada

1986: Adesão à CEE – Ato Único Europeu – liberalização dos mercados

1989: Início das Privatizações em Portugal!

80-90: Golden Shares – Assegurar os interesses patrimoniais do Estado e proteger os interesses nacionais

Políticas de Privatização

1989-1995:

1989 Alienação parcial de empresas do Estado (até 49%)
Banco Totta e Açores, Aliança Seguradora e Tranquilidade
1990 Lei-Quadro Privatizações: mais de 49% – 100%
Centralcer, 51% Unicer e Tranquilidade, 33% Banco Português
do Atlântico, 31% Banco Totta e Açores
1993 Venda da Central Energética do Pego
1995 PT e Portucel

1995-2000: Guterres – vendas parcelares

PT (1996, 1997, 1999, 2000), PT Multimédia, EDP (30% 1997,
19,5% 1998 e 20% 2000).

2000-2005: Durão Barroso e Santana Lopes

2001- 4,8% Brisa; 2004 – 30% Portucel

Políticas de Privatização

2006-2010: José Sócrates

Privatização 23% da Galp Energia, 70% Portucel, parte da REN (Rede Energética Nacional)

2011-2013: Memorando do Entendimento

Programa de privatizações até 2013 – 5mil milhões Euros:

EDP, GALP, restante da REN, CP cargo, ANA, TAP, CTT

Privatização parcial: RTP, Águas de Portugal, Seguros da CGD (Fidelidade Mundial)

Objetivos das Privatizações

- Redução do peso do Estado na economia
- Redução do peso da dívida pública
- Modernização da economia e aumento da competitividade
- Contribuição para a reestruturação setorial e empresarial
- Contribuição para o mercado de capitais (bolsa de valores, corretoras, banca)
- Promoção da participação dos cidadãos portugueses na titularidade do capital das empresas

Constrangimentos

- Natureza estratégica de alguns setores
- Uma só empresa pode assegurar melhores condições de provisão e preços
- O mercado financeiro e de capitais não assegura a capacidade de investimento no longo prazo necessária
- Dúvidas sobre a capacidade do setor privado garantir a provisão e a equidade no acesso a bens básicos (água e energia)

Qual a real capacidade de controlo do Estado enquanto regulador da atividade dos privados (energia ou transportes)?

Os 10 países com + privatizações em % PIB 2006

País	% PIB 2006
Eslováquia	13,5
República Checa	9,2
Filândia	8,7
Islândia	8,6
Hungria	6,9
Grécia	4,8
Turquia	4,7
Portugal	4,4
França	4,4
Polónia	4,3
Total OCDE	1,4



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

11ª Sessão

Políticas Públicas de Justiça

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas de Justiça

1974 Pós 25 de Abril: Processo de democratização



Complexificação e incremento da utilização do sistema de justiça:

Aumento Advogados: 3.000 (1974) – 27.000 (2010)

Aumento Magistrados Judiciais: 441- 1771

Juizes do Supremo Tribunal de Justiça

Juizes dos Tribunais das Relações

Juizes dos tribunais de 1.ª Instância

Magistrados do Ministério Público: 292 – 1395

Procurador-Geral da República;

Vice-Procurador-Geral da República;

Procuradores-Gerais Adjuntos;

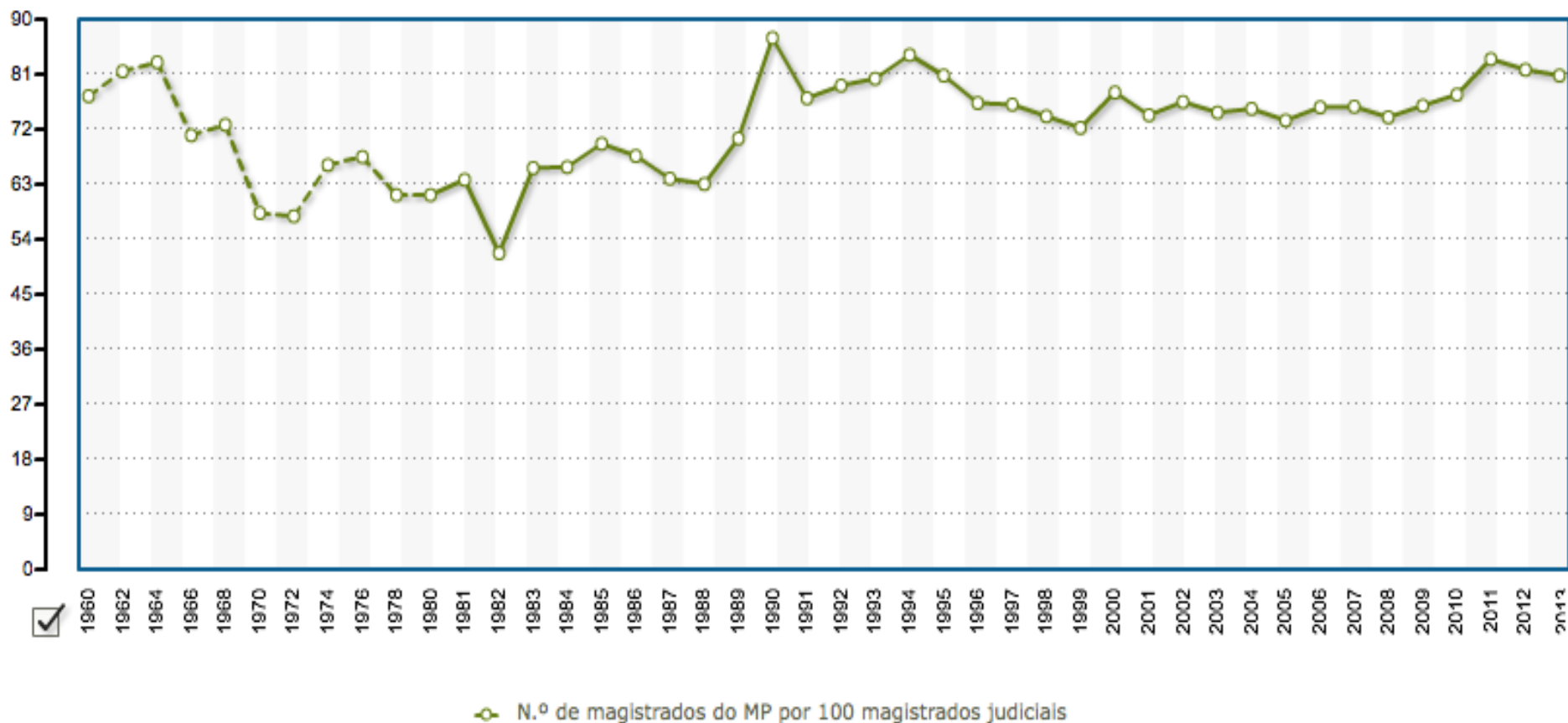
Procuradores da República;

Procuradores Adjuntos.

Políticas de Justiça

Número de magistrados do Ministério Público nos Tribunais Judiciais por 100 magistrados judiciais

Rácio - %



Fontes/Entidades: DGPJ/MJ, PORDATA

Políticas de Justiça

Redução estabelecimentos prisionais: 79(1974)–49(2010)
Aumento Tribunais: 2,5 – 3,1 (por 100.000 habitantes)

	1974	2010
Total processos entrados	230.516	749.798
Total de processos findos	204.660	687.087
Total de processos pendentes	207.890	1.677.466

Apoio judiciário não pode ser negado a nenhum cidadão que demonstre insuficiência económica.
(diferente do que se passa na UE)

Políticas de Justiça

Morosidade processual	2010
Justiça penal	10 meses
Justiça cível	29 meses
Justiça tutelar	13 meses
Justiça laboral	13 meses
Justiça laboral penal	9 meses



Políticas de agilização e eficiência do sistema de justiça:

Simplificação processual e desburocratização

Formação de RH e diversificação dos profissionais

Informatização dos tribunais e dos processos

Desjudicialização (cheques sem provisão, créditos e seguros)

Resolução alternativa de litígios

(julgados de paz até 5000 euros e 61 dias e 80,8% taxa de

Memorando de entendimento com a Troika

- Alterações ao regime de insolvência;
- Mudanças nos regimes tributários;
- Aumento da eficiência e da eficácia;
- Introdução de elementos de GRH nos tribunais;
- Alocação de recursos baseada nos dados de desempenho de cada tribunal;
- Reforma do mapa judiciário;
- Resolução alternativa de litígios;
- Revisão do código do processo civil;
- Uniformização das custas judiciais;
- Introdução de custas judiciais especiais;
- Eliminar as pendências nos tribunais.

Comparação internacional

Indicadores 2008	Portugal	Espanha	Holanda	Suécia	UK	Eslováquia
% custos com pessoal	78%	n.d.	76%	79%	61%	58%
Taxa de resolução de processos	99%	81%	n.d.	99%	n.d.	109%
Previsão para resolução	430 dias	296 dias	n.d.	197 dias	n.d.	346 dias
Nº tribunais/ 100.000 hab	3,2	1,6	0,3	1,5	1,1,	1,3



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

12ª Sessão

**Políticas Públicas para a
Redução das Desigualdades**

Denise Capela dos Santos

Lisboa, 2014

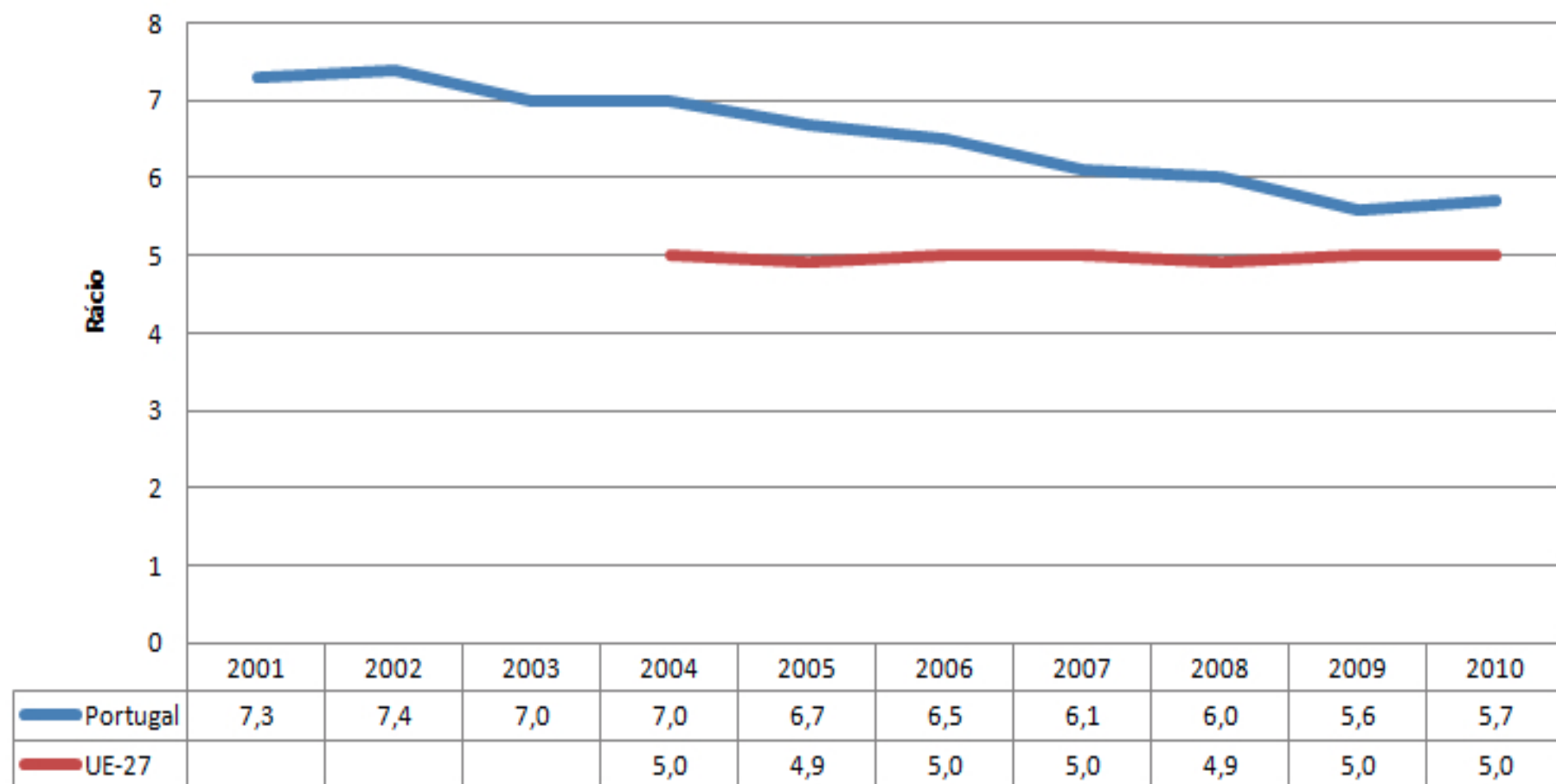
Políticas públicas para a redução das desigualdades

Desigualdades económicas



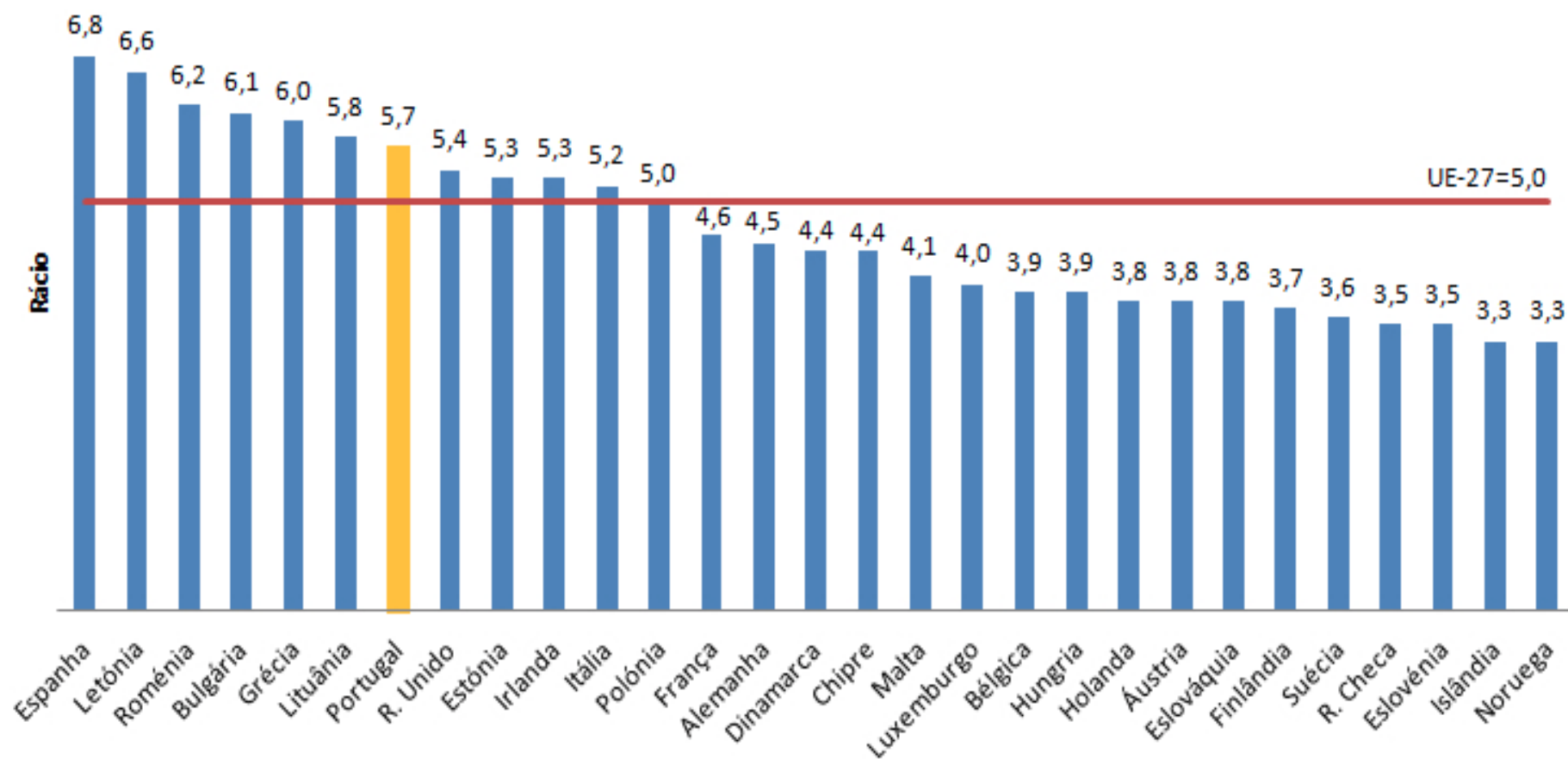
Ação redistributiva do Estado
Escolarização da população
Aumento da taxa de desemprego

Gráfico 2. Evolução do rácio entre o rendimento detido pelos 20% mais ricos face ao dos 20% mais pobres (S80/S20), em Portugal e na UE-27



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2011 (Eurostat).

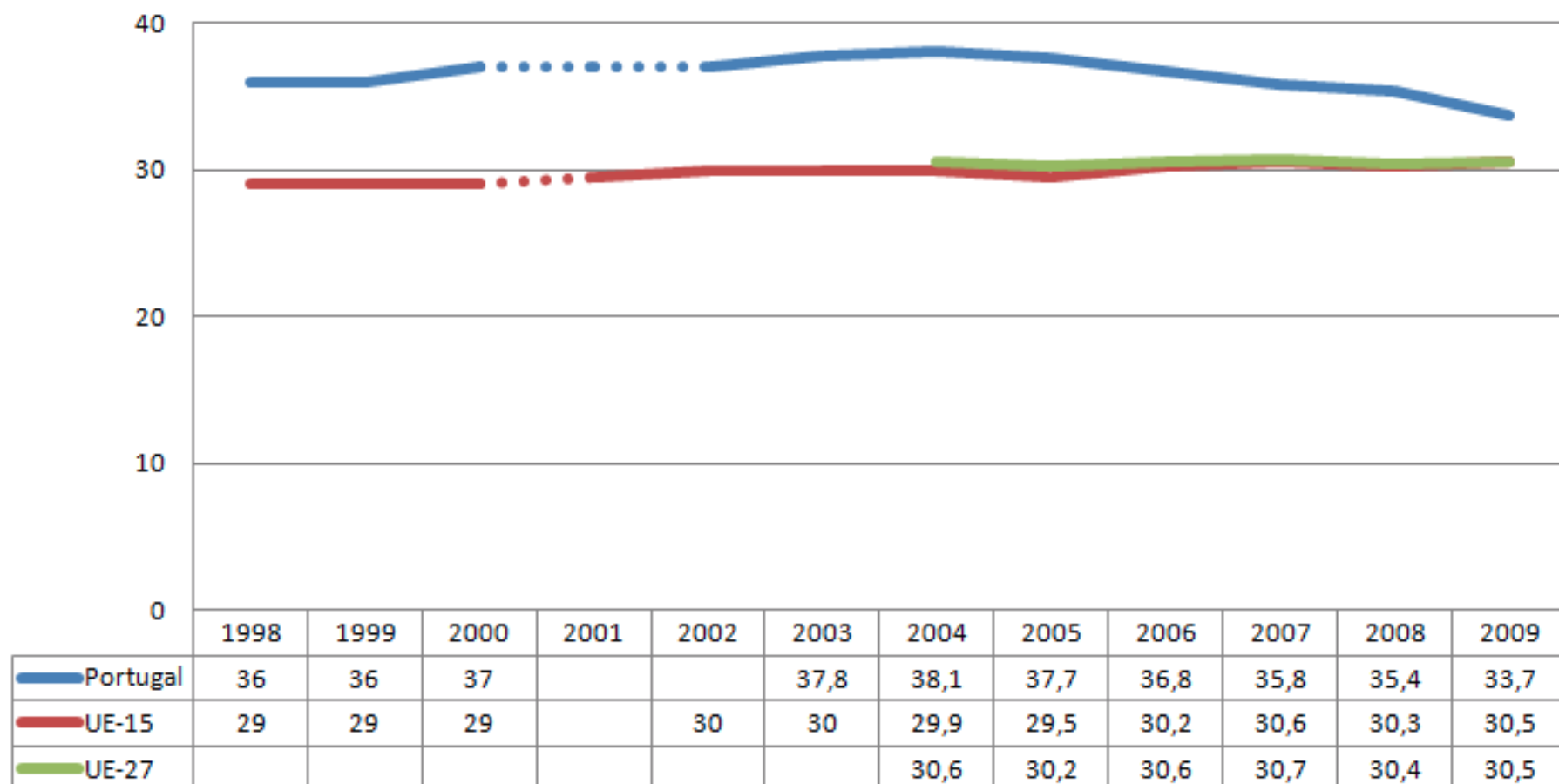
Gráfico 1. Rácio entre o rendimento detido pelos 20% mais ricos face ao dos 20% mais pobres (S80/S20), nos países da UE-27, Islândia e Noruega (2010)



Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2011 (Eurostat).

Nota: Os dados da Irlanda, Itália, Chipre e Reino Unido são ainda referentes a 2009.

Gráfico 2. Evolução do Coeficiente de Gini em Portugal, na UE-15 e na UE-27 (1998-2009)



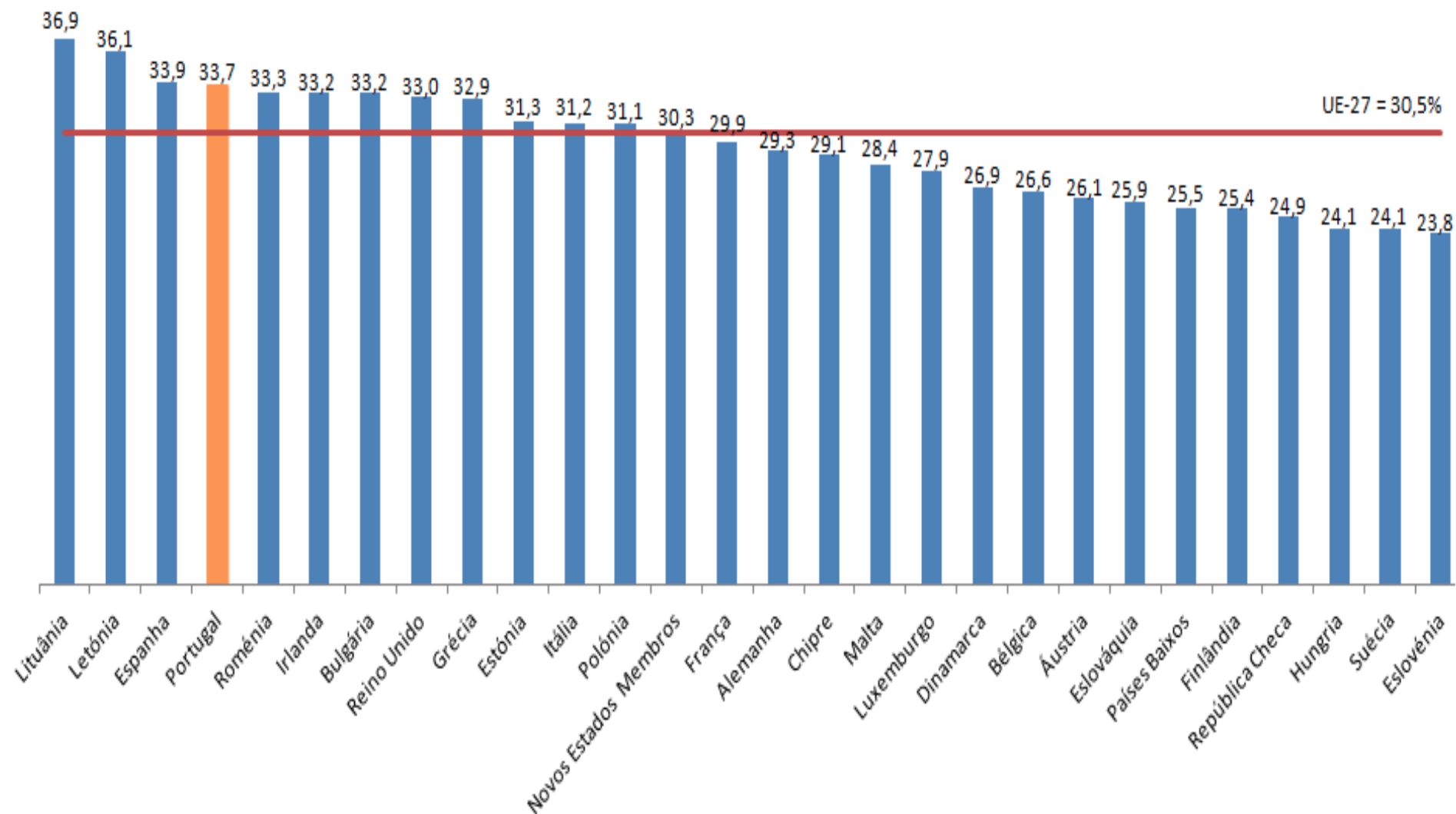
Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2010 (Eurostat).

Nota: Portugal 2001, 2002; UE-15 2001; UE-27 1998 a 2003: valores não disponíveis. Portugal 2003: quebra de série. UE-15 1998 a 2000 e 2002, 2003; UE-27 2004, 2005: estimativa Eurostat.

**OBSERVATÓRIO
DAS DESIGUALDADES**

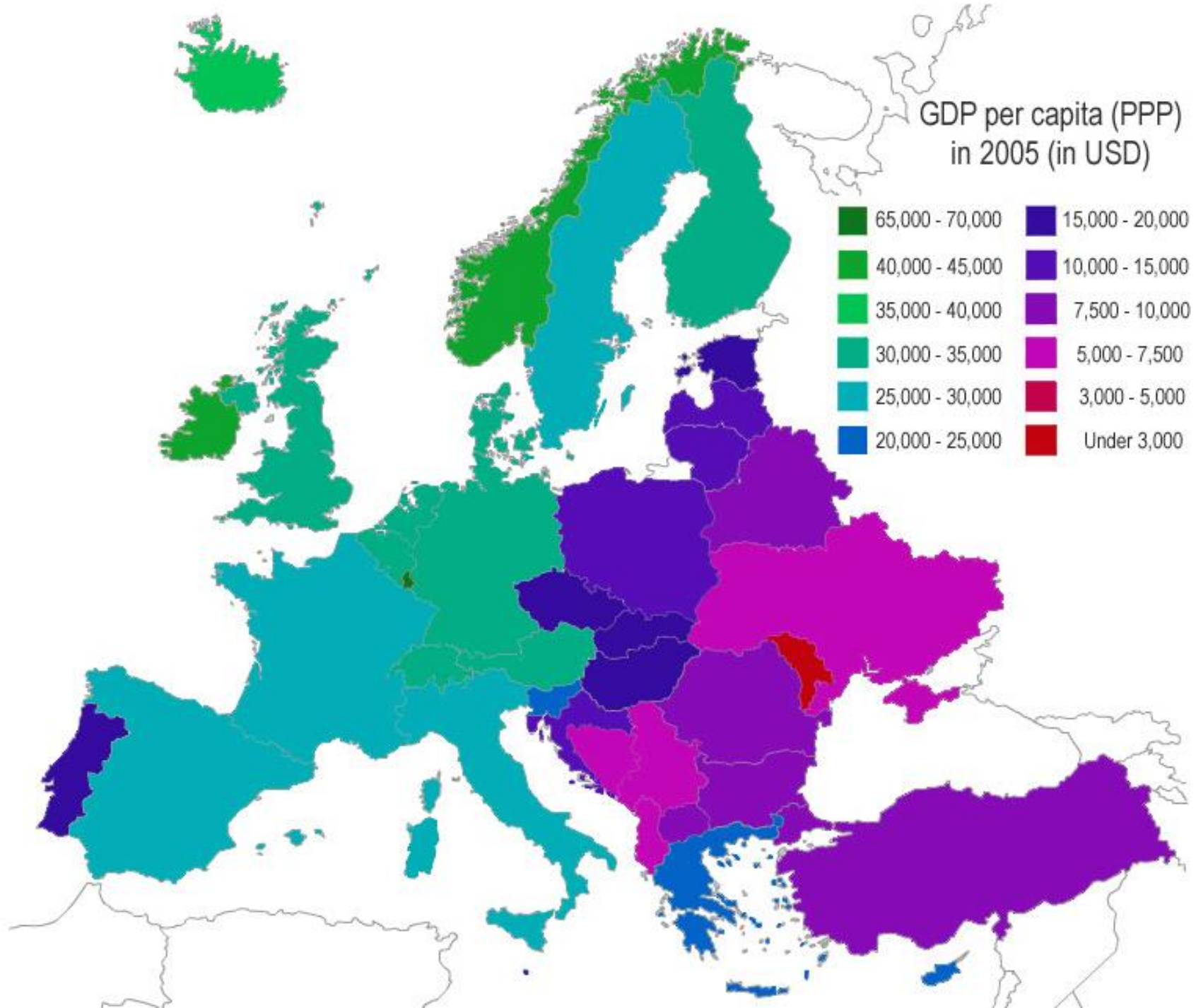
0 % corresponde à completa igualdade de rendimento e 100%
corresponde à completa desigualdade

Gráfico 1. Coeficiente de Gini nos países da UE-27 em 2009



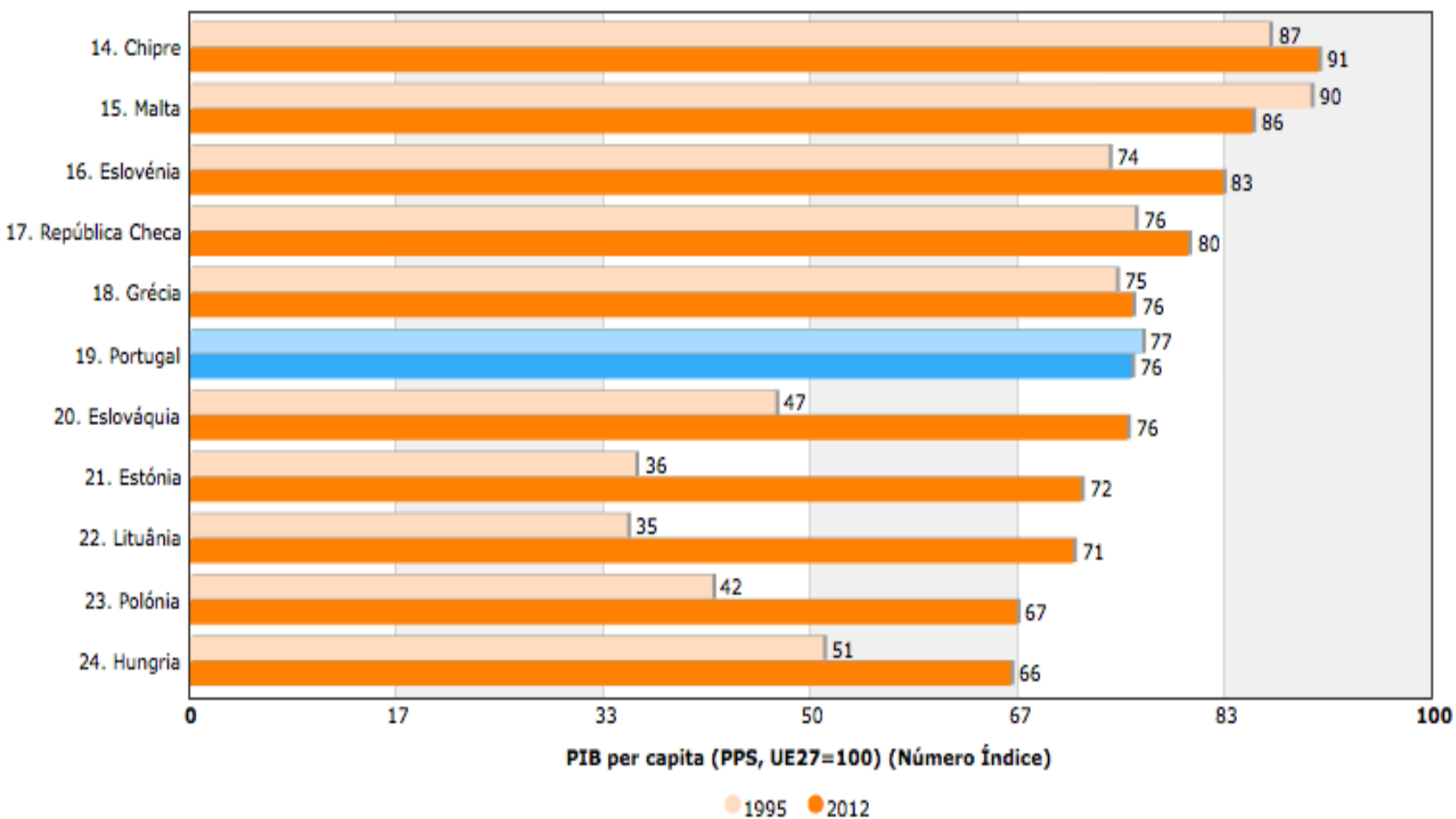
Fonte: Statistics on Income and Living Conditions, EU-SILC 2010 (Eurostat).

GDP per capita (PPP)
in 2005 (in USD)



PIB per capita (PPS, UE27=100)

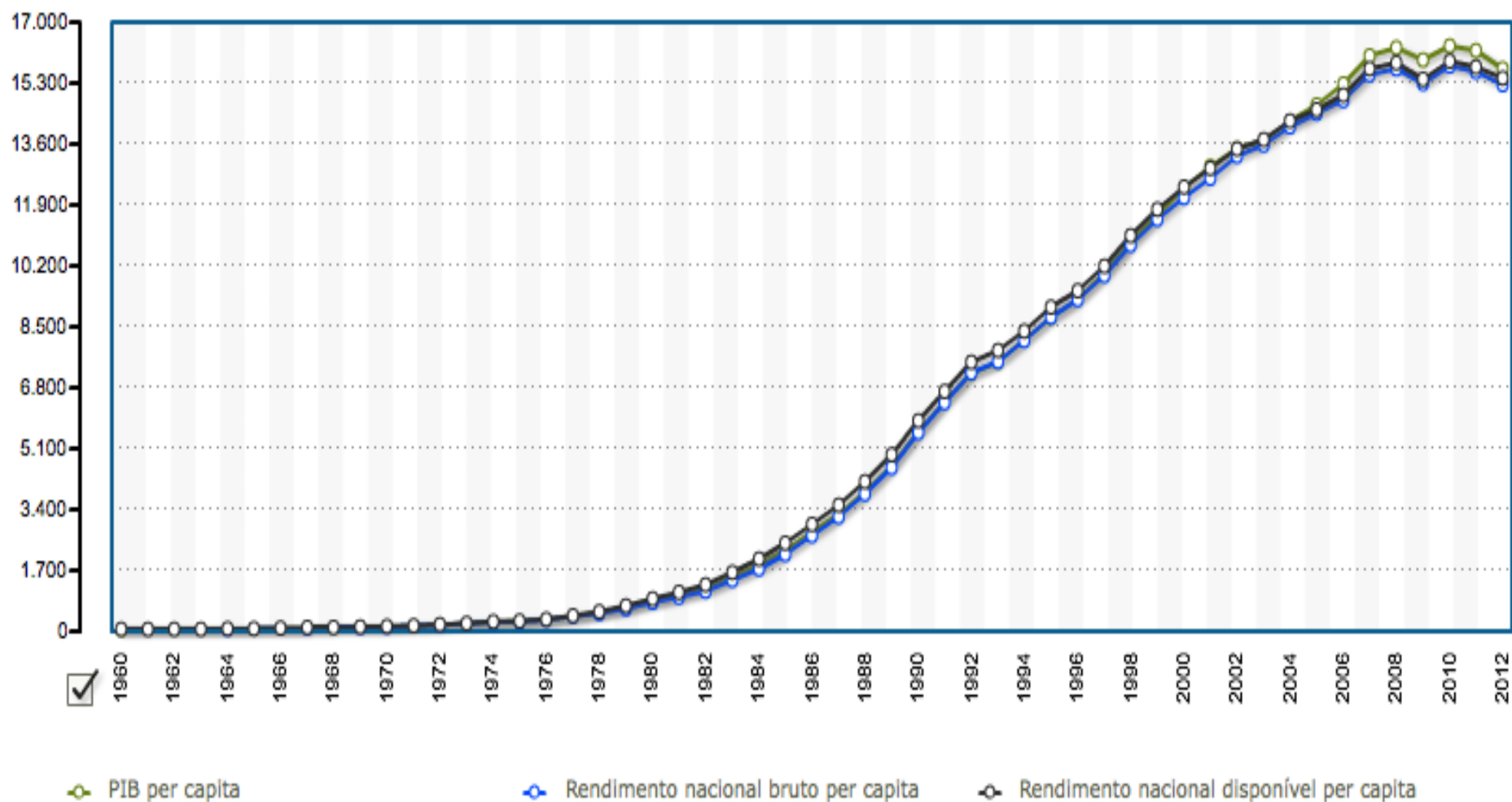
Número Índice



Portugal, 2012

PIB e rendimentos per capita

Euro - Rácio



Fontes/Entidades: INE-BP, INE, PORDATA

Evolução política

1974-1985: Democratização dos direitos sociais

- Inclusão na constituição;
- Função do imposto a redistribuição justa dos rendimentos;
- Criação de um sistema público de pensões universal;
- Criação do 13º mês para os pensionistas;
- Criação do subsídio de desemprego;
- Criação do salário mínimo nacional (atual RMMG)

1985-1995: Crescimento sem diferenciação

- Crescimento do PIB acompanhado do salarial;
- Aumento do número de pensionistas
- Criação do 14º mês para os pensionistas;
- Início financiamento público de luta contra a pobreza

Retribuição Mínima Mensal Garantida - RMMG
(anteriormente designado por Salário Mínimo Nacional - SMN)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RMMG (€)	334,2	348,0	356,6	365,6	374,7	385,9	403,0	426,0	450,0	475,0	485,0	485,0	485,0
Variação Nominal (%)	5,0	4,1	2,5	2,5	2,5	3,0	4,4	5,7	5,6	5,6	2,1	0,0	0,0
Variação Real (%)	0,6	0,5	-0,8	0,2	0,2	-0,1	2,0	3,1	6,5	4,2	-1,6	-2,8	-0,9*
Peso da RMMG no Salário Médio (%)	-	50,6	49,9	49,3	48,8	48,9	49,8	50,3	51,7	52,8	50,1	-	-

Fonte: DGERT, MSSS: http://www.dgert.mtss.gov.pt/trabalho/rendimentos/smns/smn_2011.htm

* Com base numa taxa de inflação prevista no relatório do Orçamento de Estado 2013

RMMG 2014

- Continente	485,00€
- R. A. Açores	509,25€
- R. A. Madeira	494,70€

1995-2001: Novos direitos sociais

- Criação da rendimento mínimo garantido
 - Pelo titular: 178,15 euros (100% do valor do RSI)
 - Por cada indivíduo maior: 89,07 euros (50% do valor do RSI)
 - Por cada indivíduo menor: 53,44 euros (30% do valor do RSI)
- Diferenciação do abono de família
- Inclusão de grupos minoritários de maior risco de exclusão

2001-2009: Focalização nas respostas

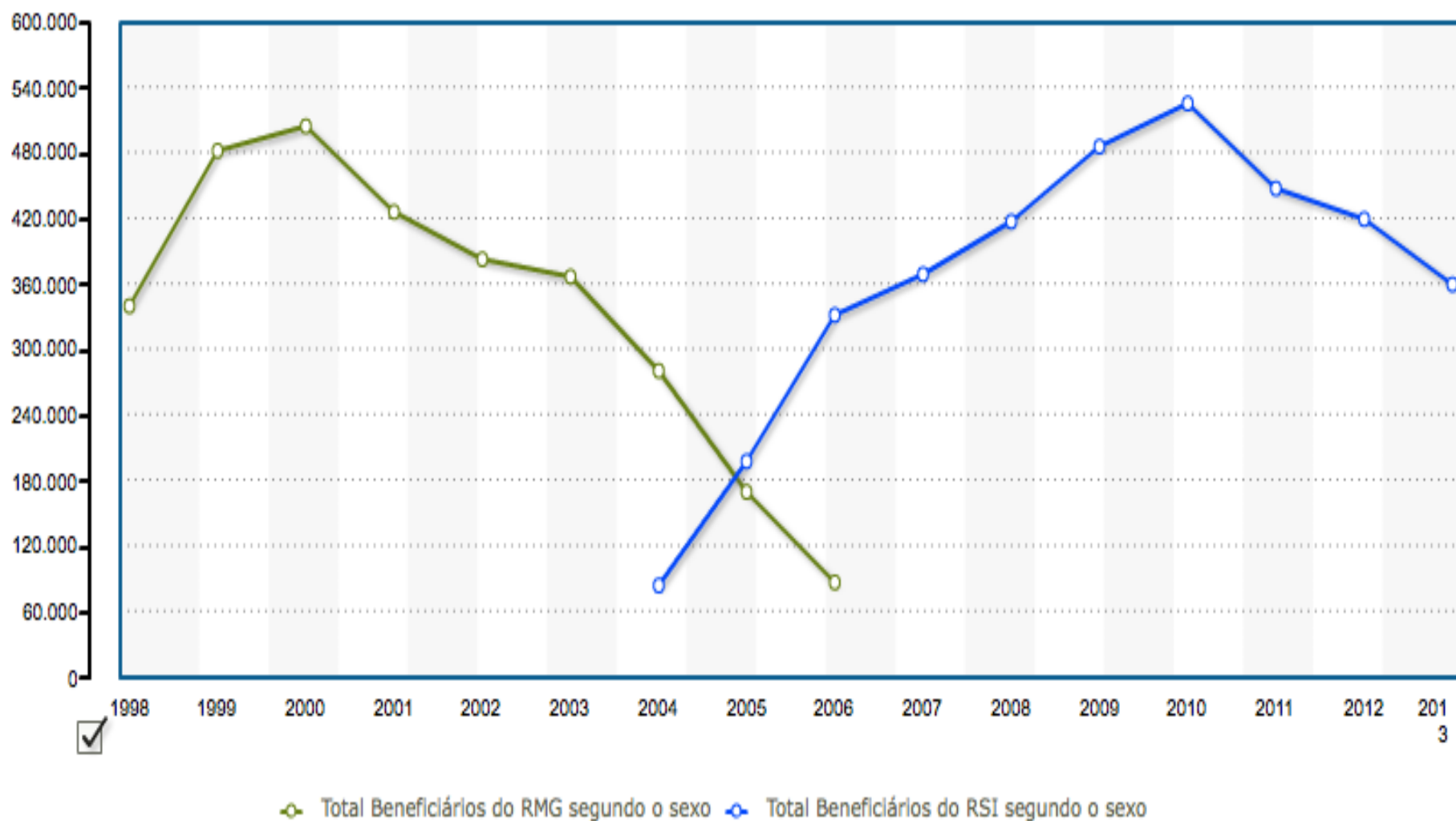
- Combinação de estratégias de sustentabilidade financeira dos sistemas de proteção com políticas de diferenciação e de expansão
- Complemento solidário para idosos (em 2014, SS €4.909)
- Concertação para aumento da RMMG até aos 500 euros

A partir de 2010

Congelamento, cortes e suspensão de apoios sociais
(pensões, subsídios e salários)

Beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social: total e por sexo

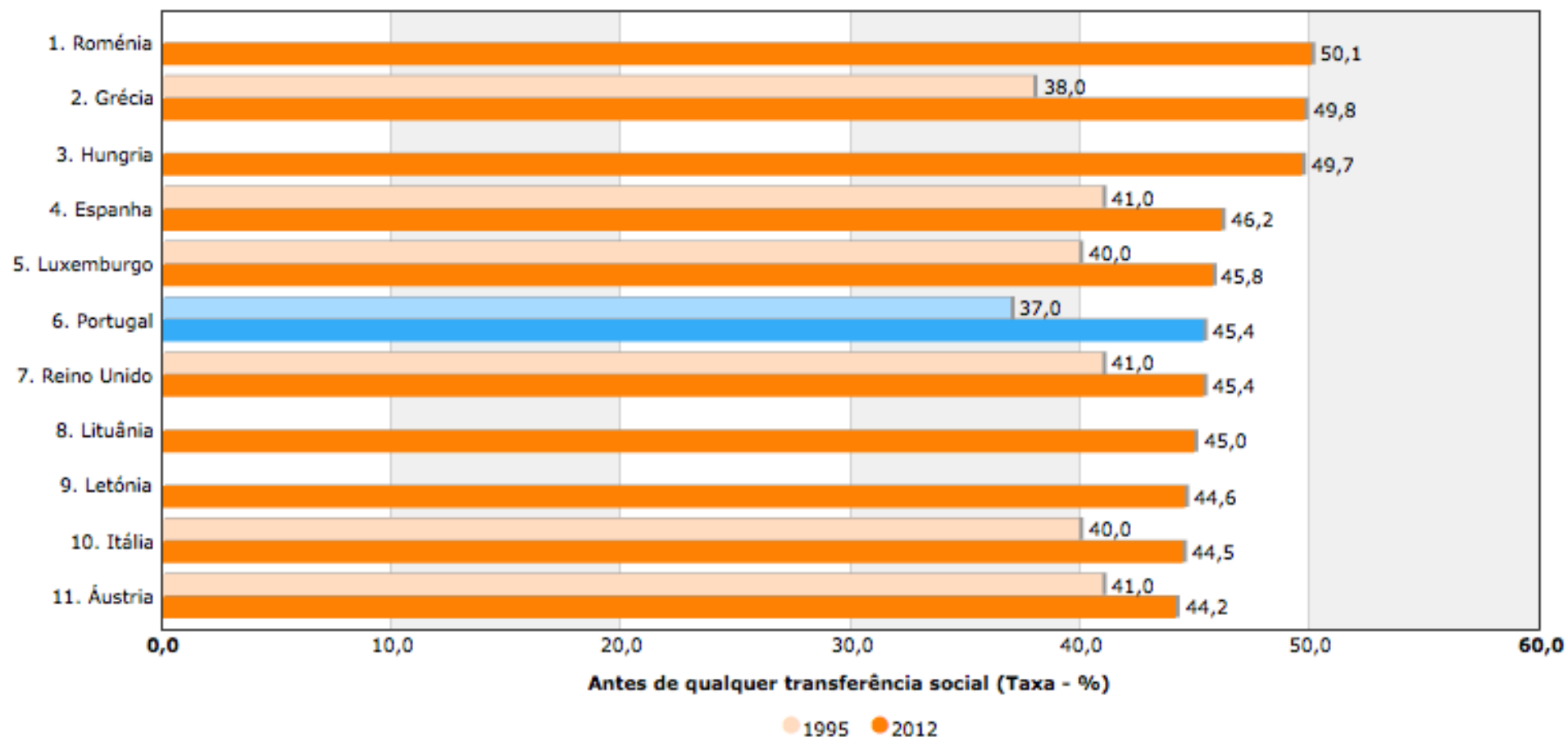
Indivíduo



A ação redistributiva do Estado:

Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais

Taxa

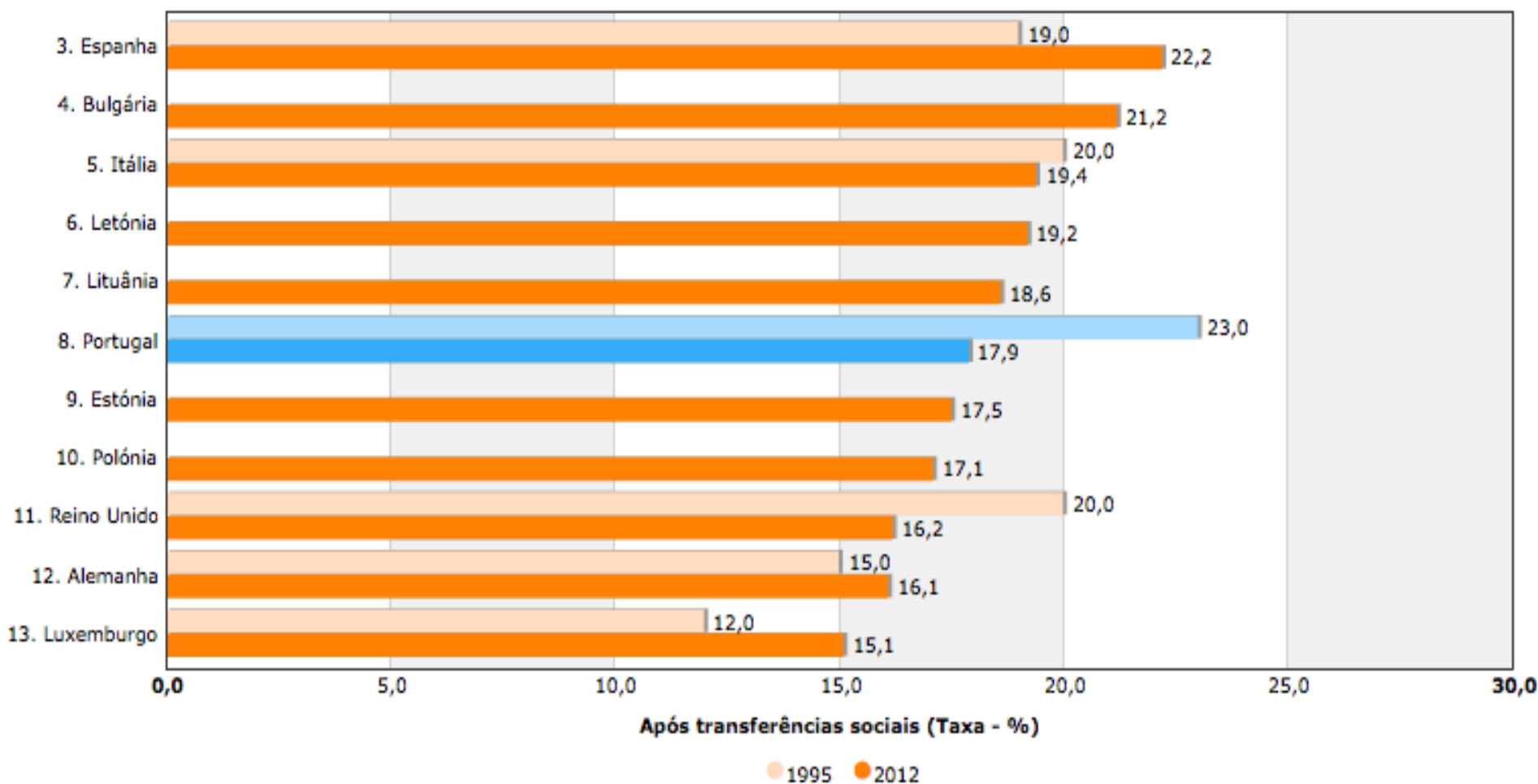


Fontes/Entidades: Eurostat / Entidades Nacionais, PORDATA

A ação redistributiva do Estado:

Taxa de risco de pobreza: antes e após transferências sociais

Taxa



A ação redistributiva do Estado:

Quadro 1. Transferências monetárias do Estado para os agregados domésticos em percentagem (%) do rendimento bruto destes, por quintil de rendimento, nos países da UE-27, Islândia e Noruega (2007)

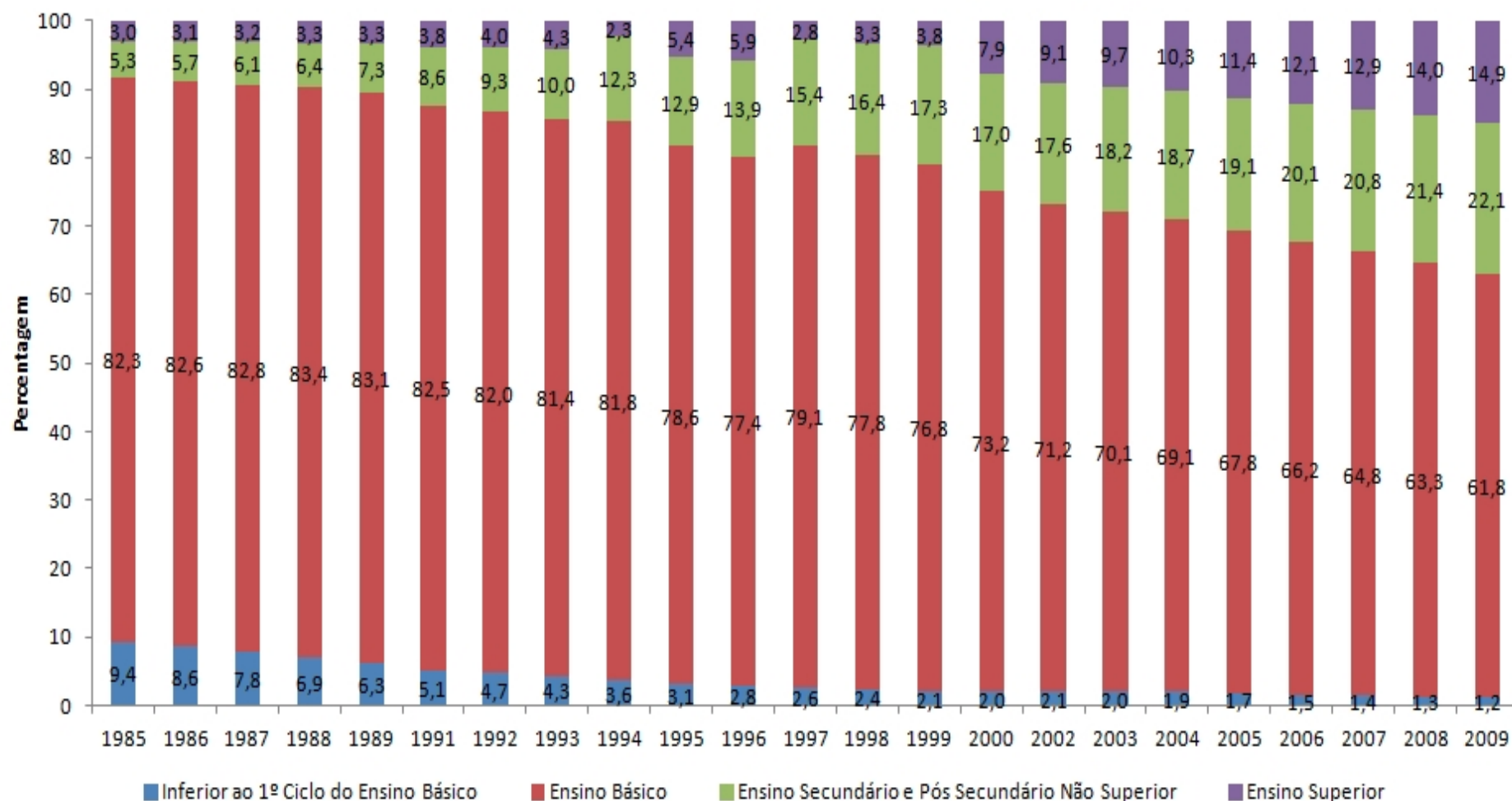
	Quintil da base	2º quintil	3º quintil	4º quintil	Quintil do topo	Total
Dinamarca	37	31	18	10	5	14
Noruega	31	25	17	12	6	14
Irlanda	53	33	18	7	4	13
Suécia	31	22	16	11	5	13
Finlândia	42	25	14	9	4	12
Hungria	36	19	14	9	5	12
Bélgica	41	20	13	7	4	10
França	30	13	9	7	5	9
Holanda	36	16	8	5	3	8
R. Checa	29	14	10	7	3	8
Áustria	25	15	9	7	3	8
Eslováquia	23	14	8	6	3	8
Luxemburgo	23	14	9	7	3	8
Portugal	20	14	10	6	3	7
Polónia	22	13	8	5	2	7
R. Unido	32	16	8	4	1	6
Lituânia	16	10	7	6	4	6
Letónia	15	10	9	5	4	6
Islândia	13	10	8	4	4	6
Chipre	12	10	7	4	5	6
Estónia	18	9	6	5	3	5
Grécia	9	10	7	5	2	5
Espanha	11	7	6	5	3	5
Itália	10	6	5	4	3	4
UE-27	24	14	9	6	3	8

Fonte: "Distributional effects of direct taxes and social transfers", em *Income and Living Conditions in Europe*, a partir dos dados EU-SILC.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de acordo com o valor total que apresentam para este indicador.

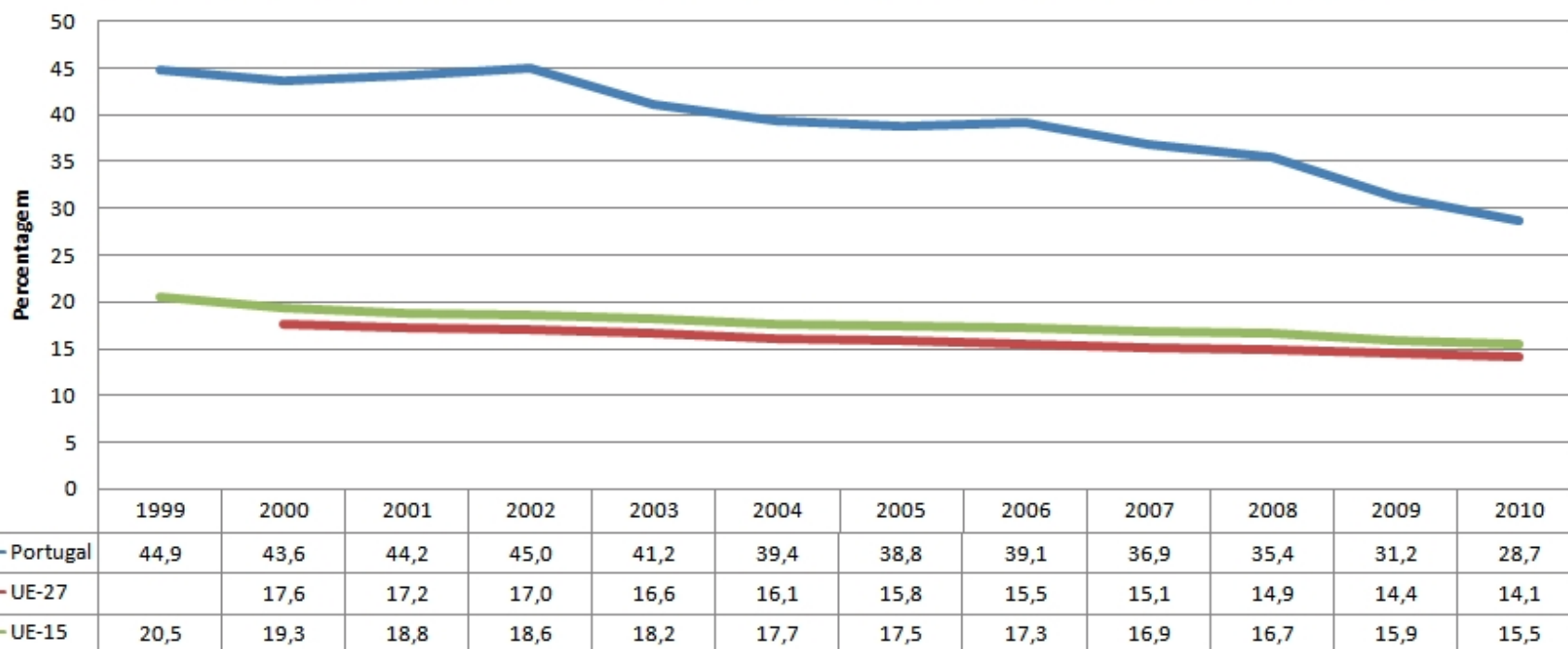
A Escolarização da população:

Gráfico 1. Evolução dos níveis de habilitações dos trabalhadores (1985-2009) (%)



A Escolarização da população:

Gráfico 7. Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal, nos países da UE-27 e da UE-15



Fonte: EU Labour Force Survey (Eurostat).

Ensino básico

Ensino secundário ou pós-secundário

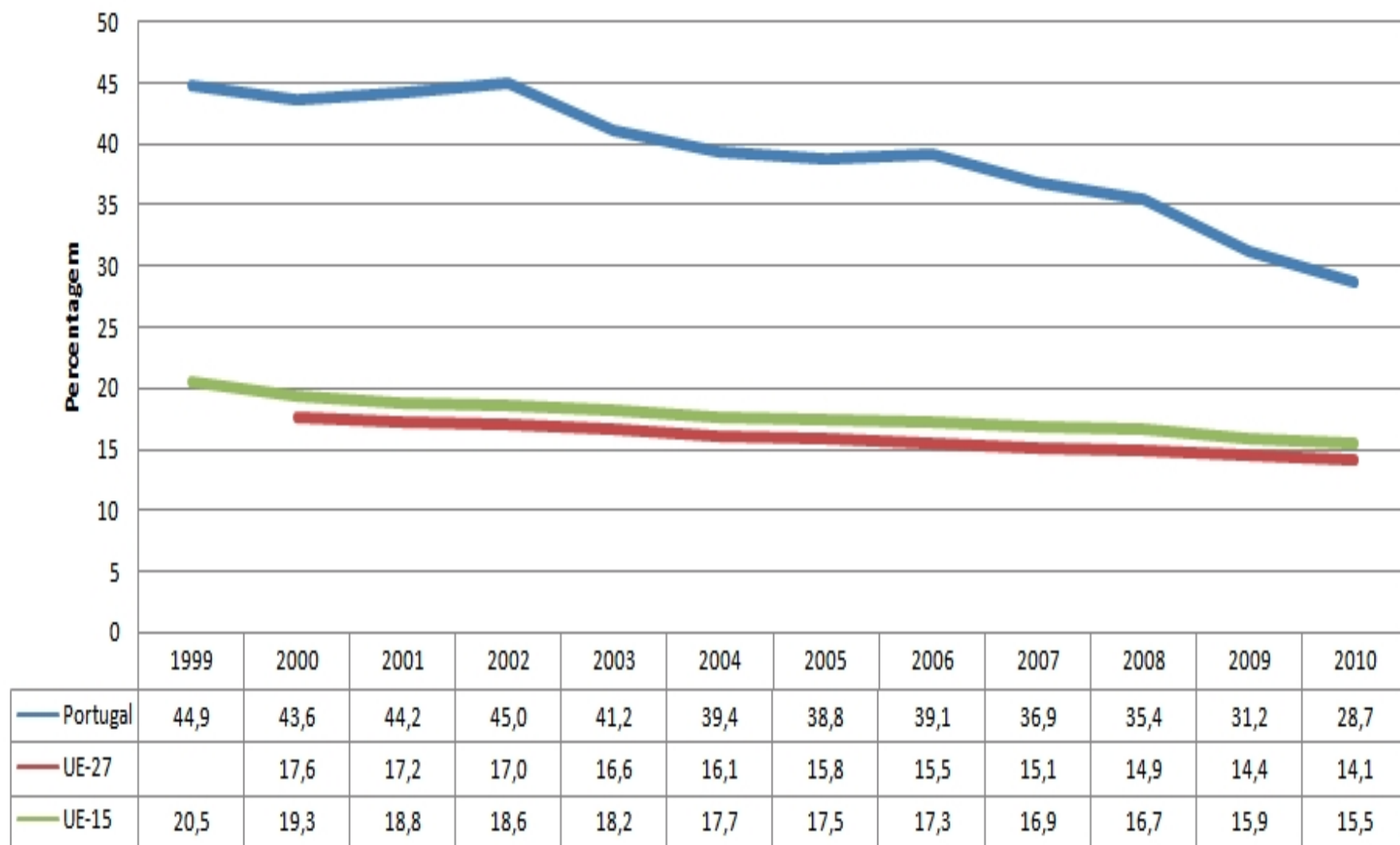
Ensino superior

OBSERVATÓRIO
DAS DESIGUALDADES

Fonte: *Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal* (INE, 2010).

OBSERVATÓRIO
DAS DESIGUALDADES

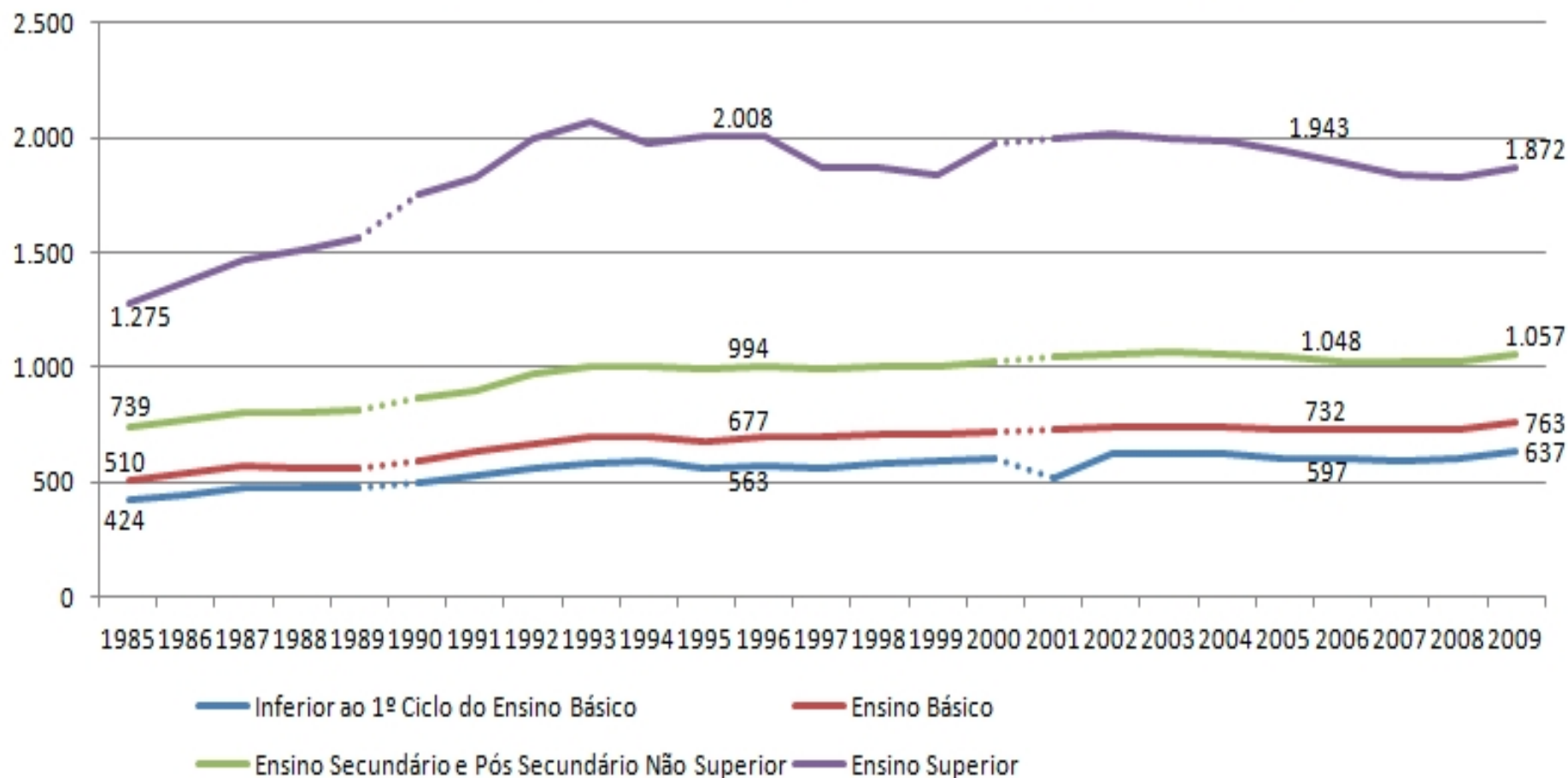
Gráfico 7. Evolução da taxa de abandono precoce de educação e formação em Portugal, nos países da UE-27 e da UE-15



Fonte: EU Labour Force Survey (Eurostat).

Os salários representam 75% do rendimento do agregado familiar

Gráfico 2. Evolução do ganho médio mensal por nível de habilitações (1985-2009) (Euros)



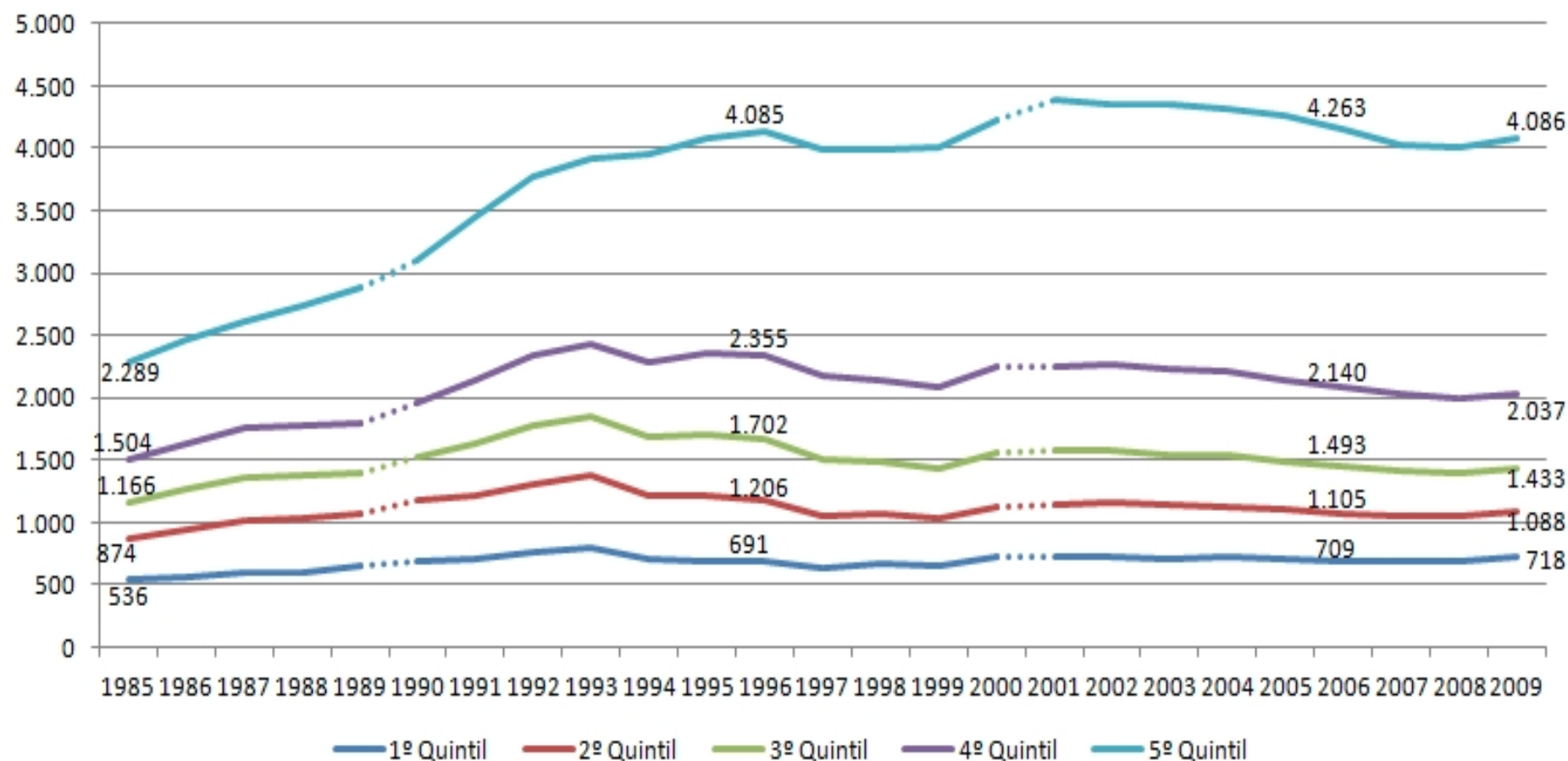
Fonte: Quadros de Pessoal 1985-2009 (GEP/MSSS).

Nota1: trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

Nota2: valores a preços constantes (2006).

Nota3: não há dados para 1990 e 2001.

Gráfico 3. Evolução do ganho médio mensal por quintil dos trabalhadores com o Ensino Superior (1985-2009) (Euros)



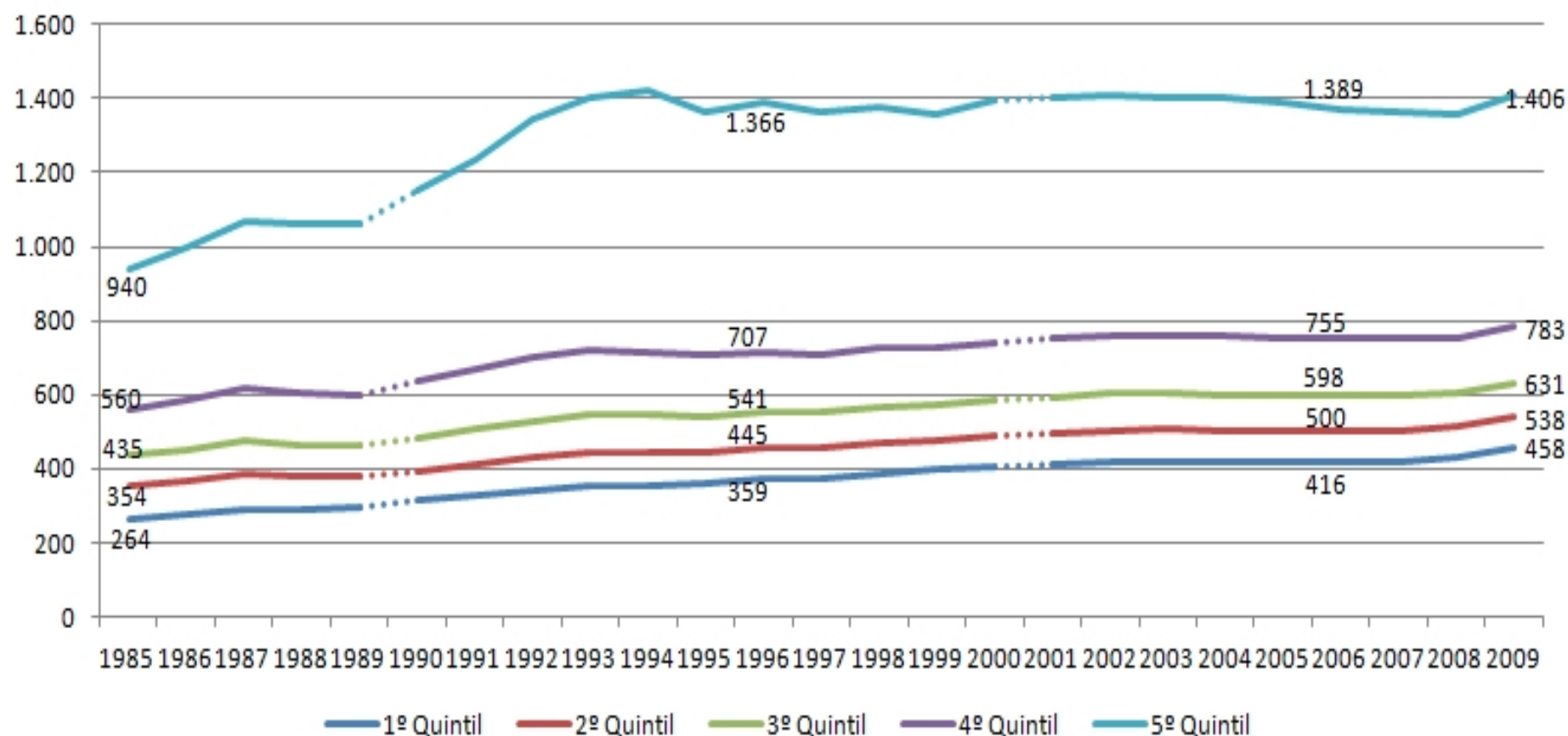
Fonte: Quadros de Pessoal 1985-2009 (GEP/MSSS).

Nota1: trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

Nota2: valores a preços constantes (2006).

Nota3: não há dados para 1990 e 2001.

Gráfico 4. Evolução do ganho médio mensal por quintil dos trabalhadores com o Ensino Básico (1985-2009) (Euros)



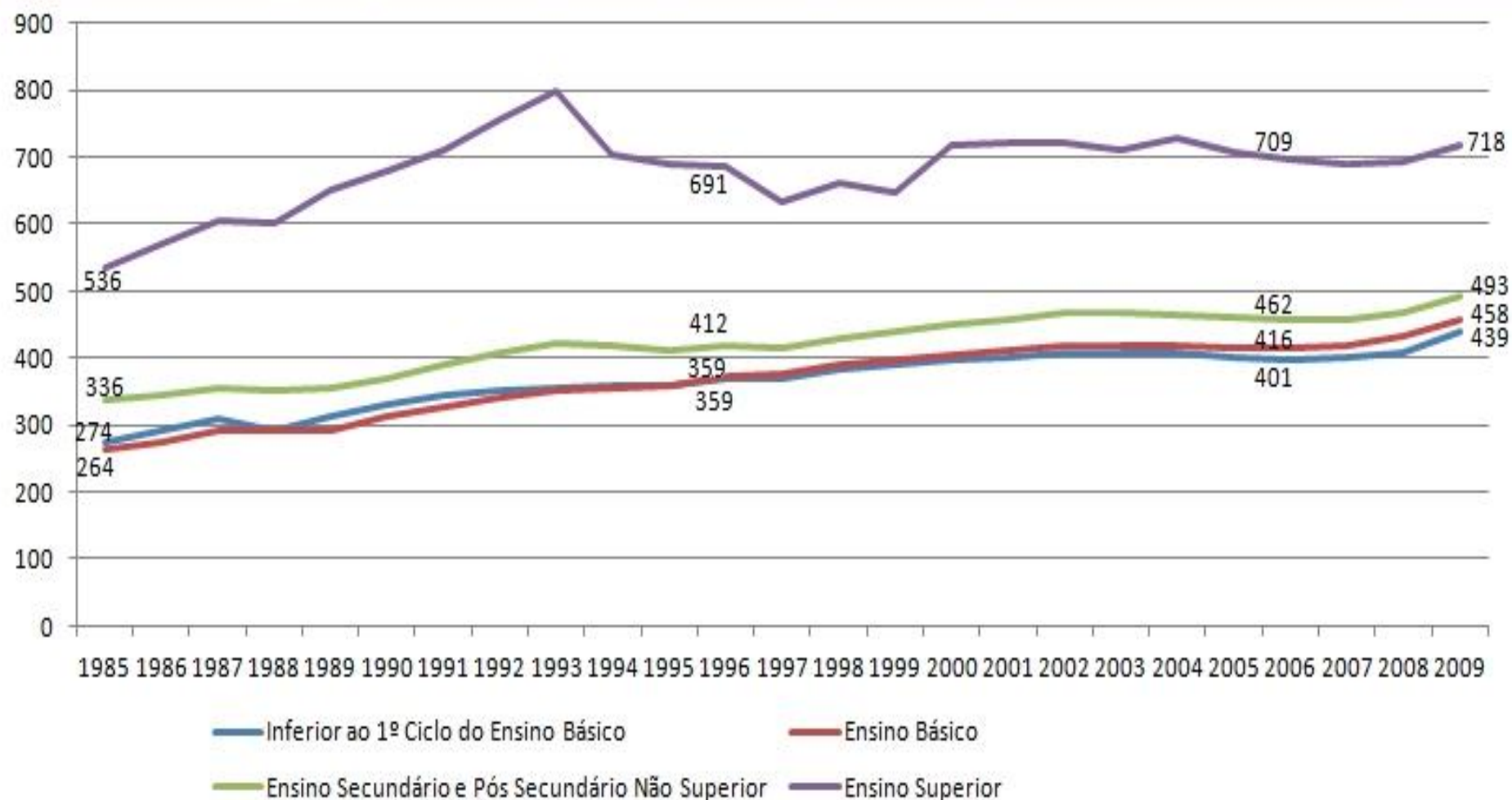
Fonte: Quadros de Pessoal 1985-2009 (GEP/MSSS).

Nota1: trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

Nota2: valores a preços constantes (2006).

Nota3: não há dados para 1990 e 2001.

Gráfico 5. Evolução do ganho médio mensal do 1º Quintil de trabalhadores por nível de ensino (1985-2009) (Euros)



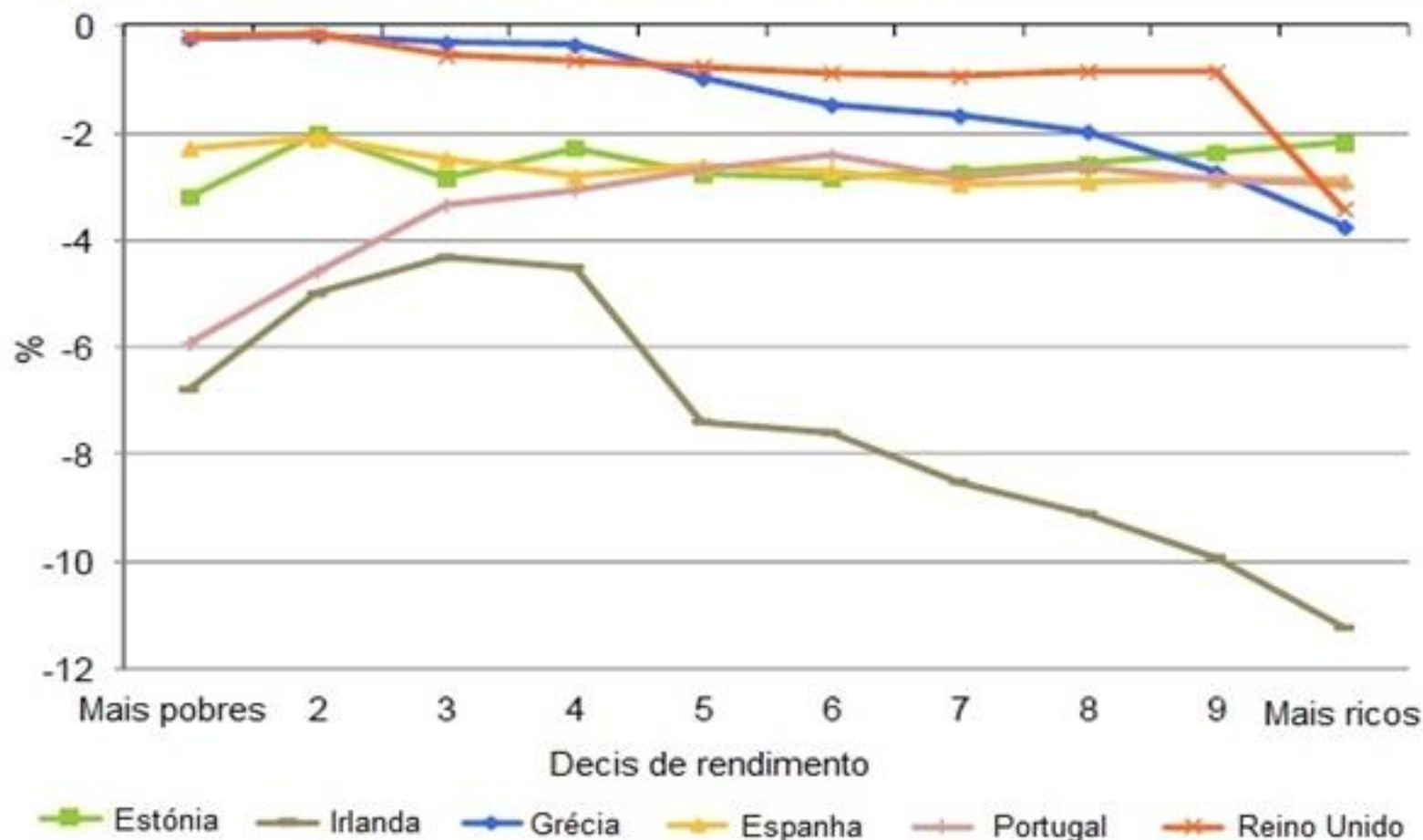
Fonte: Quadros de Pessoal 1985-2009 (GEP/MSSS).

Nota1: trabalhadores a tempo completo e com remuneração base completa.

Nota2: valores a preços constantes (2006).

Nota3: não há dados para 1990 e 2001.

Gráfico 8. Mudança percentual do rendimento disponível dos agregados domésticos provocada pelas medidas de austeridade, em seis países da União Europeia



Fonte: *The Distributional Effects of Austerity Measures: a Comparison of Six EU Countries* (Social Situation Observatory).

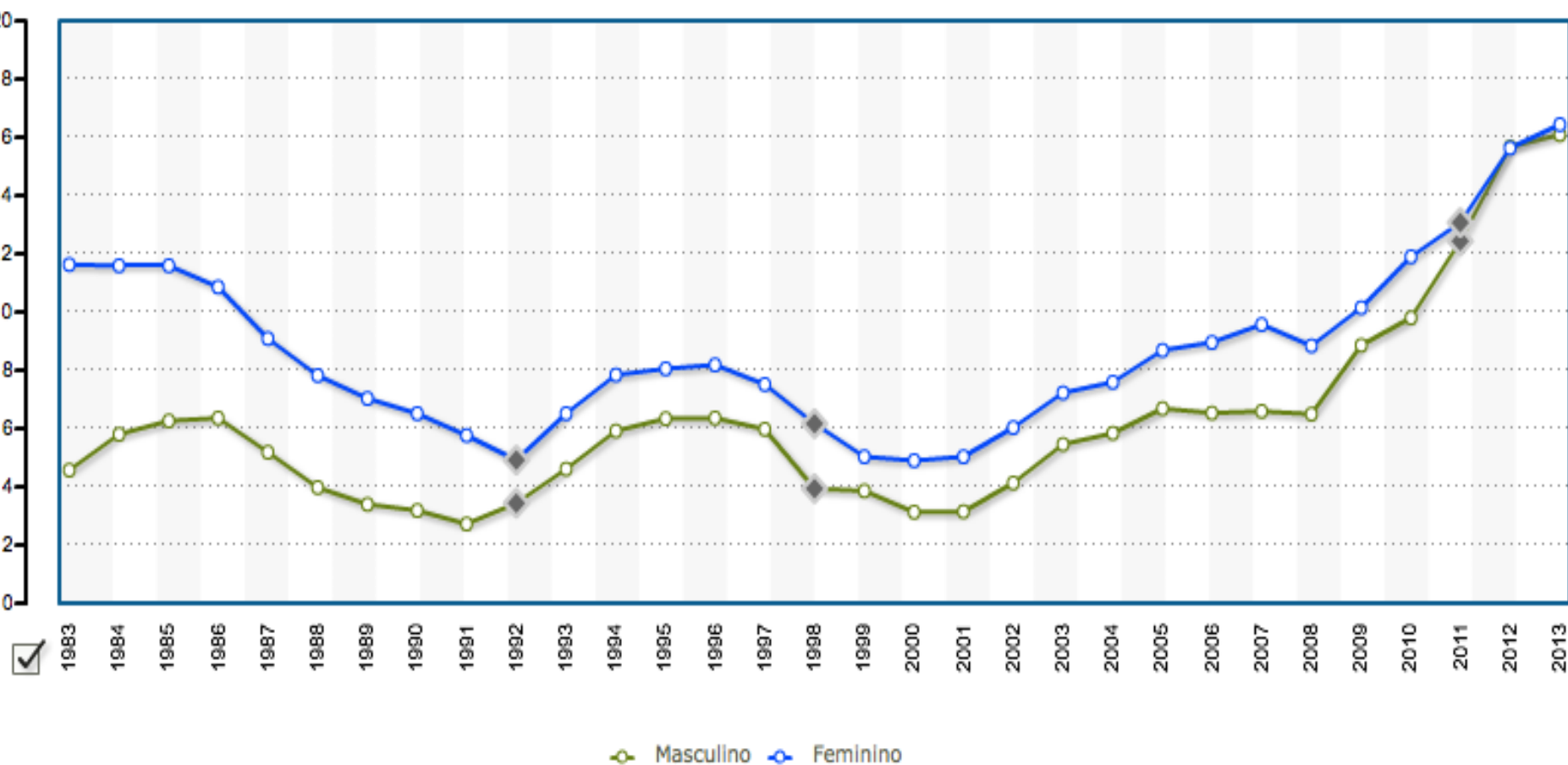
Nota 1: As medidas de austeridade analisadas limitam-se àquelas que têm um efeito directo do rendimento disponível dos agregados domésticos (mudanças nos impostos directos, nos benefícios monetários e pensões, e nas remunerações do sector público).

Nota 2: Os decis foram definidos a partir do rendimento disponível equivalente dos agregados domésticos anterior ao período de austeridade, utilizando a escala de equivalência da OCDE.

Evolução da taxa de desemprego:

Taxa de desemprego: total e por sexo (%)

Taxa - %



Fontes/Entidades: INE, PORDATA

Quadro 4. Desemprego em Portugal no 1º trimestre de 2012

	Nº de desempregados (milhares)	Peso relativo (%)	Taxa de desemprego (%)	Variação homóloga (%)	Variação trimestral (%)
Total	819,3		14,9	18,9	6,3
Homens	427,3	52,2	14,8	20,7	5,3
Mulheres	391,9	47,8	15,1	17,1	7,3
Idade					
Dos 15 aos 24 anos	154,4	18,8	36,2	24,6	-1,2
Dos 25 aos 34 anos	225,7	27,5	16,9	15,1	3,8
Dos 35 aos 44 anos	191,8	23,4	12,9	19,6	12,6
Com 45 e mais anos	247,4	30,2	11,1	18,7	9,0
Nível de escolaridade					
Até ao 9º ano	502,6	61,3	15,4	8,2	3,8
Ensino secundário ou pós-secundário	200,9	24,5	16,9	43,5	12,2
Ensino superior	115,8	14,1	11,2	37,0	7,2
Regiões					
Norte	297,5	36,3	15,1	16,9	6,8
Centro	147,6	18,0	11,8	18,8	-7,1
Lisboa	234,1	28,6	16,5	19,8	11,4
Alentejo	57,0	7,0	15,4	22,6	18,0
Algarve	45,3	5,5	20,0	17,4	13,8
RA Açores	16,7	2,0	13,9	47,8	-8,2
RA Madeira	21,0	2,6	16,1	14,8	21,4
Duração da procura					
Menos de 1 mês	28,7	3,5	0,5	1,8	-10,3
1 a 6 meses	275,0	33,6	5,0	25,9	8,8
7 a 11 meses	99,3	12,1	1,8	29,0	22,9
12 a 24 meses	188,1	23,0	3,4	15,0	20,3
25 e mais meses	228,1	27,8	4,2	13,1	-8,4
Longa duração (12 ou mais meses)	416,2	50,8	0,5	14,0	2,6

Fonte: Inquérito ao Emprego, 1º trimestre de 2012 (INE).



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

13ª Sessão

**Políticas Públicas para a
Educação**

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

Políticas públicas para a Educação

Aumento do número de alunos
Fracá estrutura de qualificação da população
Aumento dos percursos de escolarização
Sucesso e aproveitamento escolares



Igualdade de oportunidades de acesso
Equidade no sucesso
Qualidade nos processos de ensino-aprendizagem

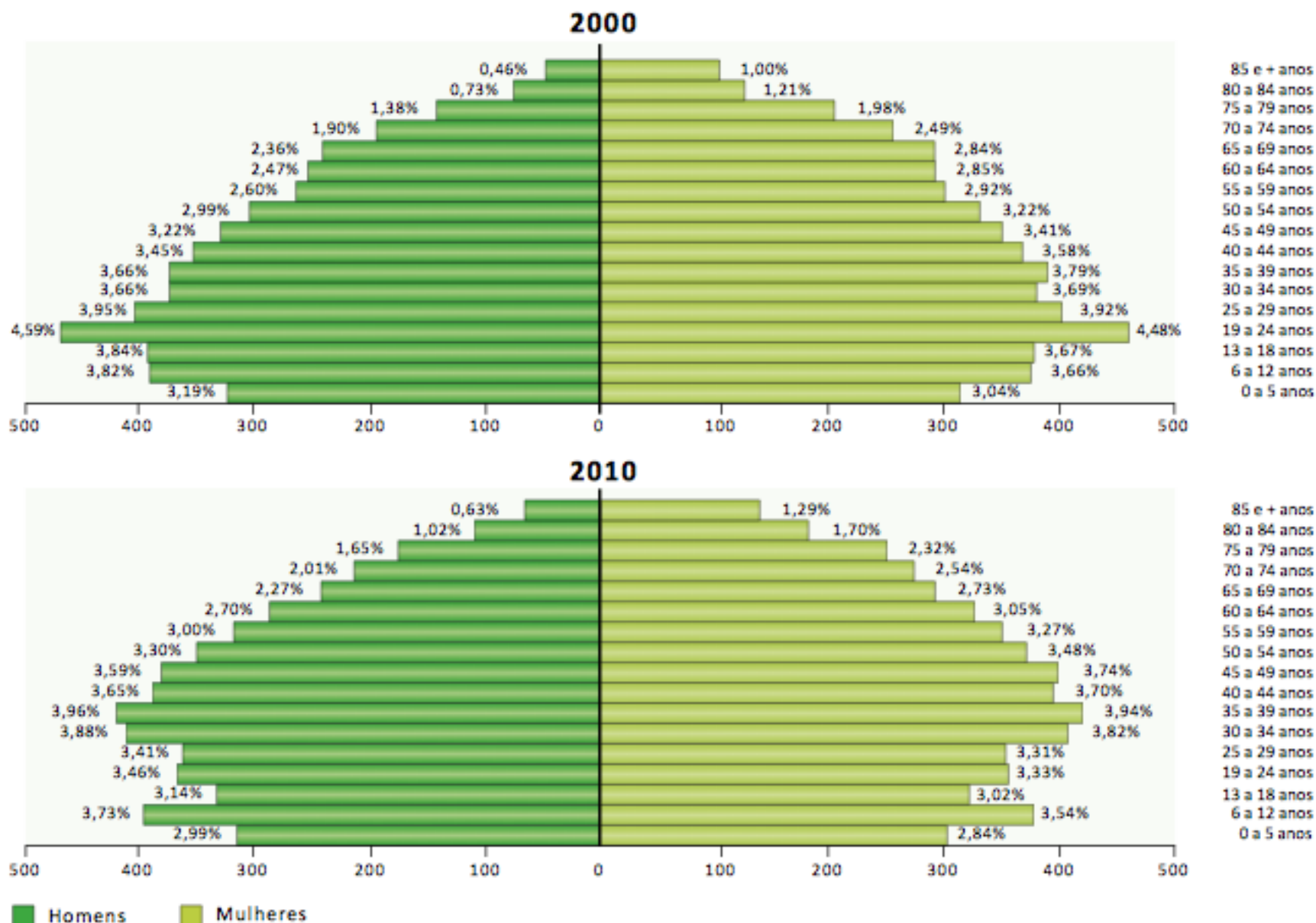
Políticas públicas para a Educação

- Reforma Veiga Simão Lei n.º 5/**73**, de 25 de Julho que definem 6 anos de escolaridade obrigatória;
- Aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo: Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, que define os 9 anos de escolaridade obrigatória e a estrutura do sistema educativo até aos dias de hoje; introdução do ensino recorrente;
- 1989 Ensino Profissional (2005 rede de escolas públicas)
- Resolução do Conselho de Ministros no 92/98, de 14 de Julho – Criação da ANEFA (hoje Agência Nacional para a Qualificação – ANQ), cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) e RVCC (Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências); exames de conclusão do secundário

Políticas públicas para a Educação

- Lei n.º 85/2009, 27 de Agosto define que o ensino secundário passa a ser o grau mínimo obrigatório para todos os alunos Portugueses; introdução do pré-escolar como obrigatório para todas as crianças com 5 anos de idade; Introdução generalizada das TIC nas escolas; Lançamento da iniciativa “Novas Oportunidades”;
- **Memorando de Entendimento com a Troika** – Gestão financeira dos recursos; extinção das Novas Oportunidades; agrupamentos escolares, centralização dos aprovisionamentos; combate à baixa escolaridade, número de repetentes aos 15 anos (35% Portugal face a 15% OCDE) e ao abandono escolar, melhorar a qualidade do ensino

Figura 1.1.1. Pirâmides etárias da população residente. Portugal (em milhares e %) (2000 e 2010)

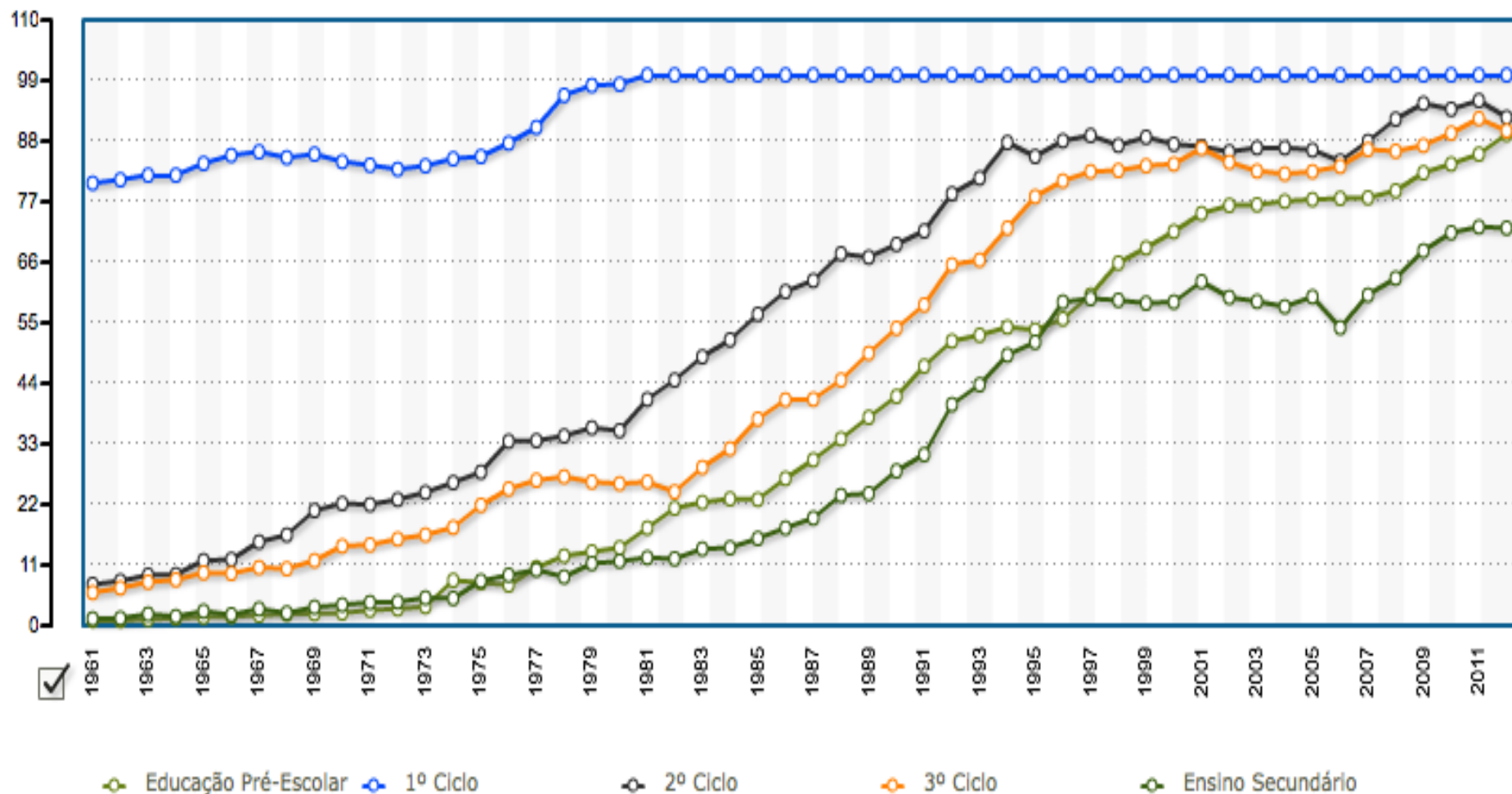


Nota: escalões entre os 0 e os 24 anos foram divididos de acordo com as idades correspondentes aos níveis de escolaridade.

Fonte: Estimativas Anuais da População Residente. DES/Serviço de Estatísticas Demográficas - INE, Junho de 2011

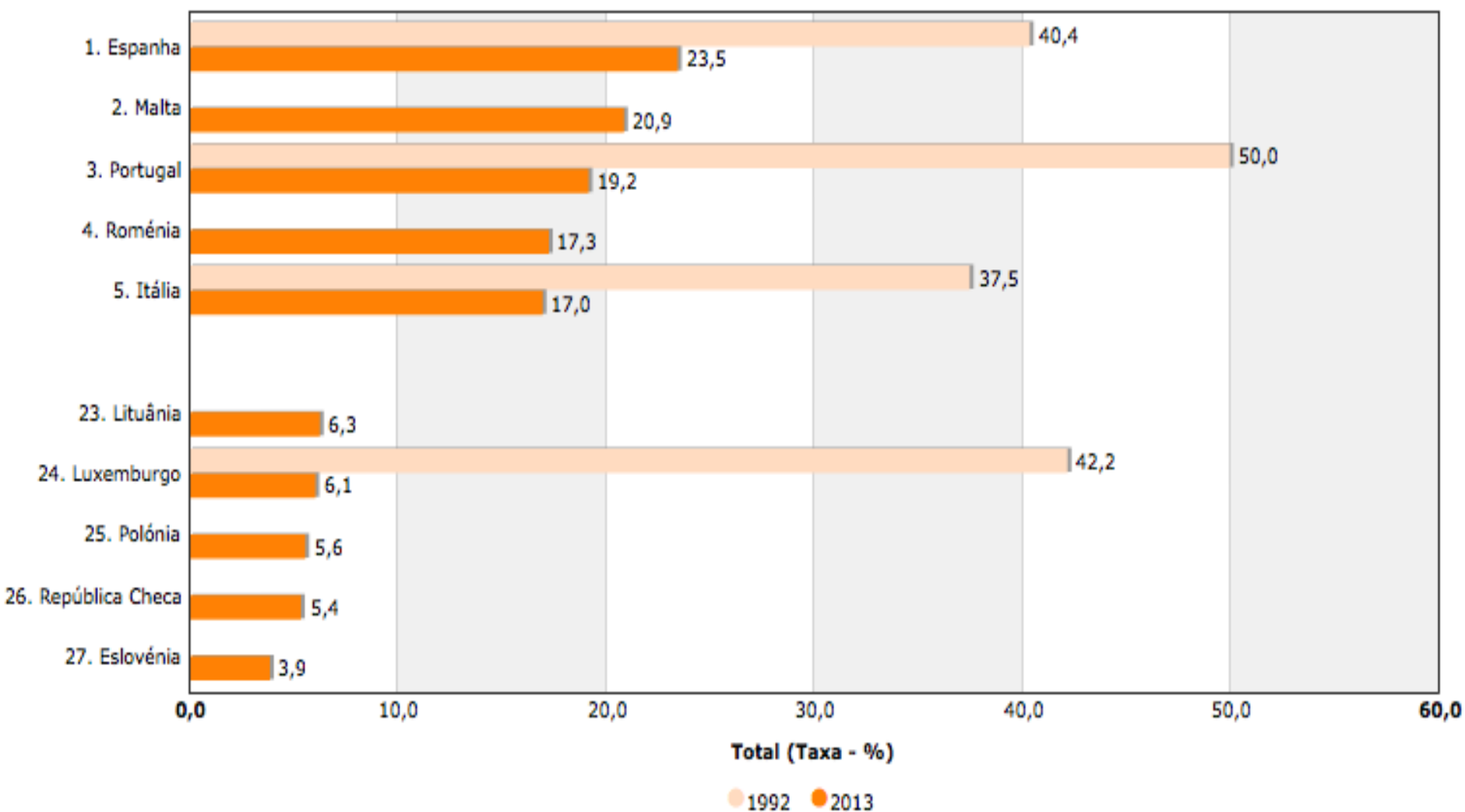
Taxa real de escolarização

Taxa - %



Fontes/Entidades: DGEEC/MEC; INE, PORDATA

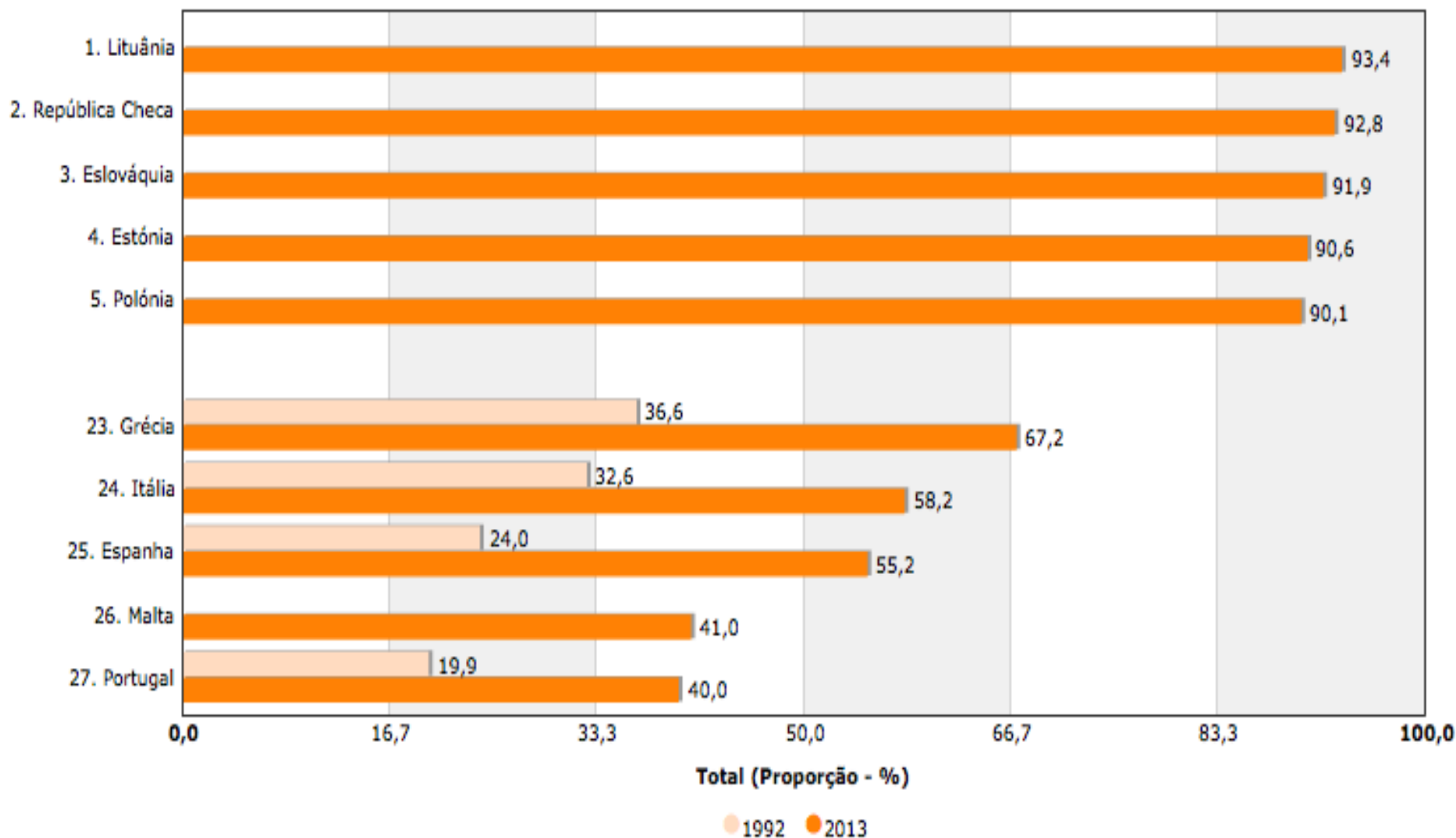
Taxa de abandono precoce de educação e formação: total e por sexo
Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1992



Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

População entre os 25 e os 64 anos que completou pelo menos o ensino secundário (ISCED 3): total e por sexo (%)

Valor(es) do(s) ano(s) 2013 e 1992



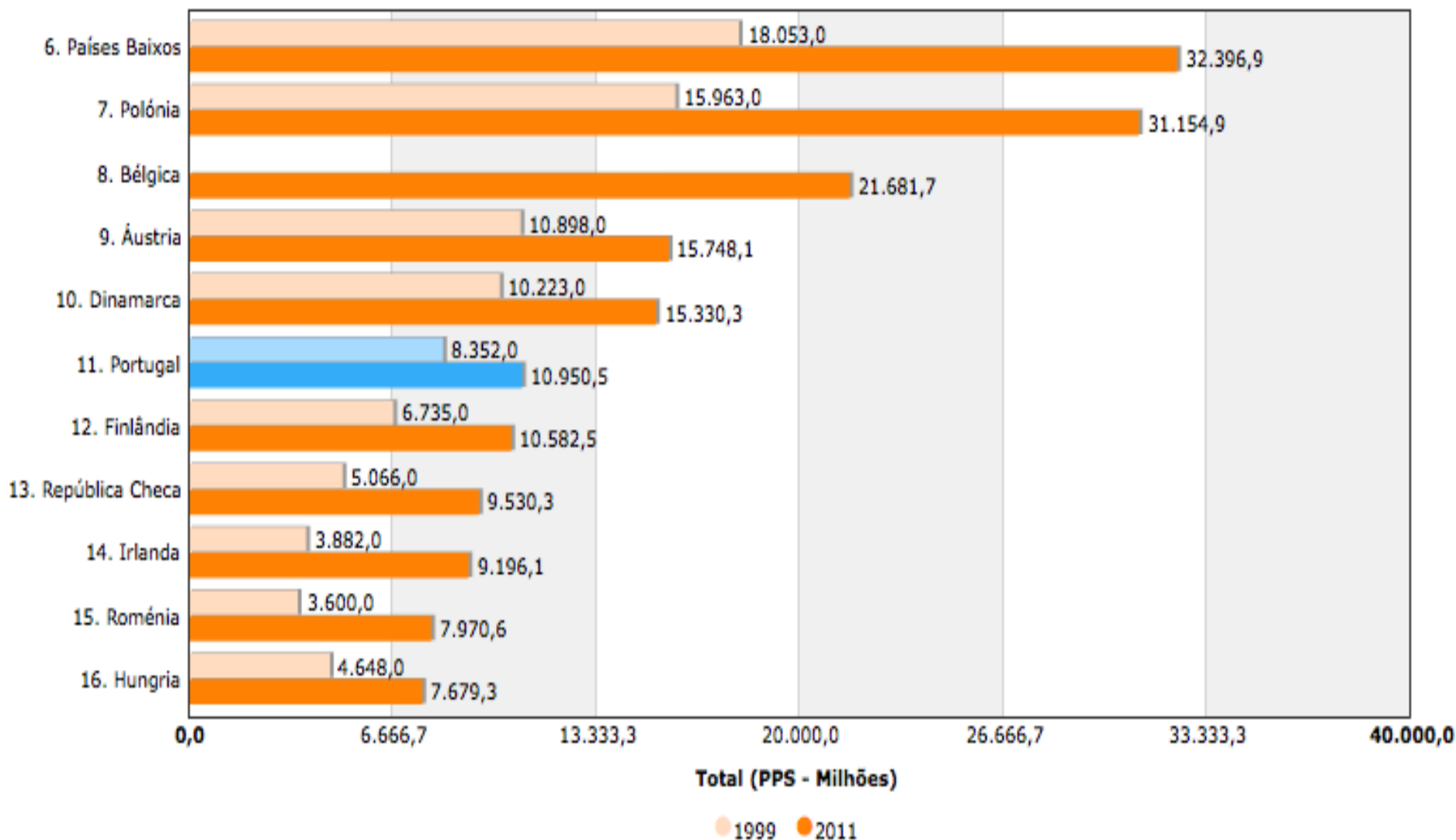
Fontes/Entidades: Eurostat / Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA

Figura 1.3.2. Qualificações da população activa (%), por grupo etário e sexo, em Portugal



Despesa pública em educação: total e por nível de ensino (PPS)

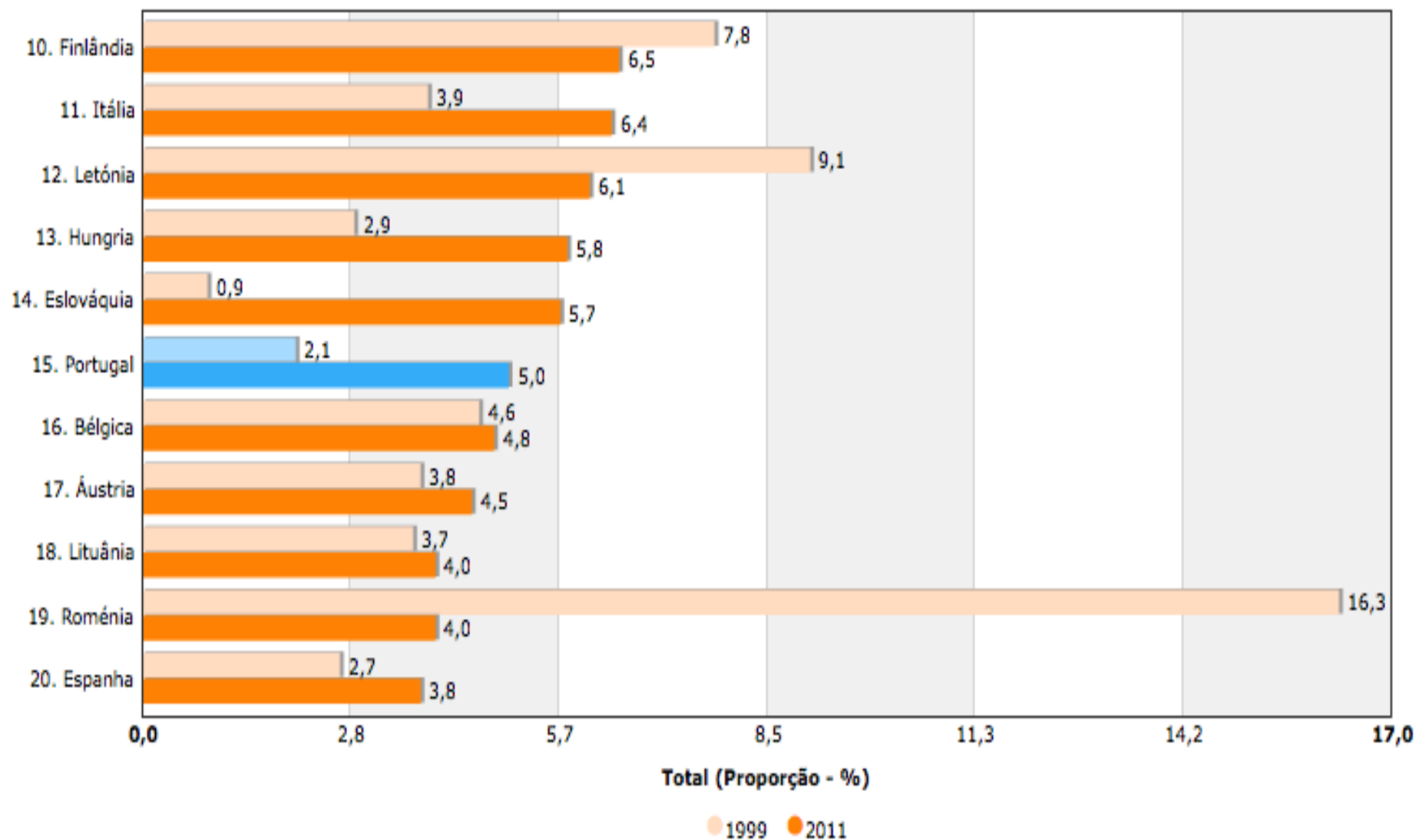
Valor Absoluto



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Ajuda financeira aos alunos em % da despesa pública em educação: total e por nível de ensino

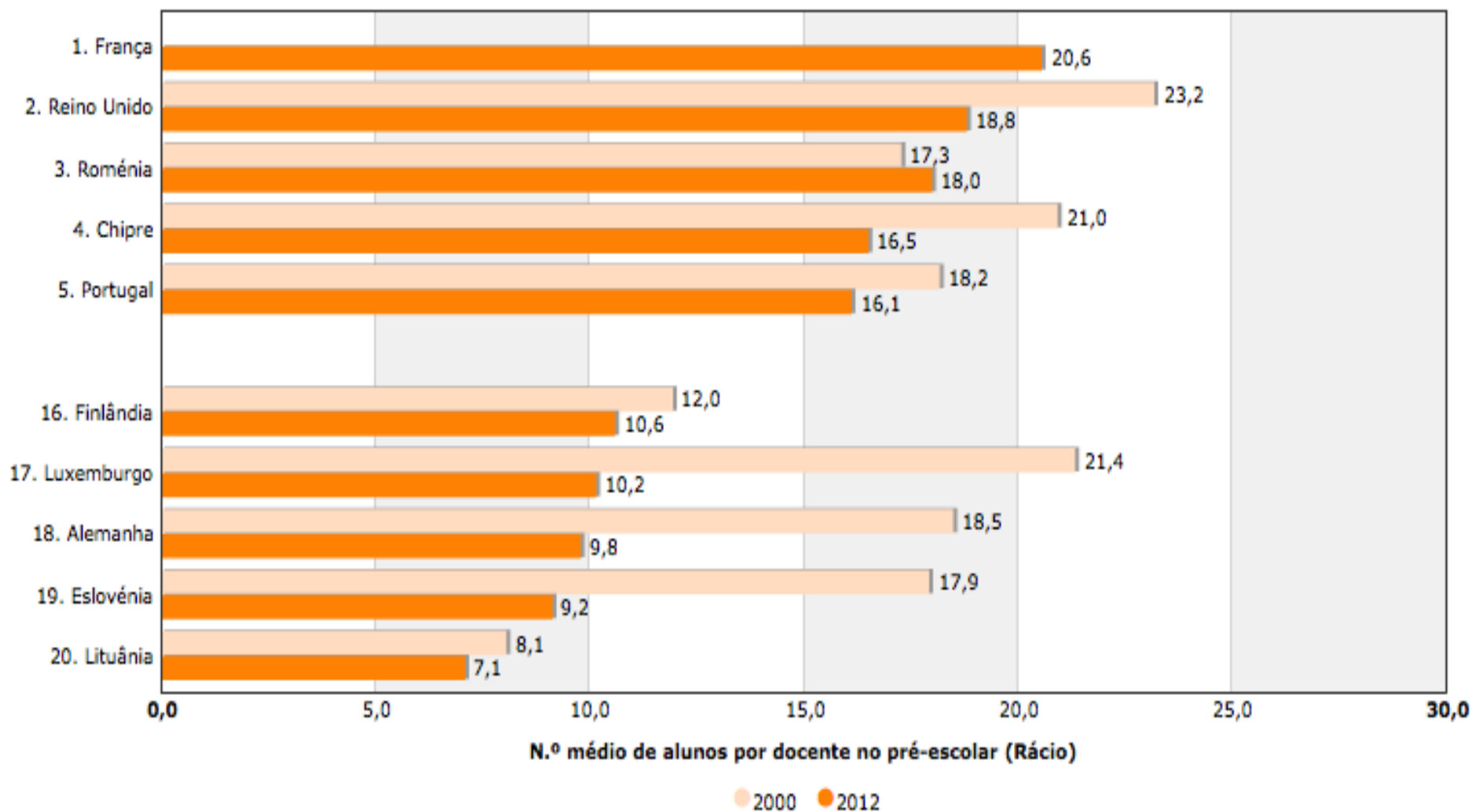
Proporção



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Número médio de alunos por docente no ensino pré-escolar (ISCED 0)

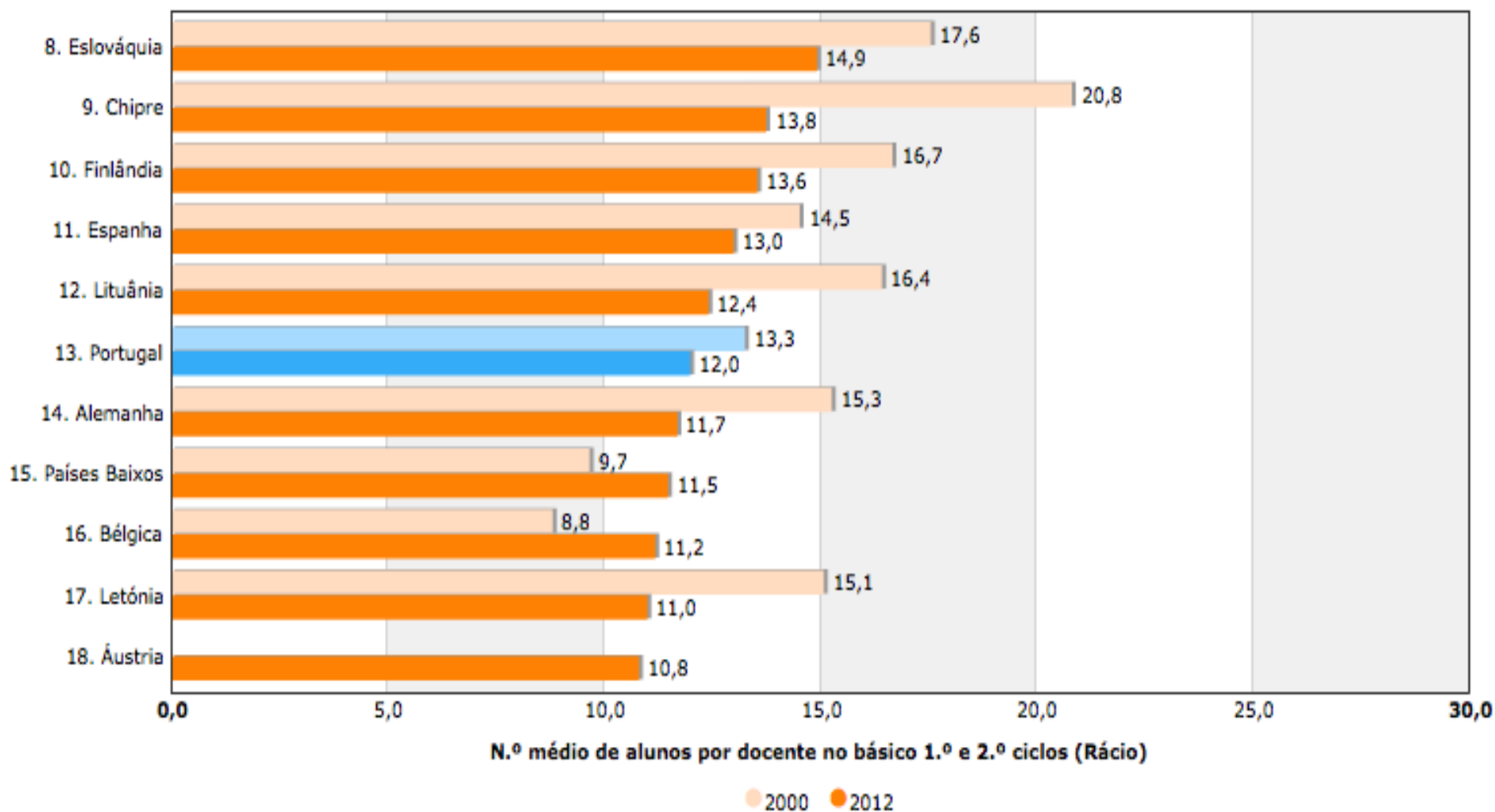
Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 2000



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Número médio de alunos por docente no ensino básico 1.º e 2.º ciclos (ISCED 1)

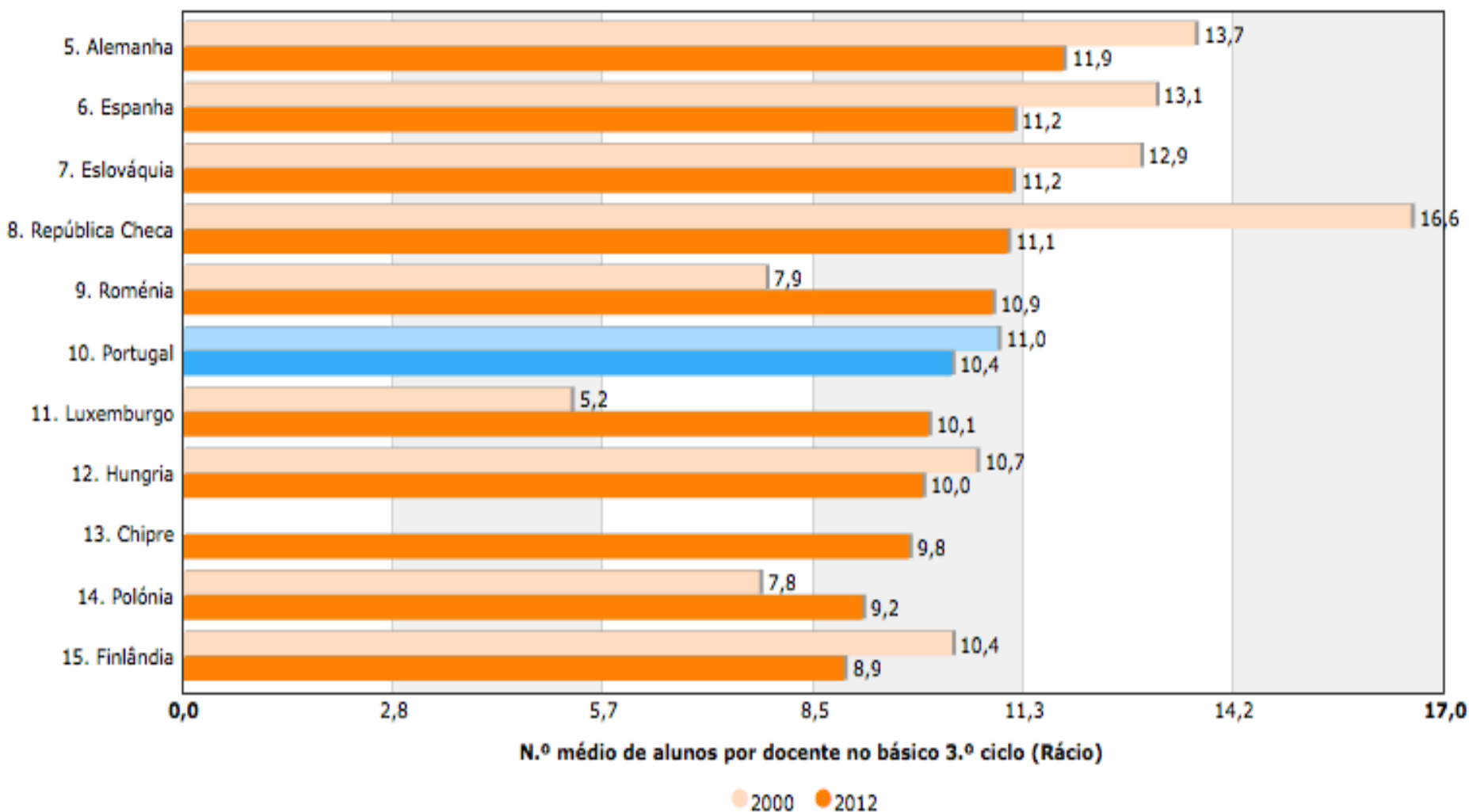
Rácio



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Número médio de alunos por docente no ensino básico 3.º ciclo (ISCED 2)

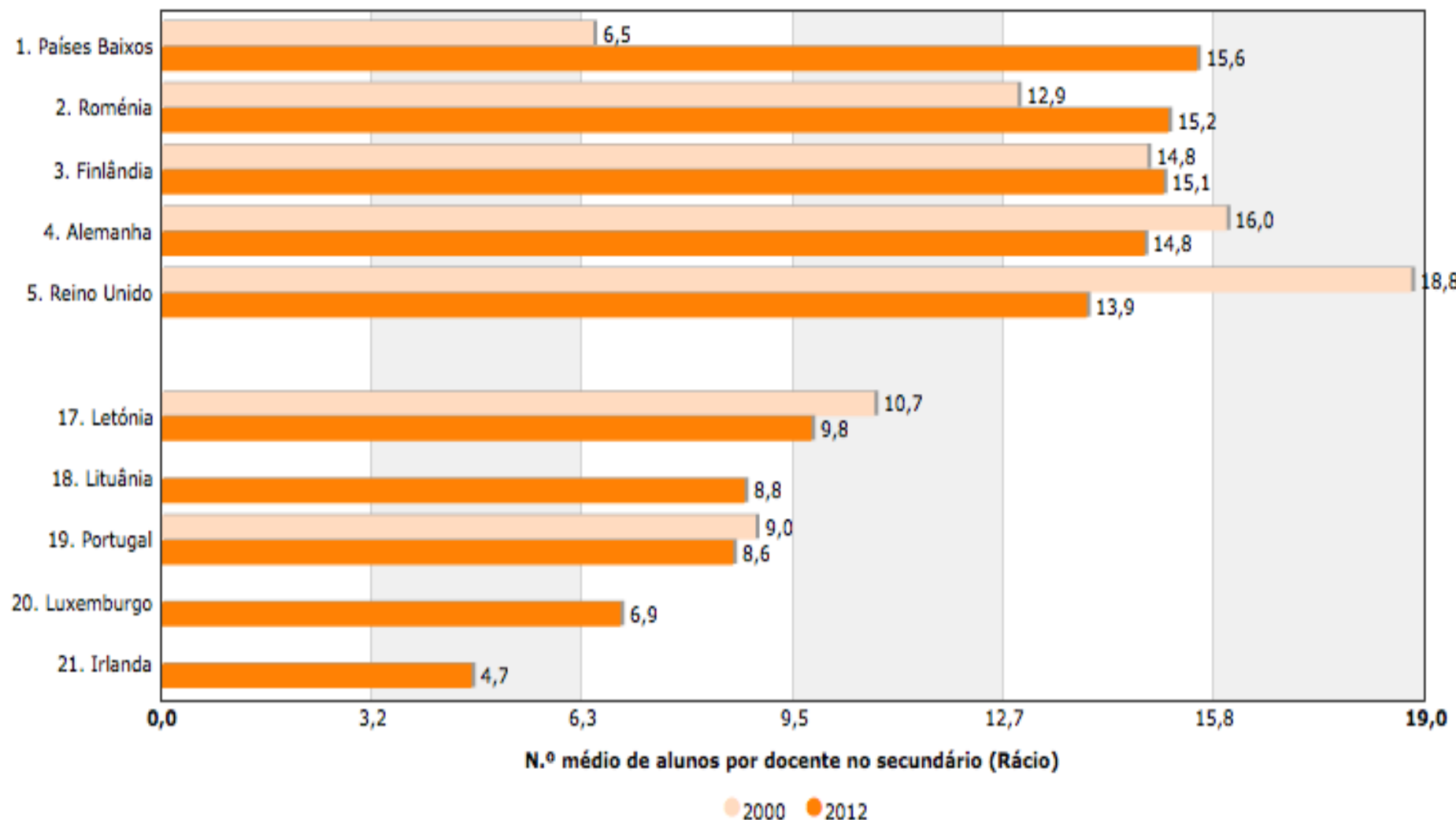
Rácio



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Número médio de alunos por docente no ensino secundário (ISCED 3)

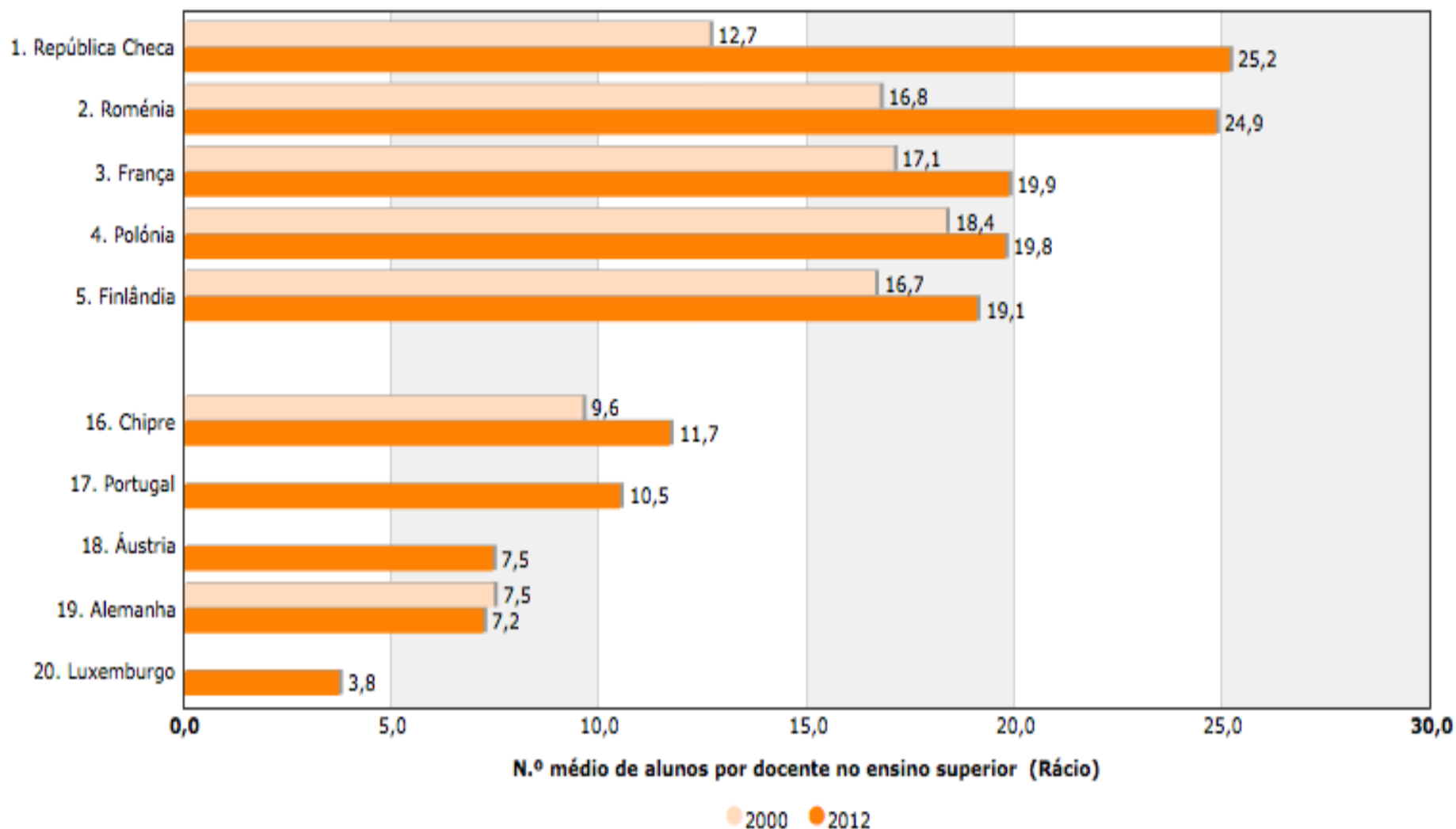
Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 2000



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

Número médio de alunos por docente no ensino superior (ISCED 5-6)

Valor(es) do(s) ano(s) 2012 e 2000



Fontes/Entidades: Eurostat / UNESCO-UIS / OCDE / Entidades Nacionais, PORDATA

	POR	ESP	UK	FR	FIN	RCH	UE27
% jovens 15 anos que chumbou pelo menos 1 vez	35%	35,3%	2,2%	36,9%	2,8%	4%	13%
% investimento em educação no PIB	4,9	4,6	5,4	5,6	6,1	4,1	5,4
Duração média de escolarização (anos)	18,8	17,2	16,7	16,4	20,4	17,7	17,2
Taxa de participação na educação pré-escolar	88,2%	99,3%	97,3%	100%	71,9%	90%	91,2%
% Alunos c performance leitura de 1 ou menos (PISA)	17,6	19,6	18,4	19,8	8,1	23,1	19,6

Fonte: Eurostat, OCDE (2010)



Conceção e Avaliação de Políticas Públicas

14ª Sessão

Políticas Europeias

Denise Capela dos Santos
Lisboa, 2014

2010

Políticas Europeias

Crise financeira e económica que atinge de forma desigual os Estados –membros (aumento 21% DP na UE



desde 2007)

Exclusão da Grécia, Irlanda e Portugal dos mercados financeiros e sujeição a programas de assistência financeira CE, BCE, FMI (78MMEuros Portugal)
Continuidade da moeda única? (Estabilidade preços, finanças públicas – limites de défice e dívida públicos)
Presença da Grécia na UE?

Políticas Europeias

Reforço do papel do BCE na gestão da crise
Criação do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira
Pacto de competitividade (custo trabalho, idade reforma, harmonização fiscal e disciplina orçamental)
Modelo de decisão intergovernamental baseado no poder económico de cada país
Eurobonds?

Austeridade e consolidação orçamental (adequação do nível de despesa às capacidades produtivas do país – redução do investimento ou da despesa pública?)
Crescimento económico baseado nas exportações
???

Políticas Europeias



Década anterior
crescimento assente
procura interna
(setor bens não
transacionáveis)

Alargamento europeu a
leste (mão-de-obra)

China e Índia no comércio
internacional (mão-de-obra
e barreiras alfandegárias)



Políticas de
modernização:
Educação
Investigação e
Desenvolvimento
Políticas Energéticas

Aumento sustentado
do PIB (PIB potencial)
para pagamento da
dívida e finanças
públicas sustentáveis

Políticas Europeias

Tratado sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação na União Económica e Monetária???

Princípios de equilíbrio orçamental;

Mecanismos de correção dos desequilíbrios;

Obrigaçãõ redução da dívida pública 5%/ano até
que não exceda 60% PIB;

Obrigatoriedade de programa de reforma estrutural
vinculativo em caso de défice excessivo;

Alteração das regras de votação e reforço dos
poderes do tribunal de justiça.

Necessita da ratificação de 12 países

Outros excluídos de programas de financiamento

Dar a volta à crise:

APOSTA NA MARCA PORTUGAL

Herança de Património Histórico e Cultural: Madeira, Açores, Algarve e Lisboa (praia, golf e gastronomia);

Língua Portuguesa: Ensino de Português no estrangeiro que estimule relações económicas;

Celebridades contemporâneas: Mariza, Carminho, Ronaldo, Mourinho

Marcas comerciais: (Sacoor, Fly London,...)

Ciência, Tecnologia e Universidades: Fundação Champalimaud ou Instituto Gulbenkian de Ciência

Eventos: Expo 98, Euro 2004, Volvo Ocean Race 2012

A diferenciação competitiva deve vir de dentro: conhecimento, inovação, prospeção de mercado, controlo da distribuição, motivação e liderança. **Empreendedorismo!**

Referências Bibliográficas

- Cruz, J. (2008). Economia e Política – Uma abordagem dialéctica da escolha pública, Coimbra: Coimbra Editora;
- Moreira, J. e Alves, A. (2004). O que é a Escolha Pública? Para uma análise económica da política, Editora Princípia
- Rodrigues, M. e Silva, P. (2013). Políticas Públicas em Portugal, Lisboa: INCM e ISCTE-IUL;
- Rodrigues, M. e Silva, P. (2013). Políticas Públicas para a Reforma do Estado, Lisboa: Almedina;